



## ENERGIA E CRISE FINANCEIRA

Importação atinge o maior patamar do ano e reduz saldo (Folha de S. Paulo) 04/11/09 .....	3
Eletrobrás injeta R\$ 11 bi em subsidiárias do grupo (Folha de S. Paulo) 04/11/09 .....	3
São Carlos, 152, investe para sofisticar o setor de serviços (Folha de S. Paulo) 04/11/09 .....	4
Lula arrisca perder o bonde de Copenhague (Folha de S. Paulo) 04/11/09.....	5
Quer comprar um carro a diesel? (Folha de S. Paulo) 04/11/09.....	5
Produção de máquinas cresce e indica reação da indústria (Folha de S. Paulo) 04/11/09 .....	6
Crescimento maior melhora contas brasileiras, prevê FMI (Folha de S. Paulo) 04/11/09.....	7
RJ e ES querem fatia da União no pré-sal (Folha de S. Paulo) 04/11/09.....	7
País deve abandonar meta ambiental (O Estado de S. Paulo) 04/11/09.....	8
Governo negocia com centrais para barrar regra de reajuste de pensões (O Estado de S. Paulo) 04/11/09 .....	9
Senado aprova fim de multa de 10% do FGTS para 2012 (O Estado de S. Paulo) 04/11/09.....	10
Trabalhador pode ter dois dias de folga a mais por ano (O Estado de S. Paulo) 04/11/09.....	11
"Ação guerreira" contra Belo Monte (O Estado de S. Paulo) 04/11/09.....	11
Eletrobrás "engole" dívida de controladas (O Estado de S. Paulo) 04/11/09 .....	12
Agenda (O Estado de S. Paulo) 04/11/09 .....	13
A "nova" era dos direitos (O Estado de S. Paulo) 04/11/09.....	13
No Brasil, já faltam áreas para instalar centros de dados (Valor Econômico) 04/11/09 .....	15
Segurança é item central de projetos (Valor Econômico) 04/11/09.....	16
Eletrobrás dá alívio de cerca de R\$ 12 bi a subsidiárias (Valor Econômico) 04/11/09.....	17
Grupo Alcotra planeja fazer aporte em usinas de álcool (Valor Econômico) 04/11/09 .....	18
Dólar hoje afeta mais o país, diz economista (Valor Econômico) 04/11/09 .....	19
O trimestre da volta do investimento (Valor Econômico) 04/11/09 .....	22
Projeto Cidadão - Prêmio abre espaço ao terceiro setor (Correio Popular) 04/11/09 .....	23
Rede Energia prepara captação de R\$ 370 milhões em debêntures (CanalEnergia) 03/11/09 .....	25
Exclusivo: Nivalde de Castro, do Gesel-UFRJ: Parcela A seria debatida na Justiça em 2007 (CanalEnergia) 03/11/09 .....	26
Tractebel ON encerra em alta de 3,11% (CanalEnergia) 03/11/09.....	28
Cemig GT realiza leilão de venda de energia convencional e incentivada (CanalEnergia) 03/11/09.....	28
Cenários macroeconômicos e impactos sobre o setor são tema de seminário no RJ (CanalEnergia) 03/11/09....	29
CPFL Brasil realiza leilão de compra e venda de energia (CanalEnergia) 03/11/09.....	29
Cemig conclui aquisição da Terna Participações (CanalEnergia) 03/11/09 .....	29
Tucuruí opera com 28,16% da capacidade armazenada (CanalEnergia) 03/11/09.....	30
GE fabricará turbinas eólicas no Brasil em 2010 (CanalEnergia) 03/11/09.....	30
Aneel aprova regularização de cooperativa para explorar instalações de energia (CanalEnergia) 03/11/09 .....	31
Justiça Federal mantém licenciamento de instalações nucleares com CNEN (CanalEnergia) 03/11/09 .....	31
AES Eletropaulo PNB registra alta de 2,57% (CanalEnergia) 03/11/09 .....	31
Eletrobrás aprova capitalização de R\$ 11,770 bilhões para subsidiárias (CanalEnergia) 03/11/09.....	32
Senado terá audiência pública sobre distorção em tarifas de energia (CanalEnergia) 03/11/09 .....	32
Funai aprova implantação de Belo Monte (CanalEnergia) 03/11/09 .....	33
Cemig estima desembolsar R\$ 100 milhões por participações em subsidiárias da TBE (CanalEnergia) 03/11/09	33
UTE Pecém I recebe US\$ 260 milhões de financiamento do BID (CanalEnergia) 03/11/09.....	33
Gilberto Hollauer é nomeado diretor do Departamento de Planejamento Energético do MME (CanalEnergia) 03/11/09 .....	34

Cooperativas têm índices de reajuste tarifário anual aprovados (CanalEnergia) 03/11/09 .....	34
Maracanã Energética recebe autorização para produção independente (CanalEnergia) 03/11/09.....	34

## SINDICAL

Atraso de pagamento provoca greve na Arlen, em Diadema (SP) (CUT Nacional) 04/11/09.....	35
Audiência na Câmara discute demissões no Santander (CUT Nacional) 04/11/09.....	35
Combate a práticas antissindicais (CUT Nacional) 03/11/09.....	38
Meio-ambiente (CUT Nacional) 03/11/09.....	38
Todos a Brasília pela redução da jornada sem diminuição de salários (CUT Nacional) 03/11/09 .....	39
Uma CPI contra a Reforma Agrária e os interesses do Brasil! (CUT Nacional) 03/11/09.....	40
ABC (CUT Nacional) 03/11/09 .....	41
Por uma CPI do latifúndio midiático (CUT Nacional) 03/11/09.....	42
Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (CUT Nacional) 03/11/09.....	42
Taubaté (CUT Nacional) 03/11/09 .....	43
6º Congresso do Sindimetal-ES (CUT Nacional) 03/11/09 .....	44
Metalúrgicos (CUT Nacional) 03/11/09.....	44
Elisângela é reeleita na Fetraf/CUT (CUT Nacional) 03/11/09.....	45
Mais uma entidade cutista (CUT Nacional) 03/11/09 .....	46
O MST e a as laranjas podres da Cutrale (CUT Nacional) 03/11/09 .....	47
Inscrições para a Conferência de Comunicação do Paraná vão até dia 4 (CUT Nacional) 03/11/09 .....	48
RS: Trabalhadores na Saúde debatem questões da população negra (CUT Nacional) 03/11/09.....	49
Emir Sader: Mensagens para FHC (CUT Nacional) 03/11/09.....	50
Pesquisa do IBGE revela que produção industrial brasileira voltou a crescer em setembro (CUT Nacional) 03/11/09 .....	50
Marcha Fúnebre no ABC marca protesto contra as manobras do HSBC (CUT Nacional) 03/11/09.....	51
Fórum Social Mundial fará balanço da última década (CUT Nacional) 03/11/09.....	52
Servidores da Cosanpa protestam contra a privatização do sistema de saneamento (CUT Nacional) 03/11/09.....	52
Em assembleias, eletricitários reprovam proposta da Cemig (CUT Nacional) 03/11/09.....	53
Sindsep-PE realiza posse dos seus representantes sindicais para os próximos dois anos (CUT Nacional) 03/11/09 .....	53
CESP: dissídio segue para julgamento (CUTSP) 03/11/09.....	55
HSBC: bancários em dia de luto (CUTSP) 03/11/09 .....	56
Ministério Público quer fim de contrato do governo com OSS (CUTSP) 03/11/09 .....	57
Câmara vota moção de apoio à Redução da Jornada de Trabalho (CUTSP) 03/11/09.....	57

## **Importação atinge o maior patamar do ano e reduz saldo (Folha de S. Paulo) 04/11/09**

Indústria aproveita real forte para importar mais insumos para a produção

Importações reduzem ganho com recuperação de exportações para EUA e AL, que adquirem mais bens industrializados do país

EDUARDO RODRIGUES  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Com o dólar barato e a economia ganhando fôlego, as importações bateram o recorde mensal do ano em outubro, somando US\$ 12,754 bilhões. Esse desempenho contribuiu para que o saldo comercial registrasse no mês passado o menor resultado mensal em 2009.

Nesse cenário de recuperação, a indústria, que sofre para exportar com o real valorizado, aproveitou o câmbio para elevar as importações de insumos para atender à demanda maior.

O aumento das importações reduziu o impacto do crescimento das exportações para EUA e América Latina.

Assim, o saldo de US\$ 1,328 bilhão na balança comercial no mês passado só foi melhor que o resultado de janeiro, que registrou deficit de US\$ 524 milhões em plena crise global.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, apesar de o superavit comercial acumulado até outubro superar o obtido no mesmo período de 2008, a corrente de comércio do Brasil com exterior ainda é 26,8% menor que a de 2008.

"O resultado já era esperado, uma vez que o real apreciado e a recuperação da economia doméstica estimulam as importações", disse Felipe Salto, economista da Tendências, que projeta um saldo comercial de US\$ 26,6 bilhões para 2009.

Segundo o secretário de Comércio Exterior, Welber Barral, o crescimento dos desembarques no país ocorre de forma significativa desde agosto. "Não se trata de um surto, mas é um aumento contínuo devido ao efeito de fim de ano, além do incentivo cambial", afirmou.

Normalmente, as importações tendem a se acelerar nos primeiros meses do segundo semestre, devido à formação dos estoques para o Natal e o aumento de produção da indústria nacional, que usa insumos importados. Como praticamente metade da pauta brasileira de importações é formada por matérias-primas e bens intermediários para a indústria, disse Barral, esse aumento tem grande peso na balança.

Para Barral, o crescimento deve arrefecer nos últimos meses do ano, com uma estabilização do volume de entrada de produtos. "A tendência é de equilíbrio, com queda normal nas importações de bens de consumo, ao mesmo tempo em que o dólar favorável faz aumentar as compras de insumos", avaliou.

Aumento que, alerta Salto, deve prejudicar os segmentos da indústria brasileira que fornecem materiais usados na cadeia de produção de outras mercadorias. "O câmbio e o ímpeto dos empresários em produzir mais podem resultar até na substituição de insumos produzidos nacionalmente por similares importados."

Se o aumento da produção industrial brasileira está diretamente ligado à dinâmica do mercado interno, a recuperação dos EUA e de parte da América Latina tendem a estimular ainda mais a demanda das fábricas por esses bens, como produtos químicos, peças e acessórios. Em outubro, o Brasil registrou aumentos significativos nas vendas para essas regiões, que consomem mais industrializados, ao contrário da China, que compra mais commodities. "O Brasil está voltando a exportar bens de maior valor agregado, mas o mercado mundial está mais competitivo, resultando na queda dos preços de alguns produtos, como calçados", ressalta Barral. E, com mais competição, a apreciação do real encarece produtos brasileiros.

"Dá para ficar otimista com a recuperação americana, mas é preciso cautela, porque todo mundo vai entrar no barco, acirrando a concorrência", completou Salto.

## **Eletróbrás injeta R\$ 11 bi em subsidiárias do grupo (Folha de S. Paulo) 04/11/09**

Troca de dívida por ações ajuda a sanear contas de empresas como Furnas, Chesf e Eletrosul

Estatal recebeu de Lula missão de se transformar em uma "Petrobras do setor elétrico", mas resta pendência de R\$ 9 bi com acionistas

DA SUCURSAL DO RIO

A Eletrobrás aprovou a extinção de R\$ 8,2 bilhões em dívidas que nove subsidiárias tinham com a estatal e, em troca, receberá novas ações dessas empresas. Assim, o débito sai do balanço financeiro das subsidiárias, que passam a ter o capital social ampliado na mesma proporção das dívidas extintas.

A estatal aproveitou para concluir o aporte de outros R\$ 2,9 bilhões já previstos anteriormente em oito subsidiárias (seis delas também participaram da operação de redução de dívida). Esse dinheiro entrará no caixa das empresas, mediante outro aumento de capital. A Eletrobrás é dona de 100% das ações dessas subsidiárias.

Na operação de transformação de dívida em ações, foram beneficiadas as geradoras e transmissoras Eletronorte, Chesf e CGTEE (que levaram R\$ 6,6 bilhões), além de seis distribuidoras regionais de energia. O aporte de capital beneficiou as geradoras Eletrosul, Chesf e Furnas, além de outras cinco distribuidoras.

Há um mês, quando anunciou que a transformação de dívida em ações estava em estudo, o presidente da Eletrobrás, José Antônio Muniz, disse que a operação não traria prejuízos.

Segundo ele, em vez de juros que recebia pelos empréstimos, a Eletrobrás passaria a receber dividendos, porque, sem a pesada dívida, o lucro das empresas deve ser maior. Muniz costuma dizer que, ao ser nomeado, há um ano e meio, recebeu do presidente Lula a incumbência de transformar a Eletrobrás em uma Petrobras do setor elétrico em termos de investimento e relevância.

No comunicado ao mercado, a Eletrobrás afirmou que as operações estão no plano da empresa de melhorar suas regras de gestão. Nesse sentido, a existência de dívidas das subsidiárias com a estatal não costuma ser bem vista pelo mercado.

Resolvida a dívida, outra pendência é o pagamento de R\$ 9 bilhões em dividendos que a estatal reteve de acionistas desde os anos 70. Muniz já declarou que pretende quitar o débito, mas reconheceu que ainda não sabe como pagará a dívida.

## **São Carlos, 152, investe para sofisticar o setor de serviços (Folha de S. Paulo) 04/11/09**

"Capital do conhecimento" tenta diminuir distância entre universidade e cidade

Atrair novos hotéis é um dos desafios da cidade, de acordo com o prefeito e o presidente da Associação Comercial e Industrial

JEAN DE SOUZA  
ENVIADO ESPECIAL A SÃO CARLOS

O caminho trilhado por São Carlos nas últimas décadas tem sido o do conhecimento. A cidade que completa hoje 152 anos de fundação se orgulha de suas universidades e centros de pesquisa, além da fama de ter o maior número de doutores por habitante no país.

De carona nessa onda, a cidade tem conseguido se firmar como um polo atrativo para empresas de alta tecnologia. E são essas empresas e seus profissionais que desafiam agora a cidade a engatar aos seus potenciais o setor de serviços.

Parte desse trabalho já vem sendo feita, com a sofisticação do comércio, bares, restaurantes e a abertura de um shopping de grande porte, com cinema e praça de alimentação.

Presidente da Acisc (Associação Comercial e Industrial de São Carlos), José Eduardo Casemiro diz que, hoje, "ninguém mais precisa sair de São Carlos para comprar qualquer coisa" e "estamos muito bem de bares e restaurantes". A ressalva, diz, são as poucas opções de hotéis.

A preocupação de Casemiro é compartilhada com o prefeito Oswaldo Barba (PT). Para ele, a chegada de novas empresas e a inauguração da Cidade da Energia, prevista para 2011, vão atrair muita gente. Barba afirma já ter iniciado conversas com empresários para a construção de novos hotéis.

O desenvolvimento do setor de serviços em São Carlos é essencial também para quem "adotou" a cidade. É o caso do prefeito, ex-reitor da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), do atual reitor da instituição, Targino de Araújo Filho e do ex-prefeito e ex-reitor da UFSCar, Newton Lima.

Segundo Araújo, iniciativas surgidas nas incubadoras tecnológicas das universidades e empreendimentos de alunos feitos a partir de pesquisas iniciadas na academia têm feito com que cada vez mais alunos se fixem em São Carlos. O resultado é uma diluição cada vez maior das barreiras entre a cidade e o ambiente acadêmico, na opinião de Araújo e Newton Lima.

Fundador de três empresas de tecnologia em São Carlos desde que se formou em engenharia civil pela UFSCar, Herbert Luis Rosseto, 30, considera que o atrativo de São Carlos ainda é o "capital intelectual".

Ele e Tathiana Moreira, 31, uma de suas sócias na Bindewear, empresa em fase de desenvolvimento que possui a patente do "cimento luminoso", de aplicação dentária, são outros dois casos de ribeirão-pretanos que adotaram São Carlos após oportunidades no ambiente acadêmico.

"A cidade está melhorando, está trazendo restaurantes, gastronomia diversificada, mas em lazer e cultura ainda é um pouco ruim", diz Rosseto.

## **Lula arrisca perder o bonde de Copenhague (Folha de S. Paulo) 04/11/09**

MARCELO LEITE  
COLUNISTA DA FOLHA

É mais comum o governo Lula perder uma boa oportunidade de calar. Ontem ele deixou passar em branco uma chance de falar -e dizer a que veio, em matéria de aquecimento global e liderança mundial.

O acordo de Copenhague, que deveria ser fechado em dezembro para substituir o Protocolo de Kyoto a partir de 2012, está à beira do abismo. A última rodada de negociação, em Barcelona, vai de mal a pior.

Países africanos, que têm muito a perder caso se confirmem as previsões científicas de aumento de 3C ou mais neste século, ameaçam abandonar a reunião. Bolívia e Venezuela, que nada têm a perder no quesito responsabilidade, lançaram gás e gasolina na fogueira.

Era o momento adequado para Lula demonstrar a liderança inovadora que lhe atribuem no estrangeiro. Mesmo que não anunciasse os 40% de redução de emissões de gases do efeito estufa almejados por seu ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, qualquer cifra acima dos 20% garantidos pela trajetória atual de redução do desmatamento já ajudaria a aliviar a atmosfera.

A decisão fica adiada até 13 de novembro, quando faltarão 22 dias para Copenhague. O Brasil segue o exemplo dos EUA, que não conseguem fechar uma posição por dificuldades políticas domésticas. A diferença é que lá se trata de uma dissensão no Legislativo, não no Executivo.

Ronda o Planalto o velho espectro da incapacidade de arbitrar entre visões divergentes. Os ministérios do Meio Ambiente, das Relações Exteriores, da Ciência e Tecnologia, das Minas e Energia e da Agricultura nunca chegarão a um acordo sem intervenção do presidente da República.

O Brasil pode, sim, contribuir para desatar o nó de Copenhague. Só depende de Lula.

## **Quer comprar um carro a diesel? (Folha de S. Paulo) 04/11/09**

JORIO DAUSTER

-----  
Mesmo que queira, não pode, porque uma lei ultrapassada proíbe a venda no Brasil de carros de passeio a diesel  
-----

MESMO QUE queira, não pode, porque uma lei ultrapassada proíbe a venda no Brasil de carros de passeio a diesel. Por incrível que pareça, a indústria brasileira fabrica esses carros, mas só a fim de exportá-los para nossos vizinhos da América do Sul e para a Europa. Não fosse isso suficientemente absurdo, em nossas cidades circulam utilitários esportivos movidos a diesel, mas quase todos importados e vendidos a preços que só a classe A pode pagar.

Essa situação de todo esdrúxula teve até uma origem racional, quando, em meio ao choque do petróleo, foi proibida a produção e a venda de veículos de passeio movidos a diesel, sobretudo com vistas a reduzir os custos com a importação do produto e estimular o consumo de álcool.

O que não se justifica é a permanência da proibição 33 anos depois, num momento em que o etanol já ultrapassou em volume a gasolina como combustível para carros de passageiros e o Brasil se tornou autossuficiente em matéria de petróleo.

Na verdade, graças a seu maior rendimento termodinâmico, os atuais motores a diesel gastam significativamente menos combustível que os motores movidos a gasolina ou etanol, além de durarem mais tempo.

Não é à toa que, já em 2008, a maioria dos carros vendidos na Europa veio equipada com motores a diesel, percentagem que ultrapassou 70% na França e na Bélgica.

Por outro lado, agora que os modernos motores a diesel emitem menos gases poluentes que os motores a gasolina, todas as grandes montadoras se aprestam a lançar nos Estados Unidos modelos capazes de competir até mesmo com os híbridos (gasolina/eletricidade) no mercado de "veículos verdes".

Apesar disso, são os ambientalistas que se opõem ao projeto de lei de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que derruba a proibição hoje insensata.

Apontam em especial para os altos teores de enxofre no diesel vendido no país e, diante dos malefícios que a emissão de particulados traz à população, realmente têm razão em postular o suprimento de combustíveis mais limpos em linha com os padrões adotados no exterior.

Mas, exatamente com esse propósito, foi firmado, em outubro do ano passado, um acordo entre o governo federal, a Petrobras e o Ministério Público segundo o qual, a partir de 2011, em todas as regiões metropolitanas, será utilizado o diesel com 50 partes de enxofre por milhão, reduzindo-se tal coeficiente para 10 ppm em 2013.

Tem faltado também, na análise dos ambientalistas, a verificação de que, sem prejuízo dos maciços investimentos a cargo da Petrobras na área de refino do petróleo, é possível reduzir substancialmente a presença do enxofre no diesel mediante sua mistura com o biodiesel, que não contém uma única partícula desse elemento tóxico.

Além disso, por ser produzido a partir de óleos vegetais e gordura animal, o biodiesel constitui uma fonte de energia renovável que contribui para reduzir a utilização de combustíveis de origem fóssil.

Recentemente, o governo decidiu elevar para 5%, a partir de janeiro de 2010, a mistura de biodiesel no diesel comercializado em todo o país, o que faz prever um consumo total da ordem de 2,3 bilhões de litros do combustível ecologicamente correto no próximo ano.

Não obstante, como a capacidade instalada da indústria é de 3,6 bilhões de litros, há amplo espaço para atender à demanda adicional que surgiria com a comercialização no país de veículos leves movidos a diesel.

Portanto, ao abolirmos uma proibição obsoleta e injusta, estaremos não apenas dando ao consumidor brasileiro a inquestionável liberdade de escolha de que gozam os compradores de carros em todo o mundo, mas também contribuindo para reduzir os níveis de poluição em nossas grandes cidades e estimulando a produção interna de um combustível renovável.

---

JORIO DAUSTER, 71, embaixador, consultor de empresas e tradutor, é presidente do Conselho de Administração da Brasil Ecodiesel. Foi presidente da Companhia Vale do Rio Doce (1999 a 2001) e do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (2003 e 2006).

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. [debates@uol.com.br](mailto:debates@uol.com.br)

## **Produção de máquinas cresce e indica reação da indústria (Folha de S. Paulo) 04/11/09**

Setor de bens de capital tem primeira expansão trimestral em um ano, diz IBGE

Segmento funciona como indicativo do desempenho da indústria e da própria economia, pois está ligado à retomada dos investimentos

DENISE MENCHEN  
DA SUCURSAL DO RIO

Em alta pelo nono mês consecutivo, a indústria brasileira registrou em setembro um salto na produção de bens de capital (máquinas e equipamentos) e reforçou a expectativa de recuperação ao longo de 2010.

Com crescimento pouco expressivo nos meses anteriores, o segmento funciona como uma espécie de indicativo do desempenho e das perspectivas da indústria e da própria economia, já que está ligado à retomada de investimentos. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a produção industrial em setembro cresceu 0,8% em relação ao mês anterior, um pouco abaixo da variação de 1,2% verificada em agosto, e fechou o trimestre com alta de 4,1% sobre o período de abril a junho - a maior desde o quarto trimestre de 2003.

No caso dos bens de capital, o crescimento sobre agosto foi de 5,8%, bem acima do 1,6% registrado na média mensal dos últimos seis meses.

Com isso, pela primeira vez desde o terceiro trimestre de 2008, a produção de máquinas e equipamentos teve expansão em relação ao trimestre anterior, de 6,1%. O incremento, porém, não foi suficiente para levar o segmento a um patamar próximo ao do período pré-crise: a produção de setembro deste ano ainda é 20,5% menor do que a de setembro do ano passado.

A situação se repete na indústria como um todo, que, apesar das nove altas consecutivas, cresceu apenas 14,6% entre dezembro e setembro - as perdas de setembro a dezembro do ano passado foram de 19,8%, e, para zerá-las, o setor precisaria ter crescido quase 25%. Com isso, a produção ainda está no patamar verificado entre fevereiro e março de 2007 e é 7,8% inferior à de setembro de 2008.

A expansão dos bens de capital, porém, é vista como um bom sinal. Para Isabella Nunes, da coordenação de indústria do IBGE, o impulso dessa categoria confirma a recuperação recente do setor de investimento, que, de acordo com dados do PIB, teve no segundo trimestre do ano a maior queda da série histórica.

Segundo ela, a retomada está ligada ao avanço do uso da capacidade instalada nas indústrias, à melhora das expectativas dos empresários e a políticas de incentivo do governo - um dos destaques foi justamente a produção de caminhões, fomentada simultaneamente pela redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e pelo

lançamento de uma linha de crédito com juros mais baixos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Ambas as medidas ficam em vigor até o fim do ano.

Decepção O desempenho dos bens de consumo duráveis (como eletrodomésticos e veículos), porém, decepcionou analistas -pela primeira vez no ano, houve queda de um mês para outro: -1,1%. "A gente esperava um resultado um pouco melhor, ainda mais que setembro é o Natal da indústria", diz a economista Thaís Marzola Zara, da Rosenberg Consultores Associados, explicando que é nesse mês que os produtos que abastecerão as lojas no fim do ano começam a ser fabricados.

Nunes, do IBGE, ressalta que dois fatores afetaram o segmento no período: o fato de setembro deste ano ter tido um dia útil a menos do que o de 2008 e as paralisações nas indústrias automobilísticas devido às negociações de reajuste salarial.

No trimestre, no entanto, o crescimento dos bens duráveis chega a 9,2% em relação ao período de abril a junho, estimulado principalmente pelos eletrodomésticos da linha branca e pelos veículos.

Apesar da expectativa de recuperação da indústria, porém, a analista Ariadne Vitoriano, da consultoria Tendências, ainda vê o setor externo com o motivo de preocupação. Segundo ela, mesmo que atinja cada vez mais atividades (em setembro, foram 17 das 27 pesquisadas), a recuperação da indústria ainda está calcada sobretudo no mercado interno, que vem se sustentando devido à manutenção dos níveis de emprego e renda.

## **Crescimento maior melhora contas brasileiras, prevê FMI (Folha de S. Paulo) 04/11/09**

DA REDAÇÃO

A estimativa de um crescimento econômico no ano que vem maior do que o inicialmente esperado fez com que o FMI previsse uma melhora nas contas públicas brasileiras em 2010.

Para o Fundo, o Brasil terá em 2010 o menor déficit fiscal dos países do G20 (grupo que reúne as principais economias mundiais), com exceção da Arábia Saudita, que continuará com suas contas positivas.

De acordo com o organismo, o déficit (receita menos despesa) brasileiro ficará em 1,2% do PIB (baseado na paridade do poder de compra) no ano que vem, ante um resultado negativo de 3,8% neste ano. Para o G20, a previsão é que o déficit em 2010 seja de 6,9%.

A dívida pública brasileira também continuará a cair, ainda segundo o FMI. No ano que vem, ela vai chegar a 65,9% do PIB, nível abaixo do registrado em 2007 -antes da crise, portanto-, quando ficou em 66,8%, afirma a previsão. Para 2009, o Fundo diz que a conta vai ficar negativa em 68,5%.

Apesar da melhora, o resultado vai continuar acima do da média dos emergentes do G20, que devem ter uma dívida equivalente a 39,6% do PIB em 2010.

As previsões sobre Brasil tanto para este ano como para 2010 são mais otimistas do que as divulgadas no fim de julho - quando o FMI publicou a estimativa anterior.

Uma das explicações é que o FMI aumentou a sua previsão para o crescimento do PIB brasileiro no ano que vem: de 2,5%, em julho, para 3,5%, no mês passado.

## **RJ e ES querem fatia da União no pré-sal (Folha de S. Paulo) 04/11/09**

Estados produtores de petróleo pedem que royalties da União caiam de 30% para 23% em novo marco

VALDO CRUZ  
FERNANDA ODILLA  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Os Estados produtores de petróleo, em especial Rio de Janeiro e Espírito Santo, querem fazer uma aliança com os demais governadores e forçar o governo federal a reduzir sua parcela na distribuição das receitas do pré-sal.

A estratégia é manter a proposta original do relator Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), que destinava à União 23% da arrecadação dos royalties a serem cobrados na exploração do pré-sal. O deputado cedeu depois de pressões do presidente Lula e subiu essa parcela para 30%.

Nos caso da parcela a ser distribuída para todos os Estados, a ideia seria manter a proposta do peemedebista, de 22% da receita total. Com isso, os governadores Sergio Cabral (PMDB-RJ) e Paulo Hartung (PMDB-ES) esperam obter o apoio dos demais colegas, já que eles têm a ganhar com esse modelo. A perda ficaria do lado da União.

Mais tempo

Ontem, para garantir tempo à negociação dessa estratégia, foi adiado o início da discussão do relatório que cria o novo marco regulatório da exploração de petróleo no país. O ponto mais polêmico é a redistribuição entre União, Estados e municípios da receita dos royalties, tributo cobrado como compensação pela exploração de petróleo.

Cabral ligou para o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), pedindo ajuda. O governador fluminense quer convencer o relator a alterar o texto, beneficiando os Estados produtores.

O início dos debates do relatório foi adiado para a noite de amanhã, a pedido do coordenador da bancada do Rio, deputado Hugo Leal (PSC). A definição da nova data tumultuou a sessão, que terminou com bate-boca entre o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) e o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP).

Segundo a Folha apurou, o governo gostaria de aprovar a proposta final do relator, que lhe garantiu 30% dos royalties. Nas contas do governo, como o deputado extinguiu a participação especial, a parcela da União tende a aumentar em detrimento à destinada a Estados e municípios produtores.

Foi por isso que Cabral e Hartung decidiram voltar a pressionar por mudanças no texto que será votado na comissão especial que analisa o novo marco regulatório.

Os deputados correm para aprovar o relatório antes do próximo dia 10, data em que começa a tramitação dos projetos do pré-sal no plenário da Câmara. "Há acordo político para a matéria ir ao plenário com ou sem deliberação desta comissão e o pior dos mundos é o parecer ir como está. Correr o risco do adiamento vai ser um tiro no pé de quem quer mudar", afirmou o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Temer combinou com o presidente Lula que todos os quatro projetos do pré-sal estariam votados até o final deste mês na Câmara. Para honrar o compromisso, Temer pode decidir votar diretamente no plenário os projetos do pré-sal, sem decisão das comissões especiais.

A Petrobras também não está satisfeita com o texto de Alves, que prevê a cessão de campos marginais a empresas de pequeno e médio porte. O relator promete alterar a redação da emenda para incluir a estatal no negócio.

## **País deve abandonar meta ambiental (O Estado de S. Paulo) 04/11/09**

Brasil pode levar para Copenhague 'esforço voluntário' de redução das emissões de CO<sub>2</sub>, mas sem fechar número

### **BRASÍLIA**

Em vez de metas de redução de gases de efeito estufa, o Brasil deve ter uma carta de intenções que mostraria o "esforço voluntário" para combater o aquecimento global, como a redução do desmatamento da Amazônia em 80% até 2020 e ações nos setores industriais e da agroindústria. Ao fim de mais uma reunião ministerial ficou claro que o País caminha para levar uma proposta sem definição de metas de redução de emissão de gases à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), em Copenhague, no próximo mês.

A reunião de ontem entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sete ministros, representantes de ministérios, da delegação que vai a Copenhague e do setor de energia elétrica, destinada a buscar um consenso para a proposta brasileira, avançou pouco. Os ministros preferiram pedir mais tempo e marcar um novo encontro, no dia 14.

Consenso mesmo só quanto à redução da derrubada da floresta amazônica, o que poderá alcançar 20% menos de emissões em 2020. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, informou que sua pasta incentivará o plantio direto de grãos em substituição ao arado, a recuperação de 50 milhões de hectares de áreas degradadas e o fim da queima da palha da cana-de-açúcar na colheita a partir de 2018. São objetivos que podem reduzir as emissões.

O Ministério do Desenvolvimento informou que lutará pelo selo "aço verde", fazendo com que as siderúrgicas só usem o carvão vegetal, com reposição de 100% das árvores.

### **CREDIBILIDADE**

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que chefiará a delegação brasileira em Copenhague, disse que dificilmente será definida uma meta de redução de emissões na próxima reunião ministerial. "Pode ser que no dia 14 a gente não apresente o número diretamente, mas apenas as medidas, até porque o número tem de ter credibilidade." A ministra falou explicitamente em proposta que formaria um "esforço voluntário do Brasil". Dilma estava ao lado do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que defende meta de redução de emissão de gases de 40% e crescimento econômico de 4% ao ano até 2020, uma forma de segurar os gases de efeito estufa. Dilma não concorda. A candidata à sucessão de Lula defende crescimento de 5% a 6% ao ano. Isso, reconheceu a ministra, poderá fazer com que as emissões aumentem um pouco.

Na área de produção de energia, o Brasil se considera o melhor. Tabelas do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, indicam que, no setor elétrico, o País lidera o ranking dos que menos emitem gases do efeito estufa. Nesse quesito, enquanto o Brasil é responsável por 2,5% das emissões, os EUA respondem por 22% e União Europeia por 9%. Porém,

quando são avaliadas as emissões totais, o Brasil ocupa a quarta posição entre os maiores emissores - e o desmatamento tem o maior peso.

Apesar de a reunião de ontem não ter estabelecido metas, Minc se disse muito otimista quanto à proposta brasileira. Ele evitou falar em porcentuais. "Não dá para falar ainda. Mas tenho certeza de que o Brasil apresentará a proposta mais avançada entre todos os países em desenvolvimento." Eufórico com o que acha que vai conseguir com Lula e seus colegas, chegou a profetizar: "O Brasil vai salvar Copenhague". Mesmo se não apresentar metas, mas só uma carta de intenções ou esforço voluntário, o Brasil pode ter vantagens sobre outros países em desenvolvimento. A China, por exemplo, não quer se comprometer com números nem propostas. JOÃO DOMINGOS, TÂNIA MONTEIRO, LEONENCIO NOSSA, CHRISTIANE SAMARCO, LISANDRA PARAGUASSÚ

## O QUE ESTÁ EM JOGO

Propostas apresentadas na reunião ontem:

Ministério da Agricultura: Recuperação de cerca de 50 milhões de hectares de áreas degradadas para reflorestamento, plantio de grãos e de cana-de-açúcar, para evitar novos desmatamentos. Plantio direto de grãos no solo, sem o uso do arado, de forma a evitar que grandes áreas sejam revolvidas, além de prevenir a erosão. Proibição, a partir de 2018, da queima da palha da cana-de-açúcar durante o processo de colheita

Ministério do Meio Ambiente: Redução do desmatamento da Amazônia em até 80% até 2020 e diminuição das emissões de CO<sub>2</sub>. Fiscalização para evitar o desmatamento do Cerrado e criação de unidades de conservação como forma de proteger o bioma

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio:

Criação do selo "açúcar verde", segundo o qual todo o carvão utilizado nas siderúrgicas terá de ser vegetal, com reposição de 100% em florestas exóticas, a exemplo do eucalipto, o que poderá proteger a vegetação nativa

O que está em discussão em Copenhague: Os países precisam chegar a um acordo climático com o objetivo de reduzir a emissão de gases que provocam o aquecimento global. Pelo Protocolo de Kyoto, somente os países industrializados tinham metas obrigatórias de cortar cerca de 5% de suas emissões até 2012. É preciso fazer um acordo com metas mais ambiciosas para vigorar a partir de 2013. Os países ricos pressionam para que os emergentes - principalmente a China, que é hoje o maior emissor de CO<sub>2</sub> - também assumam compromissos

Qual a importância do Brasil nessa discussão: O Brasil é o quarto maior emissor de gases de efeito estufa no mundo - o desmatamento é a principal causa. Por isso, espera-se que o País faça um esforço de redução de emissões

## **Governo negocia com centrais para barrar regra de reajuste de pensões (O Estado de S. Paulo) 04/11/09**

Projeto prevê o mesmo índice de correção do salário mínimo para pensionistas que ganham mais do que o mínimo

Denise Madueño e Tânia Monteiro, BRASÍLIA

O governo vai tentar fechar em definitivo um acordo com as centrais sindicais e entidades de aposentados para evitar a aprovação de um projeto de lei que estende a todas as aposentadorias e pensões o mesmo índice de correção do salário mínimo. Ontem, o governo entrou em campo para evitar que o projeto seja votado na sessão de hoje da Câmara dos Deputados.

O governo considera que o projeto é um desastre para as contas públicas, alegando que teria impacto de R\$ 6,9 bilhões no próximo ano nas contas da Previdência e poderia elevar as despesas do INSS para 18,1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2050. Mas, como a proposta tem grande potencial eleitoral, parlamentares da base deixaram claro que votariam a favor dos aposentados se o projeto entrar em votação.

Com isso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderá se ver diante do ônus político de ter de vetá-lo. No Planalto, as informações são de que, se preciso, Lula vetará. Por ora, a estratégia dos líderes do governo e do PT é impedir que ele seja posto em votação, disse ontem o ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha. O tema foi incluído na pauta do plenário pelo presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), cedendo a pressão dos aposentados.

"Este não é o momento para se aprovar um assunto como esse", declarou Padilha. "Estamos discutindo com as centrais sindicais, pois o Brasil está em um momento importante de superação da crise e recuperação de suas receitas." Ele classificou a proposta de "insustentável" para o governo.

Há cerca de dois meses, o governo propôs às centrais sindicais e entidades dos aposentados um acordo para suspender a tramitação desse projeto e de mais duas propostas consideradas danosas para as contas da Previdência. Em troca, os aposentados que ganham mais que um salário mínimo receberiam em 2010 e 2011 um reajuste de 6,1%, o que significaria ganho real de cerca de 2,5% em cada ano, considerando a variação prevista para o INPC, índice que corrige as aposentadorias.

Pela regra atual, os benefícios acima do mínimo são reajustados pela variação do INPC. Somente as aposentadorias no valor de um salário mínimo são reajustadas pela mesma política de aumento do mínimo, que prevê repasse da inflação do ano anterior mais a variação do PIB ocorrida dois anos antes. Se a regra for estendida a todas as aposentadorias, em 2010, todos os benefícios seriam corrigidos em 8,79%.

Os termos do acordo foram aceitos pela CUT e a Força Sindical, mas nem todas as centrais aderiram. A Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobrap) também ficou fora e promete trazer centenas de manifestantes hoje a Brasília para pressionar os deputados a aprovar o projeto. De acordo com Padilha, "o governo vai continuar discutindo com as centrais para buscar alternativa para este tema".

A questão acendeu um alerta no PT e no governo. O temor é que a oposição tente grudar na candidata à presidência Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil, o desgaste de derrubar uma proposta que pode beneficiar 8,3 milhões de aposentados que recebem benefícios acima de um salário mínimo.

"Só um suicida para votar contra os aposentados", afirmou o líder do chamado bloquinho (PSB, PCdoB, PMN e PRB), Márcio França (PSB-SP), mostrando a disposição dos aliados de Lula.

A proposta chegou à Câmara por meio de uma emenda feita pelo senador petista Paulo Paim (RS), quando o projeto que fixa as regras para o salário mínimo tramitou no Senado. A iniciativa de Paim provocou irritação na bancada do PT. Deputados petistas afirmam que o senador quer se reeleger com os votos dos aposentados, sem se preocupar com as consequências.

"É inconcebível que um senador do PT faça uma emenda dessa, criando gastos de bilhões sem conversar com o governo, quando estamos no período pós-crise", protestou o deputado José Genoíno (PT-SP).

"Se colocar o projeto em votação, vai ser aprovado. Ninguém quer assumir esse ônus criado pelo PT. O PT que resolva. Não seremos nós que pediremos a retirada do projeto de pauta", disse o líder do PSB, deputado Rodrigo Rollemberg.

Se a base deixou claro que não vai votar contra os aposentados, a oposição muito menos. "Não vamos facilitar a vida do governo. Eles criaram esse problema", afirmou o vice-líder do PSDB, Duarte Nogueira (SP). "Sempre que alertamos o governo do aumento de gastos, ele faz cara de paisagem. Não vamos fazer o papel do governo."

O ministro Alexandre Padilha entrou na operação pedindo ao presidente da Câmara para evitar a votação. O líder do PT, Cândido Vaccarezza (SP), também foi escalado para falar com Temer. "Esse projeto só pode ser votado com acordo político na Casa", argumentou o petista. Ontem, a estratégia adotada pelo PT foi evitar a votação de uma medida provisória que está trancando a pauta e, em consequência, impedindo a votação do projeto dos aposentados.

COLABOROU ISABEL SOBRAL

## **Senado aprova fim de multa de 10% do FGTS para 2012 (O Estado de S. Paulo) 04/11/09**

Carol Pires, BRASÍLIA

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem projeto que fixa para 31 de julho de 2012 o fim da multa adicional de 10% do FGTS paga pelas empresas em caso de demissão sem justa causa. O projeto, do senador Renato Casagrande (PSB-ES), será agora votado no plenário e depois encaminhado à Câmara.

A multa normal é de 40%. O adicional de 10% foi instituído por uma lei de 2001 para cobrir o rombo de R\$ 42 bilhões no FGTS aberto pela decisão da Justiça de aplicar correção integral durante os planos Verão, no governo Sarney, e Collor I.

Casagrande ressaltou que os balanços de 2006 já mostravam recuperação do FGTS, o que justificaria o fim da multa em 31 de dezembro de 2010. A lei de 2001 não fixa prazo. Orientado pelo Ministério do Trabalho, o senador Eduardo

Suplicy (PT-SP) pediu que fosse até julho de 2012. Ele disse que 280 mil processos de reajuste do saldo do FGTS ainda estão em aberto.

## CRÉDITO HABITACIONAL

Outro projeto aprovado pela CAE estabelece que a situação cadastral de famílias com renda igual ou inferior ao salário mínimo em instituições de proteção ao crédito, como Serasa e SPC, não será mais considerada na análise do crédito habitacional.

## **Trabalhador pode ter dois dias de folga a mais por ano (O Estado de S. Paulo) 04/11/09**

Projeto foi aprovado na CAE e pode ir direto à Câmara

Carol Pires, BRASÍLIA

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado garante ao trabalhador o direito de faltar ao trabalho dois dias por ano sem prejuízo do salário - um dia para acompanhar os filhos em atividade escolar e outro para tratar de assuntos pessoais.

O projeto ainda vai para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, se aprovada, não precisa ser votada em plenário antes de seguir para a Câmara, salvo se houver recurso.

O projeto unifica duas propostas. Uma foi apresentada em 2008 pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), sobre licença para acompanhamento escolar dos filhos. A outra, do senador Paulo Paim (PT-RS), trata da folga para tratar de interesses pessoais e tramita no Senado desde 2003. Ambas foram unidas em relatório do senador Gim Argello (PTB-DF).

Cristovam Buarque argumenta que, sem essa folga regulamentada em lei, apenas as classes média e alta conseguem acompanhar os filhos na escola. "A classe média consegue, muitas vezes, folga espontânea, negociada com o chefe, mas e os trabalhadores das classes mais baixas? Que direito tem uma doméstica, por exemplo, de pedir folga para ir à escola do filho? questiona o senador. Na avaliação de Cristovam, a folga sem prejuízo do salário "poderá atrair o interesse das grandes massas para a educação dos filhos".

Para ter direito a essa folga, o trabalhador deverá pedir autorização ao empregador pelo menos 30 dias antes da data desejada. Para comprovar sua participação nas atividades relacionadas ao filho, ele também deverá apresentar comprovante expedido pela escola. No caso de folga para tratar de assuntos particulares, cada empresa deverá fixar um acordo sobre como esta folga será negociada.

Em seu relatório, Gim Argello afirma que a aprovação do projeto significará aumento médio de apenas 0,002% no custo de cada dia trabalhado, considerando um ano de 220 dias trabalhados. "Os benefícios sociais das proposições superam o custo econômico que apontamos. Ainda acreditamos que, aprovadas, as medidas terão, também, um impacto econômico positivo, consubstanciado no bem-estar do trabalhador, que exercerá suas funções com maior motivação, e no de seus filhos, que terão maior incentivo para seu aprendizado", diz Argello, no projeto.

## **"Ação guerreira" contra Belo Monte (O Estado de S. Paulo) 04/11/09**

Índios interrompem travessia de balsa no Xingu e enviam carta a Lula protestando contra a obra

Renato Andrade e Leonardo Goy, BRASÍLIA

Com a presença do cacique Raoni Metuktire, conhecido em todo o mundo, lideranças indígenas anteciparam o protesto previsto para hoje contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte e interromperam ontem, por cinco horas, a travessia por balsa do Rio Xingu, que liga São José do Xingu a outros municípios de Mato Grosso e ao Pará. Cerca de 50 caminhões de boiadeiros foram impedidos de passar.

A suspensão será retomada hoje, às 7 horas, e deve ser mantida pelo menos até o encerramento do encontro, também hoje, em Brasília, para discutir "direitos indígenas". Raoni, que viajou ontem para Redenção (PA), participou das manifestações acompanhado do líder Megaron Txucarramãe. Raoni se mostrou preocupado com a obra. "É bom o rio quieto em seu leito e sem barragens."

Os protestos fazem parte do calendário dos povos do Xingu que recomeçaram no segundo semestre com a manifestação na Aldeia Piraçu, na terra indígena Kapot/Jarina, na semana passada, contra a construção da usina.

Em carta que será entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assinada por cerca de 300 lideranças, os índios ameaçam com "ação guerreira" caso o governo não desista do projeto da hidrelétrica.

Na quinta-feira, está prevista um encontro na Vila Roçada, município de Senador José Porfírio (PA), que reunirá lideranças indígenas, moradores ribeirinhos, procuradores da República, pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e advogados.

Mesmo sem ter obtido nenhuma das três licenças necessárias (a prévia, de instalação e de operação), o empreendimento deve ser oferecido em leilão em dezembro, segundo informação do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

No documento que será entregue ao presidente Lula, eles questionam a forma como o processo de licenciamento vem sendo conduzido pelo governo e reclamam da falta de diálogo com os povos indígenas que, segundo eles, "não teriam sido ouvidos nem recebido as informações a que têm direito".

Na carta, dizem também que não aceitam que "o governo tome uma decisão de tamanha irresponsabilidade, que trará consequências irreversíveis para essa região e nossos povos, desrespeitando profundamente os habitantes ancestrais deste rio e o modelo de desenvolvimento que defendemos".

Há cerca de duas semanas, a Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão do governo, emitiu parecer favorável no que concerne à avaliação do componente indígena dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) da obra.

A comitiva indígena exige uma reunião com o presidente do órgão, Mercio Meira, para "cobrar explicações sobre esse parecer, que contraria a opinião das 283 lideranças indígenas presentes no encontro".

Os questionamento à obra incluem aspectos técnicos, socioambientais e de viabilidade econômica. Segundo o projeto, dadas as condições de cheia e vazante, o aproveitamento em parte do ano não ultrapassaria os 40% dos 11.233 MW instalados.

## **Eletróbrás "engole" dívida de controladas (O Estado de S. Paulo) 04/11/09**

Empresa faz capitalização de controladas, em operação de R\$ 11,7 bi, para passar a receber mais dividendos

Wellington Bahnemann e Kelly Lima

A Eletróbrás anunciou ontem uma grande capitalização de suas empresas controladas, numa operação que chega a R\$ 11,77 bilhões. A operação contábil não vai envolver a emissão de ações, mas apenas transformar as dívidas das companhias em maior participação da estatal em seu capital acionário. Em contrapartida, as coligadas vão seguir novas regras de governança corporativa. A estratégia já havia sido antecipada pelo presidente da companhia, José Antonio Muniz, em entrevista coletiva no início de outubro.

Na ocasião, Muniz afirmou que a ideia era trocar as dívidas que as empresas tinham com a holding por maiores dividendos no futuro. Pelos termos do comunicado divulgado ontem, serão capitalizados R\$ 8,825 bilhões relativos ao saldo de financiamentos concedidos e R\$ 2,944 bilhões como adiantamentos para futuro aumento de capital (Afac). No caso de Eletronorte, Furnas e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), o aumento de capital será de R\$ 6,605 bilhões, valor que se refere ao saldo devedor dos financiamentos. Além dessas, a Eletróbrás também controla a Eletrosul e a Chesf.

O diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletróbrás, Astrogildo Quental, afirmou que a operação de aumento de capital das controladas tem como objetivo eliminar a ineficiência fiscal do grupo e melhorar o fluxo de dividendos das controladas à holding. "Com essa capitalização, ficará mais fácil para o investidor compreender o resultado da empresa. A capitalização também aumenta nossa capacidade de financiamento", disse.

Com o balanço limpo, Quental explicou que aquelas controladas que só registravam prejuízo nos últimos anos, como a Eletronorte, voltarão a dar lucro, permitindo a compensação de créditos tributários acumulados.

MAIS LUCRO

Segundo ele, essas mudanças provocadas pela capitalização ampliarão os ganhos à Eletrobrás. Para o período entre 2010 e 2019, a estatal projeta que pode receber cerca de R\$ 30 bilhões de dividendos de suas controladas, uma média de R\$ 3 bilhões por ano. "Hoje, as empresas que dão lucro são a Chesf, Furnas e Eletrosul. Com isso, os dividendos que recebemos das controladas ficam próximos a R\$ 1 bilhão."

Além das coligadas, as geradoras e as transmissoras federalizadas também terão direito a participar do aumento de capital. O saldo devedor dos financiamentos garantirá uma capitalização de R\$ 2,22 bilhões, dos quais R\$ 1,331 bilhão para a Amazonas Energia; R\$ 17,748 milhões para a Boa Vista Energia; R\$ 273,753 milhões para a Ceal; R\$ 193,418 milhões para a Cepisa, do Piauí; R\$ 386,439 milhões para a Ceron, de Rondônia; e R\$ 17,131 milhões para a Eletroacre.

"No que foi possível efetuarmos a capitalização do saldo devedor, nós efetuamos. Chegamos ao limite permitido", disse Quental, completando que as controladas terão 240 meses para pagar esse montante, a uma taxa de juros de 6% ao ano. "Anteriormente, a taxa média era de 12% ao ano. Estamos alterando as condições para refletir o atual momento da economia brasileira. Isso será constantemente revisado."

A operação e a repactuação das condições de financiamento, entretanto, estão condicionadas a duas mudanças nos estatutos das controladas: a primeira é a distribuição obrigatória de 100% do lucro do exercício na forma de dividendos à holding. "Em relação ao exercício de 2008, a distribuição foi de 50%", revelou Quental. Para alcançar esse objetivo, ele comentou que as subsidiárias terão de zerar o saldo de prejuízos acumulados ainda este ano para que tenham condições de distribuir os dividendos.

A segunda mudança é a obrigatoriedade para que as controladas celebrem, com a holding, o contrato de metas de desempenho empresarial (CMDE), que estabelece as novas práticas de governança corporativa dentro do grupo. "Nesse contrato, iremos estabelecer, por exemplo, um limite aos custeios, uma nova política de pessoal, nível de rentabilidade para os projetos, nível de investimentos, entre outros. Trata-se de um instrumento de gestão", disse. Esses contratos deverão ser aprovados pelo conselho de administração da Eletrobrás e das controladas.

## **Agenda (O Estado de S. Paulo) 04/11/09**

Energia: A Esalq/USP promove amanhã, em Piracicaba (SP), um ciclo de palestras sobre sustentabilidade no setor sucroenergético. Tel. (0--19) 3417-6604.

## **A "nova" era dos direitos (O Estado de S. Paulo) 04/11/09**

Luciano Athayde Chaves

Quando Norberto Bobbio lançou a obra *A Era dos Direitos*, talvez não tivesse presente que o texto seria tão aplicável à nossa atualidade. À época, o pensador preocupava-se com a necessidade da proteção efetiva dos direitos, e não apenas com a argumentação de sua importância.

Nos dias atuais vivemos a exata realidade do pensador italiano. Se, por um lado, temos a amplitude normativa da Constituição federal, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e do Código Civil, por exemplo, temos também, por outro, o desconhecimento de direitos, mesmo os fundamentais, por expressiva porção dos cidadãos brasileiros.

Registro na Carteira de Trabalho, horas extras, adicional por insalubridade, férias e repouso remunerados, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego, esses são apenas alguns exemplos, dos vários que podemos citar, que suscitam dúvidas nos trabalhadores brasileiros. São exemplos de direitos que têm amparo legal na CLT e na própria Constituição.

E o que dizer do direito a um ambiente seguro, protegido de doenças, de acidentes e psicologicamente adequado para o trabalho? E o assédio moral?

Vivemos um Brasil em que muitos dos direitos trabalhistas são pouco observados, seja por falta de conhecimento, seja por fraude contra o sistema de proteção social.

E são problemas como esses que contribuem para o grande número de processos que chegam todos os anos à Justiça do Trabalho. Só no ano passado, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mais de 6 milhões de processos tramitavam na Justiça do Trabalho de primeiro grau.

O número representa uma realidade preocupante, que pode ser explicada pela falta de respeito aos direitos trabalhistas pelos tomadores de serviços e empregadores e pelo desconhecimento de seus direitos pelos trabalhadores. Mas também pode ser decorrente do atual sistema, que exige o consentimento do trabalhador lesado até o fim da relação contratual, quando se abrem as portas para a cobrança de seus direitos, ato impensável de ser concretizado durante a vigência do contrato de trabalho, desprotegido de garantias que assegurem a discussão judicial de direitos sem o temor da despedida imediata.

Muitos desses milhões de conflitos nem precisariam chegar à Justiça se o cidadão conhecesse o mínimo de seus direitos e dispusesse das condições mínimas para a sua exigibilidade. E essa mudança só ocorrerá se a sociedade perceber que não é bastante a conquista teórica de direitos, corporificando-os na lei. Isso é fundamental, claro, mas o importante é o fato de esses direitos serem observados pelas pessoas, pelas empresas, pelos empregadores, por todos.

O Brasil é profundamente marcado pelo desrespeito ao direito previsto na lei e o Direito do Trabalho, todos sabem, sofre essa dificuldade.

É razoável pensar que, se houvesse mais informação e, principalmente, mais profissionalismo por parte de nossos empregadores, esse quadro seria outro. Não teríamos no setor privado apenas 44,1% dos trabalhadores com registro em carteira profissional, conforme números revelados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Um bom exemplo de setor do mercado de trabalho brasileiro que, entre tantos, carece ainda de mais de atenção é o doméstico. O trabalho no âmbito familiar é instituição antiga no Brasil e durante muito tempo não recebeu sequer a tutela do Estado. É de lembrar que a CLT, instituída em 1943, excluiu expressamente os trabalhadores domésticos de sua proteção. Somente na década de 1970 alguns direitos foram assegurados. A própria Constituição de 1988, tão ousada sob o ângulo social, não garantiu a isonomia de direitos entre os trabalhadores urbanos, rurais e domésticos. Entretanto, alguns direitos adicionais foram garantidos recentemente, mas ainda existem diferenças de tutela legal.

Ademais, o sucateamento da fiscalização do trabalho no Brasil é outro fator que põe em risco a efetivação dos direitos dos trabalhadores. Pois, se não há fiscalização, como pode haver punição?

São muitas e sutis as formas potenciais de precarização dos direitos trabalhistas. Isso sem falarmos das outras formas que se vêm tornando rotineiras no mercado de trabalho, como a terceirização sem limites, os estágios irregulares, os falsos autônomos e o cooperativismo fraudulento da mão de obra, entre tantos outros.

São fraudes muitas vezes cometidas não apenas pelo empregador privado, mas também pelos próprios órgãos públicos, denotando a gravidade do problema e - por que não dizer? - a conivência por parte daqueles que deveriam ser os primeiros a erradicá-lo.

Subdesenvolvido? Emergente? Em desenvolvimento? A nomenclatura que nosso país merece internacionalmente passa, necessariamente, pela defesa dos direitos, aqui incluídos os trabalhistas, e pelo combate a toda e qualquer tentativa de flexibilização e atitude reducionista. Não há democracia sem justiça, tampouco desenvolvimento se não tivermos respeito ao nosso próprio povo.

O Brasil precisa consolidar o seu tecido de proteção social não apenas como meio de vida, mas como valor ético. E se a Constituição garante, entre tantos outros, o direito ao trabalho, os direitos trabalhistas não podem ser desprezados por condições degradantes, pela discriminação, pelo baixo salário, pela insegurança, pela miséria e pela não-observância (e desconhecimento) das normas legais.

Precisamos de ações afirmativas para amplificar a efetividade dos direitos sociais e trabalhistas, tornando-os mais conhecidos e exigíveis. Temos de concretizá-los e protegê-los, não somente argumentar ou justificar a sua existência. Essa é a "nova" era dos direitos!

Luciano Athayde Chaves é presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra)

Infraestrutura: Demanda aquecida e requisitos técnicos dificultam tarefa de encontrar local adequado

## **No Brasil, já faltam áreas para instalar centros de dados (Valor Econômico)**

**04/11/09**

Cibelle Bouças e Gustavo Brigatto, de São Paulo

Carlos Eduardo Kuhl, diretor da InterSystems: poucos prédios suportam uma tonelada por metro quadrado  
Carlos Eduardo Kuhl está pronto para arrumar as malas, mas ainda não tem destino certo. A procura pelo lugar dos seus sonhos já envolveu visitas a dezenas de locais diferentes, sem que nenhum o convencesse até agora. Mas Kuhl não está atrás de um resort exclusivo ou de uma praia deserta. Responsável pelas operações latino-americanas da InterSystems, uma empresa de software, sua dificuldade é encontrar o imóvel adequado para instalar, em São Paulo, o primeiro centro de dados da companhia no Brasil.

"Poucos prédios têm estruturas capazes de suportar uma tonelada por metro quadrado", explica o executivo. A oferta de áreas é tão escassa que a previsão de Kuhl é que a procura vá se estender até março de 2010.

A falta de prédios adequados é reflexo direto da explosão de demanda pelos centros de dados ou "data centers". É esse o nome dados às grandes salas refrigeradas que funcionam como um celeiro de servidores, os computadores de grande porte onde são armazenadas informações e programas de empresas de todos os tamanhos e áreas de atuação.

Uma pesquisa da consultoria IDC mostra que esse mercado, estimado em R\$ 13 bilhões anuais, cresceu quase 10% em 2008, com projeção de se expandir dois dígitos ao ano entre este ano e 2013, informa Reinaldo Roveri, gerente de análise de mercado da IDC.

Movimentos recentes mostram como a área está aquecida. Somando apenas quatro projetos de centros de dados em andamento - da Petrobras, do Bradesco, do UOL e da Sistel - o orçamento dedicado a essas instalações chega à cifra de R\$ 565 milhões.

O crescente interesse das empresas em investir em centros de dados obedece a duas vertentes básicas: a primeira é atender a necessidades internas. O processo de informatização e o aumento das transações eletrônicas entre as empresas e seus fornecedores ou clientes tornou a construção de mais centros um imperativo, principalmente entre as grandes companhias.

A segunda vertente é a das empresas que estão investindo em centros de dados para oferecer serviços terceirizados: o cliente usa as instalações do fornecedor em vez de construir sua própria infraestrutura. A tendência fica cada vez mais forte com a chamada computação em nuvem. Em vez de armazenar software e arquivos no computador do usuário, tudo fica disponível via internet - a "nuvem" do enunciado.

Um levantamento feito pela IT Data com mil empresas de médio e grande portes revela que 39% delas já terceirizam total ou parcialmente seus centros de dados. Álvaro Leal, consultor da IT Data, diz que existe um enorme potencial de crescimento para esses serviços.

A InterSystems é um exemplo disso. A empresa, que oferece software de banco de dados e sistemas para a área de saúde, passou a investir em centros de dados para oferecer seus programas no formato de serviço - o software roda nos servidores da própria InterSystems e o cliente paga uma espécie de mensalidade, em vez de comprar a licença.

"Com o mercado aquecido, é um grande desafio para as empresas encontrarem locais financeiramente atrativos e que atendam a todos os requisitos de infraestrutura", diz Roveri, da IDC. Entre as exigências técnicas estão a demanda por energia - que varia de 500 megawatts/hora (MWh) a 2 mil MWh por metro quadrado - e uma infraestrutura compatível com geradores, sistema anti-incêndio e refrigeração eficiente.

Outros requisitos que começam a fazer parte dos projetos são o reaproveitamento da água da chuva e a melhoria do sistema de ar-condicionado. Os empreendimentos mais recentes também preveem a redução do espaço ocupado (com a aquisição de servidores mais compactos) e a virtualização de redes, servidores e áreas de armazenamento por meio de programas que multiplicam a capacidade desses equipamentos.

Tudo isso, diz Roveri, exige um investimento pesado, o que fortalece a tendência de terceirização. Em muitas empresas, apenas as áreas essenciais ao negócio continuam sendo administradas em centros de dados próprios.

Diante desse cenário, as empresas estão aprendendo a agir como as companhias especializadas em imóveis. O UOL decidiu implantar novas instalações no centro de São Paulo. Gil Torquato, diretor corporativo da empresa, conta que pesquisou locais em todo o Estado e escolheu a região devido a uma série de condições: proximidade de uma

subestação de fornecimento de energia, espaço com capacidade para receber um novo grupo de geradores - a demanda é de um consumo médio de 8 MWh - e farta disponibilidade de provedores de redes, como Net, Intelig e Oi. "A rede oferecerá 60 gigabytes por segundo (Gbps) de conexão. Para manter essa capacidade 24 horas por dia, sete dias por semana, foi preciso procurar muito até encontrar o local que permitisse a instalação da infraestrutura adequada", afirma o executivo.

A previsão é de que o novo prédio seja inaugurado no primeiro trimestre de 2010. Em seu lançamento, o projeto foi orçado em R\$ 90 milhões. A estrutura será formada por cinco pisos para o centro de dados e outros dois andares subterrâneos, onde ficarão os geradores. Quando inaugurado, o centro vai abrigar 30 mil servidores e uma capacidade cinco vezes maior do que as instalações atuais da companhia. O projeto faz parte do plano de expansão do serviço de hospedagem do UOL, que em março absorveu a DHC Outsourcing, e, em outubro, adquiriu a carteira de 55 mil clientes da Insite.

O grupo Asamar - com receita anual de R\$ 8 bilhões e atuação em áreas que vão da petroquímica à siderurgia - enfrentou menos dificuldades ao apostar na instalação de um centro de dados fora do circuito tradicional. No fim de 2008, a empresa anunciou investimento de US\$ 50 milhões (50% financiado pelo Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais, BMDG) na criação da Ativas Data Center, uma empresa para prestar serviços na área. O centro de dados será lançado em março de 2010 e vai atender à demanda das empresas do grupo e de outras companhias.

As instalações vão ficar em Belo Horizonte, entre duas estações de geração de energia elétrica da Cemig e numa região provida por várias operadoras de telefonia, diz o presidente da empresa, Alexandre Siffert. A empresa comprou um terreno de 11 mil metros quadrados, que terá na primeira fase 6 mil metros quadrados de área construída. "O espaço permite a construção de mais 30 mil metros quadrados numa expansão futura", afirma o executivo.

Na Alog, a capacidade dos centros instalados no Rio de Janeiro e em São Paulo ainda são capazes de sustentar o crescimento da empresa pelos próximos dois anos, diz Sidney Breyer, presidente da companhia. Uma expansão, porém, já está nos planos. "Nesta semana começamos a olhar opções na Grande São Paulo", diz Breyer. A preferência é por um terreno onde a empresa possa construir um prédio novo. "Você reduz o consumo de energia já no projeto, com o arranjo correto das salas e a instalação do ar-condicionado", explica. Não está descartada, no entanto, a compra de um prédio pronto caso a oportunidade apareça.

A Boxfile, que desenvolve sistemas de infraestrutura e tecnologia da informação para centros de dados, registrou um crescimento de 50% este ano, graças ao avanço de projetos na área. Pascal Toque, sócio e diretor da empresa, associa o crescimento ao aumento recente da demanda, principalmente de bancos e órgãos de governo. "Grandes empresas preferem ter o domínio do gerenciamento do seu centro de dados em vez de confiá-lo a terceiros. A tendência é de que os investimentos na área mantenham um crescimento de 25% pelo menos nos próximos três anos", afirma Toque.

## **Segurança é item central de projetos (Valor Econômico) 04/11/09**

De São Paulo

O processo de terceirização dos centros de dados é cada vez mais intenso, mas isso não impede que um grupo de usuários - principalmente instituições financeiras, órgãos de governo e grandes companhias prefiram manter o controle absoluto do processamento de suas informações e, por isso, estejam construindo seus próprios centros de dados. Como nas instalações terceirizadas, esses projetos precisam seguir exigências de segurança, como a implantação de salas-cofre, e medidas para redução de custos, como o uso de servidores que ocupam menos espaço e a virtualização de parte dos recursos disponíveis.

Com uma carteira de aproximadamente R\$ 10 bilhões, a Fundação Sistel de Seguridade Social, sexto maior fundo fechado de previdência privada do país, instalou há um ano um centro de dados de 27 mil metros quadrados, a metade do espaço ocupado pelas instalações anteriores. O sistema de segurança do novo prédio conta com proteção que inclui de terremoto a queda de avião.

De acordo com o gerente de tecnologia da informação da Fundação Sistel, Fernando Haetinger Toigo, foram instalados 63 servidores, dos quais 35 são equipamentos físicos e os outros 28, máquinas virtuais. O centro de dados opera com sistema de refrigeração redundante e a infraestrutura de energia conta com dois nobreaks e grupos de geradores.

A Sistel congrega informações de 19,7 mil aposentados e 6,4 mil pensionistas, opera dez planos de previdência, realiza 800 empréstimos por mês e oferece dois planos assistenciais a 31 mil titulares e 13 mil dependentes. "Não houve aumento da capacidade de processamento de dados, porque já tínhamos feito isso antes. O novo centro de dados foi construído para aumentar a segurança e mitigar riscos", afirma o executivo.

No quesito segurança, a Fundação Sistel optou por nada menos que uma sala-cofre semelhante às do Pentágono, nos Estados Unidos. Trata-se de uma sala fechada por painéis de aço laterais e teto de 10 centímetros de espessura, piso composto por uma camada de aço e uma de material corta-fogo. O material é o mesmo das caixas-pretas de avião - à prova de bala, umidade, terremoto, fogo e explosão. O acesso das pessoas à sala é controlado por exames de biometria. A estrutura foi importada dos Estados Unidos pela Boxfile, que cuidou da infraestrutura do projeto. O custo total foi de R\$ 5 milhões.

A segurança também foi um dos aspectos centrais na decisão do Bradesco de implantar um novo centro de dados em Osasco (SP). No início de 2010, o banco planeja concluir a última fase do projeto, com a migração de 1,2 mil servidores que estão espalhados pelo país para a unidade da Cidade de Deus. Desde 2008, já foram transferidos 1,4 mil servidores e mais de 15 mil canais de comunicação de dados para as novas instalações, que ficam em um edifício de 10 mil metros quadrados, regido sob as regras de sustentabilidade ambiental.

O projeto recebeu investimento de R\$ 170 milhões e levou 15 meses para ser concluído, diz o vice-presidente executivo do Bradesco, Laércio Albino César. "Esse centro é capaz de monitorar cerca de 30 mil componentes", afirma o executivo. O banco processa 180 milhões de transações por dia, chegando a 300 milhões em dias de pico. "O novo centro foi feito pensando na expansão que o banco fará e no aumento da proteção contra qualquer tipo de invasão", afirma César. Todo o processamento de dados do Bradesco continua sendo feito pelo banco. Apenas a impressão de extratos e contas é feita por uma empresa terceirizada.

A Petrobras, que inaugura o seu centro de dados no primeiro trimestre de 2010, optou por terceirizar parte do processamento de dados e instalar nas novas instalações apenas as áreas de tecnologia da informação diretamente ligadas ao seu negócio, afirma o gerente de serviços de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações da Petrobras, Antônio Carlos de Faria. O centro, fruto de um investimento de R\$ 300 milhões, terá um edifício próprio, de 3,6 mil metros quadrados, que está em construção desde 2008 no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), no Rio de Janeiro. "Hoje, cada unidade possui uma estrutura de processamento de dados. Por mais que se faça uma sala com todos os requisitos para um centro de dados, a estrutura não fica perfeita", diz Faria.

O edifício foi projetado de modo utilizar energia gerada por gás natural e aproveitar a energia solar e a água da chuva para suprir parte do consumo de luz e água. "Com esse sistema, teremos uma economia de R\$ 1,4 milhão por ano", afirma o executivo. Quando concluído, o centro de dados receberá cerca de 7 mil servidores físicos e virtuais, que controlarão 86 mil unidades de trabalho no Brasil e no exterior. (CB e GB)

Energia: Eletronorte e distribuidoras federalizadas são as mais beneficiadas

## **Eletronorte dá alívio de cerca de R\$ 12 bi a subsidiárias (Valor Econômico)** **04/11/09**

Josette Goulart, de São Paulo

O conselho de administração da Eletronorte aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 11,7 bilhões nas suas empresas subsidiárias. Ao fazer isso, a holding elimina boa parte da dívida de suas controladas, que vão economizar R\$ 2 bilhões por ano em serviços e juros da dívida que tinham com a matriz. Se de um lado a Eletronorte perde receita, de outro ela espera ganhar com o recebimento de dividendos da ordem de R\$ 30 bilhões nos próximos dez anos, melhorando a estrutura de capital de toda a companhia. A operação vai servir não só para reforçar mais uma vez o novo conceito de a Eletronorte como uma empresa única, a exemplo da Petrobras, como reforça também as condições de liquidez para os pesados investimentos que planeja fazer.

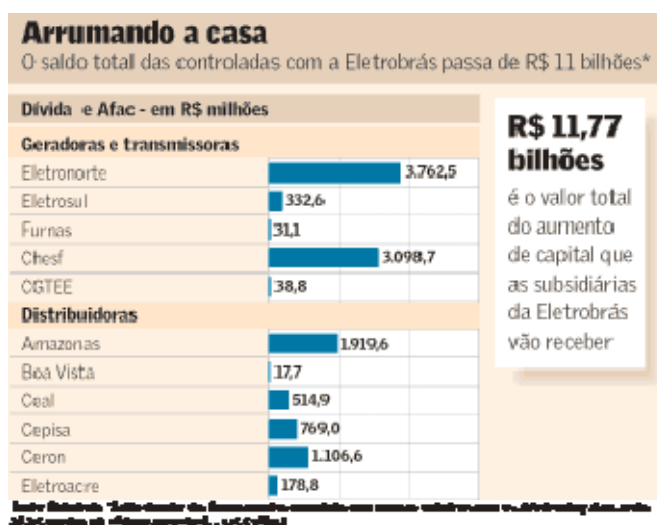
Dentre as subsidiárias do sistema Eletronorte, a mais beneficiada será a Eletronorte. Justamente a companhia que está à frente e fez todos os estudos do projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte, obra que está na pauta das prioridades do governo federal e cuja licitação deve acontecer ainda neste ano, com a Eletronorte ou as suas empresas assumindo 49% dessa sociedade. Mais de R\$ 3,7 bilhões em dívida que a Eletronorte tinha com a Eletronorte serão agora transformados em capital, permitindo que a companhia saia de um prejuízo histórico para o pagamento de dividendos.

Só a Eletronorte tem um custo de R\$ 1 bilhão com sua dívida. A Chesf paga outros R\$ 400 milhões. "A Eletronorte chegou ao ponto de ter de pedir financiamento para pagar os juros", disse Astrogildo Quental, diretor financeiro da Eletronorte. "E não faz sentido que isso aconteça por causa de uma dívida com sua própria holding". Mas em contrapartida a holding vai exigir e negociar com cada subsidiária um plano de metas e desenvolvimento, num prazo de

90 dias. A ideia é fazer com que as empresas do grupo estejam cada vez mais ligadas à holding, fortalecendo a posição de uma empresa única. Para isso, pretende até mesmo alterar o estatuto social das companhias.

As empresas Eletrosul e Furnas são hoje as companhias dentro do grupo com melhor geração de lucro e terão uma parcela pequena desse aumento de capital que está sendo promovido pela Eletrobrás. Mas Quental explica que apesar de elas terem condições de pagar suas dívidas, a ideia é renegociar para que os juros da dívida sejam reduzidos.

Reestruturando suas geradoras e transmissoras, a Eletrobrás terá condições de partir mais agressivamente para seu plano de expansão, principalmente no mercado internacional. Dentre os planos da companhia estão projetos gigantescos no Brasil, como a usina hidrelétrica de Belo Monte, e no exterior, incluindo a interconexão na América Latina. Ela tem alimentado ambições especialmente sobre o mercado americano, onde pretende até mesmo comprar uma companhia para fazer parte do projeto de energias renováveis do governo dos EUA. Com isso, serão necessários pesados investimentos em transmissão e a Eletrobrás, sendo a maior empresa de transmissão do mundo, pode usar essa expertise a seu favor.



Um dos efeitos mais fortes dessa capitalização bilionária será sentido ainda pelas chamadas federalizadas, que são as seis distribuidoras de energia que pertenciam aos governos do Acre, Amazonas, Alagoas, Piauí, Rondônia e Roraima e que passaram às mãos da Eletrobrás. Essas distribuidoras vão receber R\$ 4,5 bilhões em novo capital, eliminando uma dívida de R\$ 2,2 bilhões e ainda recebendo uma integralização de R\$ 2,4 bilhões em adiantamentos futuros de aumento de capital.

Até 2007 essas companhias representavam um prejuízo da ordem de R\$ 2 bilhões para a Eletrobrás. Agora, além do novo capital, vão contar ainda com a lei que deve advir da Medida Provisória 466, que trata da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) dos sistemas isolados, onde está a maioria delas. Com isso, elas passam a receber recursos para pagar a diferença entre o custo de geração e a venda efetiva de energia.

De acordo com o diretor da Eletrobrás, essas distribuidoras têm um prejuízo de R\$ 1 bilhão por ano em função da falta de regulamentação adequada e ainda de uma empresa de referência que faça a previsão dos custos efetivos das empresas.

Agroenergia:

## Grupo Alcotra planeja fazer aporte em usinas de álcool (Valor Econômico) 04/11/09

Mônica Scaramuzzo, de São Paulo

O grupo belga Alcotra, uma das maiores tradings globais de etanol, deverá definir nas próximas semanas seus alvos de investimentos no setor sucroalcooleiro brasileiro. A companhia, que nos últimos meses analisou cerca de 40 usinas, deverá selecionar unidades para fazer negócio.

O Valor apurou que usinas da região do Triângulo Mineiro estão no radar da companhia. Fontes do setor afirmam que a companhia iniciou conversações com a usina Uberaba, que tem entre seus acionistas a indústria Caldema e a família

Balbo, que controla as usinas paulistas Santo Antonio e São Francisco. Outro alvo seria a usina Total, que pertence a investidores da área de concessões de rodovias.

As mesmas fontes afirmam que a Alcotra tem interesse de comprar uma participação na Uberaba, que pode chegar a 60%. Procurados, os acionistas da Uberaba negam, por meio de sua assessoria, negociações neste sentido.

A Total possui uma usina, instalada em Bambuí (MG), com capacidade para moer 2,2 milhões de toneladas de cana. A usina recebeu investimentos da ordem de R\$ 205 milhões em sua primeira fase de investimentos. Procurada, a Total Agroindústria informou que contratou a consultoria FG Agro, de Ribeirão Preto (SP), para que a empresa estructure fundos que viabilizem uma segunda etapa de investimento da usina. A moagem da primeira safra começou em setembro deste ano.

De acordo com Matheus Hyashida, sócio da FG Agro, a Total é uma empresa que vem se financiando com recursos de longo prazo. Ele confirmou que para acelerar esta segunda etapa de investimento consideraram a possibilidade de alienar uma participação até majoritária no capital da companhia ou uma fusão com um grupo maior através de troca de ações. Sobre a negociação com a Alcotra, Hyashida não confirma a negociação, mas cita que algumas negociações estão em curso e que todas elas estão protegidas por acordo de confidencialidade.

O grupo Alcotra confirma que tem interesse em expandir sua participação no setor sucroalcooleiro. No entanto, não dá detalhes sobre as negociações que estão em andamento.

A companhia belga ainda aguarda aporte de seus principais acionistas para bater o martelo sobre os investimento no país. Com faturamento global de cerca de US\$ 1 bilhão, o grupo tem entre seus principais acionistas a companhia francesa EDF Energies Nouvelles e a trading Trafigura . A trading é presidida pelo belga Philippe Meeus, o acionista majoritário do grupo.

A trading negocia aproximadamente 2 bilhões de litros de álcool por ano, dos quais 1 bilhão de litros do Brasil. As exportações de álcool da Alcotra a partir do Brasil respondem por cerca de 25% dos embarques do país. Presente no país há cerca de 20 anos, a Alcotra quer se tornar uma grande usina. Fora do Brasil, o grupo já tem experiência na área. Na Bélgica, a companhia produz álcool a partir do trigo.

O grupo tem participação de 49% na usina Tabu, na Paraíba. Essa unidade produz álcool para fins industriais. No início deste ano, o grupo achou que daria seu grande passo ao negociar a compra da Triálcool, usina instalada no Triângulo Mineiro, controlada pelo grupo João Lyra, do ex-senador João Lyra, e que no dia 20 de novembro do ano passado entrou com pedido de recuperação judicial. No entanto, o negócio não foi levado adiante porque um dos credores da usina barrou a negociação.

Parte dos investimentos da Alcotra no Brasil ficou condicionada aos rumos que a negociação envolvendo a Triálcool levariam. No entanto, a trading decidiu manter seus aportes e aguarda aval de seus acionistas para prosseguir a expansão no país.

Entrevista: Para Mendonça de Barros, câmbio a R\$ 1,70 é mais doído hoje porque país está menos competitivo

## **Dólar hoje afeta mais o país, diz economista (Valor Econômico) 04/11/09**

Sergio Lamucci, de São Paulo

José Roberto Mendonça de Barros: "Há melhoras na educação, mas 32% dos brasileiros adultos são analfabetos funcionais"

A competitividade sistêmica da economia brasileira piorou nos últimos três anos, tornando mais dolorido para o setor privado um câmbio de R\$ 1,70, diz o economista José Roberto Mendonça de Barros, ex-secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex). Para ele, a falta de investimentos em infraestrutura, a carga tributária elevada e complexa e os números ainda ruins da educação no país atrapalham muito a vida das empresas. "O dólar a R\$ 1,70 espreme as margens, e isso fica particularmente doído porque nós estamos menos competitivos. Isso machuca mais do que há três anos", diz Mendonça de Barros, sócio da MB Associados.

Para ele, "apesar do auê" em relação ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os investimentos em infraestrutura no Brasil continuam baixos, muito aquém do necessário até mesmo para manter o nível de estoque de capital no setor. Na questão tributária, Mendonça de Barros aponta não só o peso e a complexidade do sistema de impostos no país, mas também a dificuldade de as empresas conseguirem a devolução de créditos tributários acumulados. No caso da educação, os indicadores apontam algumas melhoras nos últimos anos, mas há números ainda

alarmantes, como o fato de que, em 2007, 32% dos adultos eram analfabetos funcionais. Fatores como esses tornam mais pesado o dólar a R\$ 1,70, diz ele, especialmente num cenário ruim para o comércio global.

Mendonça de Barros, porém, não vê o nível do câmbio com tanta preocupação como alguns analistas. Para ele, um ponto importante é que o dólar não deve cair para a casa de R\$ 1,50 - é mais provável que fique entre R\$ 1,70 e R\$ 1,80. Daqui para frente, as importações devem crescer muito, diz, aumentando a demanda por dólares no mercado. Além disso, com a perspectiva de recuperação da economia americana, a moeda dos EUA deve ganhar em 2010 algum terreno perdido neste ano. Como o real se valorizou em boa parte por causa da queda do dólar, deve se depreciar quando a divisa americana se fortalecer, avalia Mendonça de Barros.

Ele também considera exagerados os temores de desindustrialização e doença holandesa (fenômeno pelo qual as exportações de commodities valorizam demais o câmbio, inviabilizando setores de manufaturados). "As cadeias de recursos naturais são cada vez mais longas e têm cada vez mais tecnologia embutida. Elas estimulam o aparecimento de atividades industriais e de serviços novas."

Ter uma política fiscal mais austera, com mais investimentos em infraestrutura, e facilitar a devolução de créditos tributários acumulados podem ter um resultado mais favorável para a competitividade da economia, diz ele, que vê com maus olhos a recente tentativa do governo de controlar capitais, por meio da taxa de 2% do fluxo estrangeiro que vem para a Bolsa e para a renda fixa.

Para 2010, Mendonça de Barros vê uma economia em forte recuperação, crescendo 5%, ancorada no consumo das famílias. Segundo ele, o ajuste brasileiro à crise seguiu o padrão europeu, com prioridade à manutenção do emprego. Uma das implicações é que a recuperação é liderada pelo consumo. O investimento demorará um pouco mais para voltar. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: A maior parte dos analistas projeta um crescimento na casa de 5% para 2010. Esse número é factível?

José Roberto Mendonça de Barros: Para 2010, o que há de universalmente aceito é que o crescimento deve ser expressivo. Nós estamos com 5%, mas pode ser mais do que isso. Um número de 6% é factível, mas não acho o mais provável.

Valor: Por quê?

Mendonça de Barros: Há um fator difícil de avaliar para fazer a projeção: em que medida não houve uma certa antecipação do consumo neste ano, principalmente de automóveis? Nós avaliamos que alguma antecipação ocorreu. As vendas foram muito fortes nos meses em que havia a possibilidade do fim dos incentivos. Foi quase um processo de renovação de frota. Outro ponto é que todo mundo tem olhado o consumo e o setor imobiliário com projeções independentes, mas é provável que a expansão de financiamentos na faixa de imóveis de R\$ 80 mil a R\$ 100 mil possa comer parte da demanda por automóveis. Foi o que ocorreu no México. Por causa disso, acreditamos num número de 5% de crescimento em 2010, que deverá estar ancorado no consumo das famílias e também no consumo do governo.

Valor: Como deverá ficar o investimento?

Mendonça de Barros: A alta deve ser expressiva em 2010, primeiro porque ele caiu bastante em 2009. Ele parte de uma base baixa e deve voltar devagar. A capacidade instalada não deve ser preenchida tão rapidamente. Veja o caso do setor de automóveis. A queda das exportações fez com que aparecesse uma capacidade ociosa e ainda hoje há folga. Outro ponto é que muita gente estava investindo antes da crise, então ainda está entalada, acertando as contas. Por fim, há uma consolidação em alguns setores, como o de açúcar e álcool e o de frigoríficos. Quando há consolidação, há cortes de custos e busca de sinergia, que é um modo gentil de mandar gente embora. Nesses segmentos, a volta do investimento será mais lenta.

Valor: Como o sr. analisa a resposta brasileira e da economia global à crise?

Mendonça de Barros: Com o benefício de olhar para trás, hoje está claro que nós tivemos três trajetórias de ajuste depois da quebra do Lehman Brothers. O ajuste de melhor qualidade é o chinês. No primeiro semestre, o investimento respondeu por 85% do crescimento do PIB. E o investimento não foi no aumento da capacidade produtiva, até porque não haveria para quem vender. Eles investiram em transportes, em eficiência no consumo de energia, na reconstrução de áreas atingidas por desastres naturais e também em pesquisa, em conhecimento. Foi uma busca de melhora de competitividade sistêmica, preparando-se para um inevitável valorização do yuan que terá de ocorrer em algum momento. A recuperação chinesa é a mais sustentável e a mais adequada possível, também feita com o uso de estímulos monetários e fiscais.

Valor: E quais foram os outros dois tipos de ajuste?

Mendonça de Barros: O modelo americano foi no outro extremo. Como o chinês, também adequado à institucionalidade do país. Houve uma forte expansão fiscal e monetária, mas o ajuste foi feito em grande parte pelas empresas privadas, com demissões e reduções de custos. Isso aumentou a lucratividade das empresas. Com essa melhora de rentabilidade e mais a desvalorização do dólar, que aumenta a competitividade das exportações e de quem compete com importações, a produção industrial começa a melhorar, o que é importante para levar a novas contratações. O terceiro caminho de ajuste foi feito pelos países europeus continentais, como França e Alemanha. Os esforços foram direcionados para a manutenção do emprego, algo também ajustado à institucionalidade europeia. Houve uma expansão monetária cavalari e expansão fiscal cavalari, direcionadas à manutenção do emprego. No caso da venda da Opel, o critério mais relevante é não desempregar na Alemanha. Outro exemplo é que o governo alemão subsidiou a manutenção de empregos.

Valor: E o ajuste brasileiro?

Mendonça de Barros: O ajuste brasileiro é parecido com o europeu. O esforço do governo foi concentrado na manutenção do emprego. Houve estímulos para o setor privado manter empregos, como no caso da redução de impostos para o setor automotivo. No setor público, houve contratações e aumentos de salários. A primeira implicação é que no Brasil, como na Europa, a recuperação é 100% movida pelo consumo. Mas, ao concentrar no consumo, o investimento foi fortemente prejudicado. O câmbio está incomodando mais porque a competitividade sistêmica do Brasil ficou menor. A competitividade do país vem diminuindo nos últimos três anos.

Valor: A competitividade diminuiu mesmo com o forte aumento do investimento de 2006 a 2008?

Mendonça de Barros: O investimento nesse período esteve associado ao aumento da capacidade produtiva em alguns segmentos, mas não na competitividade sistêmica da economia. Veja o caso da infraestrutura. Mesmo com todo o auê do PAC, a situação é de sentar e chorar. O Cláudio Frischtak [economista, sócio da consultoria Inter B] estima que, apenas para manter o estoque de capital, o país teria que investir de 3% a 3,5% do PIB por ano em infraestrutura, mas o país tem investido bem menos que isso. De 2008 a 2010, ele acredita que a média vai ficar em 2,43% do PIB. Isso come o estoque de capital em infraestrutura, piora a qualidade. Para comparação e para nossa tristeza, o Chile gasta 6,2%, a China, 7,3% e a Índia, 7,5% do PIB.

Valor: O que mais prejudica a competitividade sistêmica do país?

Mendonça de Barros: Ela está pior também por causa da questão dos tributos. A carga tributária aumentou, todo mundo sabe disso, mas o que mata é que a carga de impostos recuperáveis e não recuperados é crescente. Outro ponto é que, como diz o Jorge Gerdau [presidente do Conselho de Administração da Gerdau] não é apenas o imposto que é alto, mas há um custo administrativo pesado para gerenciar o sistema de tributos no país. Além disso, existe a questão de educação. Há melhoras, mas, segundo números de 2007, 32% dos brasileiros adultos são analfabetos funcionais. É um número muito ruim. Outro ponto é que o Brasil foi um dos únicos países onde o custo de energia não caiu depois da crise. Alguém pode dizer que eles não haviam subido antes, porque parte dos preços é controlada, como os de alguns derivados de petróleo, mas não caíram agora.

Valor: É por isso então que o câmbio valorizado incomoda mais?

Mendonça de Barros: O dólar a R\$ 1,70 espreme as margens, e isso fica particularmente doído porque nós estamos menos competitivos. Isso machuca mais do que há três anos. Quando o mundo cresce bastante, há espaço para todo mundo. Quando o comércio global encolhe e há uma valorização do câmbio, fica muito mais complicado. Há uma outra questão importante. A capacidade fiscal do governo está sendo erodida e em algum momento isso vai cobrar um preço. O crescimento do ano que vem é muito bem-vindo, a expansão baseada em consumo é a mais eficiente do ponto de vista político, mas há algumas dificuldades. O investimento na competitividade sistêmica não está ocorrendo. Em combinação com o real valorizado, isso espreme o setor produtivo.

Valor: Em que medida a valorização do câmbio preocupa o sr.?

Mendonça de Barros: Eu tenho preocupação em relação ao câmbio, mas ela é menor do que a de algumas pessoas, por dois ou três motivos. Primeiro, eu não compro a ideia da doença holandesa e da desindustrialização. As cadeias de recursos naturais são cada vez mais longas e têm cada vez mais tecnologia embutida. Elas estimulam o aparecimento de atividades industriais e de serviços novas, como no segmento álcool-químico, na energia do bagaço de cana de açúcar, nos combustíveis de segunda geração e nas empresas que vendem equipamentos para esses setores. Na cadeia do petróleo, há espaço para uma montanha de coisas novas. As pessoas muitas vezes perdem de vista essa

questão. Outra questão tem a ver com o tamanho do mercado brasileiro. Quando há um mercado grande em termos de volume, distante dos fornecedores mais importantes, há uma atração muito grande para a produção local, especialmente quando se usa o sistema "just in time". Nesse caso, é difícil atender 100% do mercado com importações. A indústria automobilística, por exemplo, vai bem, obrigado, apesar do forte aumento de importações.

Valor: Os temores de desindustrialização são exagerados?

Mendonça de Barros: Eu nunca vi ninguém dar exemplos convincentes fora de setores como calçados, vestuário, madeira e pequenos eletrodomésticos. Se você colocar o câmbio a R\$ 2, não muda muita coisa, porque o diferencial de custo é absolutamente extraordinário.

Valor: O que o sr. acha que vai ocorrer com o câmbio?

Mendonça de Barros: Não acho que se possa projetar que o dólar irá em marcha batida para R\$ 1,50. Acho mais provável algo entre R\$ 1,70 e R\$ 1,80. Em outros ciclos de valorização, o diferencial de juros internos e externos era disparatado, hoje não é mais assim. Outra questão é que as importações vão crescer muito. Haverá mais uma demanda importante por dólares além da do Banco Central. Além disso, se a recuperação dos EUA se sustentar, o dólar vai pegar de volta um pedaço da desvalorização deste ano. Com isso, o real tende a se desvalorizar um pouco, já que parte da apreciação deste ano é reflexo da perda de força do dólar no mercado internacional.

Valor: O que o sr. achou da adoção do IOF de 2% na entrada de capital externo em Bolsa e renda fixa?

Mendonça de Barros: Eu detesto esse tipo de medida. É ineficiente até para arrecadar dinheiro. Ela aumenta o custo de capital para as empresas e o custo da dívida pública. Para que houvesse sucesso, teria que haver uma estrutura de intervenções mais complicada. Seria necessário intervir no mercado futuro, mas a nossa experiência nesse sentido não foi boa. Alguns dizem que a China intervém com força no câmbio, mas esquecem que na China há uma estrutura de controle do Estado sobre tudo. Além disso, a China tem uma gigantesca taxa de poupança e a dívida pública é baixa, o que torna muito mais fácil segurar o câmbio. A valorização do câmbio tem vantagens e desvantagens. Ela comprime as margens, mas barateia o investimento, por exemplo.

Valor: Há algo a fazer?

Mendonça de Barros: Acho que pode se fazer coisas pontuais, como a questão de maior liberalização do câmbio, ou da sugestão da BM&F, de que os investidores estrangeiros depositem as garantias no exterior. São medidas menos charmosas, mas que podem ter algum impacto. Uma política fiscal mais austera também teria impacto, permitindo que se aumentem investimentos que elevem a competitividade sistêmica da economia. Mexer em aspectos tributários, fazendo com que as empresas consigam a devolução de créditos acumulados, também pode ajudar a melhorar a competitividade de exportadores e de quem concorre com importados no mercado interno.

## **O trimestre da volta do investimento (Valor Econômico) 04/11/09**

Denise Neumann

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PIM-IBGE) mostram que a produção de bens de capital cresceu 5,8% em setembro na comparação com agosto na série que já desconta os fatores sazonais. Foi a sexta expansão consecutiva. No período, o indicador acumulou alta de 14,8% - média mensal de 2,33%. A média mensal é superior a média de 1,53% que a indústria geral acumula em nove meses, considerando que o setor fabril brasileiro começou a crescer em janeiro e somou desde então alta de 14,7%, sempre descontados os fatores sazonais.

Além dos dados do terceiro trimestre (corroborados pela forte alta das importações de bens de capital), os primeiros indicadores de outubro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) reforçam a avaliação de que as indústrias voltaram a encomendar máquinas e equipamentos. Os dados do Finame mostram que em outubro os desembolsos cresceram 29,9% sobre setembro e devem continuar em alta, pois as aprovações no mês superaram em 36% as verificadas no mês anterior. Em desembolsos, a média do período agosto-outubro foi de R\$ 2,24 bilhões, 35% acima do registrado nos três meses anteriores. Cláudio Bernardo, superintendente de operações indiretas do BNDES, observa que em outubro, as aprovações do programa superaram, inclusive, o recorde da série histórica de aprovações, registrado em setembro do ano passado - foram R\$ 2,9 bilhões naquele mês ante R\$ 3,2 bilhões neste outubro.

Para o executivo do BNDES, o programa do banco e do governo de juro subsidiado ao investimento (com data marcada para acabar em 31 de dezembro de 2009) funcionou para fazer o empresário antecipar projetos e comprar máquinas

e/ou caminhões, mas a recuperação do uso da capacidade instalada, e também a confiança do empresário, apontam que a economia entrou em marcha de recuperação e o próprio crescimento vai estimular a manutenção dos investimentos em 2010, quando o subsídio acabar.

Com base nos resultados da pesquisa industrial do terceiro trimestre (tanto de máquinas como de insumos da construção civil) e no comportamento das exportações e importações de bens de capital, as consultorias começaram a calcular como deve ser o comportamento do investimento no período. Todos concordam que a reação do investimento começou entre julho e setembro. A dúvida é sobre a velocidade e o tamanho da recuperação. As primeiras projeções apontam resultados bem diferentes. Para a MB Associados, a formação bruta de capital fixo (indicador que mede o desempenho em máquinas e equipamento e a na construção civil) avançou apenas 0,63%, na comparação com o segundo trimestre, e caiu 18,7% em relação ao terceiro trimestre do ano passado. Nas contas da Rosenberg & Associados, os números apontam alta de 3,6% sobre o segundo trimestre e queda de 14,6% sobre igual período de 2008. Bem mais otimista, a LCA Consultores projeta uma recuperação de 8% no ritmo do investimento do terceiro trimestre em relação ao segundo, compatível com uma queda de 15% sobre o terceiro trimestre de 2008.

A perda do dinamismo no investimento foi, sem dúvida, a grande herança negativa da crise financeira internacional sobre a economia brasileira, diz Bráulio Borges, economista-chefe da LCA Consultores. "Aí, realmente, não tivemos uma marolinha", observa. Como proporção do PIB, o investimento bateu em 19,8% no ano passado, deve recuar para 16,2% este ano e chegar a 17,7% em 2010 (nas contas da LCA, que embutem um forte crescimento de 16,6% no investimento no ano que vem). Um ritmo, observa ele, aquém do que o país necessita para manter uma trajetória de crescimento sustentado. O investimento que deixa de ser feito hoje ou em 2010, acrescenta, vai fazer falta em 2011.

Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, preocupa o fato de a recuperação do investimento ser muito mais lenta que a do consumo. Nas contas preliminares da MB, a alta de 0,63% do investimento do terceiro trimestre é muito inferior à alta esperada para o consumo, calculada em 2,5%. "Por enquanto temos uma demanda crescendo muito acima do investimento necessário para sustentá-la", observa Vale, apontando para a diferença na velocidade de recuperação dos dois componentes do PIB. Para fechar o ano, a consultoria estima um PIB de 0,3%, combinando um consumo das famílias 3,4% maior e uma queda de 13,2% no investimento.

Apesar das divergências nas estimativas para a alta do investimento na conta com ajuste sazonal (decorrentes dos métodos utilizados para "limpar" os efeitos de cada período e também da metodologia aplicada para tentar replicar a conta de formação bruta de capital fixo dentro do PIB), todas as consultorias concordam que o terceiro trimestre foi marcado pela inflexão positiva do investimento. A dúvida sobre o tamanho do investimento, contudo, não é irrelevante, ainda que o consenso sobre a direção (para cima), seja importante. Em 2007 e 2008, pela primeira vez em décadas, o investimento cresceu acima da taxa de consumo no país. O Brasil foi, finalmente, capaz de despertar o "espírito animal do empresário", como tantas vezes o ex-ministro Antonio Delfim Netto disse que aconteceria, se o industrial sentisse que ali na frente haveria demanda para sua produção.

A decisão por fazer ou não um investimento guarda semelhança com a gestão da política monetária - as duas decisões têm reflexo no tempo e são por ele influenciadas. Se demorar para agir, o empresário pode perder vendas amanhã, ao mesmo tempo em que se decidir por um investimento antes do tempo, pode ver suas mercadorias acumularem pó nas prateleiras. Se o Comitê de Política Monetária (Copom), por outro lado, não tiver certeza que hoje já está a caminho um investimento que vai ampliar a oferta daqui seis ou nove meses, pode achar que é hora de agir para moderar a demanda futura. Agora, se o empresário tiver certeza que o juro vai subir, ele fará o investimento?

Denise Neumann é editora de Brasil e escreve excepcionalmente no lugar do titular Cristiano Romero

E-mail [denise.neumann@valor.com.br](mailto:denise.neumann@valor.com.br)

## **Projeto Cidadão - Prêmio abre espaço ao terceiro setor (Correio Popular)** **04/11/09**

No próximo dia 23, seis projetos serão homenageados em uma cerimônia na CPFL Cultura Guilherme Gorgulho  
ESPECIAL PARA A AGÊNCIA ANHANGUERA  
[guilherme.gorgulho@rac.com.br](mailto:guilherme.gorgulho@rac.com.br)

Poder dar espaço às pessoas que se dedicam ao trabalho social e mostrar à comunidade exemplos de como a união pelo bem comum pode gerar frutos são objetivos do Prêmio Cidadão RAC-CPFL, que encerra a sua nona edição. A parceria entre a Rede Anhanguera de Comunicação (RAC) e a CPFL Energia tem buscado fortalecer as ações de

responsabilidade social na Região Metropolitana de Campinas (RMC), onde cada vez mais o terceiro setor vem ganhando espaço e cumprindo um papel essencial para o desenvolvimento da cidadania.

As 22 iniciativas mostradas nas páginas do Correio Popular de maio a outubro serão avaliadas por um júri formado por oito profissionais de diferentes setores da sociedade com base nas oito metas de desenvolvimento do milênio propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Na próxima semana, serão divulgados os nomes dos integrantes do corpo de jurados que apontarão os quatro projetos premiados e as duas menções honrosas. Os trabalhos de maior destaque serão homenageados em uma cerimônia no próximo dia 23 na CPFL Cultura, em Campinas.

Para o presidente da CPFL Energia, Wilson Ferreira Júnior, ao ampliar o foco sobre organizações não governamentais (ONGs), grupos de voluntários e empresas do bem, o prêmio exerce um papel de direcionador de atitudes e comportamentos. “Depois de nove anos do Prêmio Cidadão RAC-CPFL, é possível perceber a participação do terceiro setor nas redes sociais e na criação de melhores condições de vida para uma grande parte da população que recebe esses avanços”, afirma Ferreira Júnior. “Isso efetivamente pode ser considerado uma evolução, seja no estabelecimento de um novo patamar de conquistas em regiões menos desenvolvidas, seja pela conscientização que todo o modelo provoca na sociedade, criando uma cultura de maior responsabilidade social por parte de todos.”

A propagação dessas ideias socialmente responsáveis tem servido de inspiração e balizado governos na condução das políticas públicas neste setor, de acordo com o diretor-presidente da RAC, Sylvino de Godoy Neto. “As pessoas estão cada vez mais convencidas de que as iniciativas de cidadãos ou entidades conseguem influenciar as grandes decisões do poder público”, defende Sylvino. “Na área social, essas ações individuais estão humanizando as políticas públicas e eu me sinto muito honrado de poder contribuir de alguma forma com essa nova realidade que se concretiza no Brasil e no mundo”, destaca o diretor-presidente da RAC.

O efeito multiplicador destas ações ganha mais corpo nas páginas do jornal ao levar a milhares de leitores o trabalho muitas vezes solitário de abnegadas pessoas movidas pelo amor ao próximo. “As divulgações semanais pelas páginas de um jornal com a expressividade e envergadura do Correio Popular, abordando o terceiro setor, permitem acima de tudo maior visibilidade sobre aqueles que, valorizando as redes sociais, desenvolvem projetos que beneficiam a parcela mais carente da sociedade e propõem soluções inteligentes e solidárias que se traduzem em mais bem-estar para todos”, diz o presidente da CPFL Energia.

A busca por melhores condições de saúde e de educação e por igualdade social permeia todos os trabalhos apresentados ao longo deste ano, nos quais novas ações poderão se espelhar para as edições futuras dessa premiação cidadã. “O projeto está se aproximando do seu décimo ano, o que comprova a consolidação da ideia de que os exemplos de cidadania deveriam mesmo ser mostrados para toda a sociedade como excelentes exemplos de iniciativas solidárias que podem no seu conjunto fazer a diferença para a construção de um mundo melhor”, conclui Sylvino.

## AS FRASES

“As pessoas estão cada vez mais convencidas de que as iniciativas de cidadãos ou entidades conseguem influenciar as grandes decisões do poder público.”

SYLVINO DE GODOY NETO  
Diretor-presidente da RAC

“É possível perceber a participação do terceiro setor nas redes sociais e na criação de melhores condições de vida para grande parte da população.”

WILSON FERREIRA JÚNIOR  
Presidente da CPFL Energia

## SAIBA MAIS

## REDE ANHANGUERA DE COMUNICAÇÃO

A RAC é a maior empresa de comunicação do Interior paulista e publica os jornais Correio Popular, Diário do Povo e Notícia Já, a revista Metrôpole e as gazetas do Cambuí, de Piracicaba e de Ribeirão Preto. O grupo conta ainda com o portal Cosmo On Line e com a Agência Anhanguera de Notícias (AAN). Os projetos de responsabilidade social da empresa são o Cidadão RAC (em parceria com a CPFL Energia), o Ambiental (em parceria com a Sanasa), o Correio Escola e o E-Braille, canal on-line para deficientes visuais pioneiro no Brasil.

## CPFL ENERGIA

A CPFL Energia é a maior empresa privada do setor elétrico brasileiro e atua em três segmentos: geração, distribuição e comercialização de energia. Com sete usinas e 33 pequenas centrais hidrelétricas, a holding atua nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, abrangendo 568 municípios, em uma área de atuação de 208.342 quilômetros quadrados. Ao todo, a empresa atende 6,4 milhões de clientes, o que equivale a 18,8 milhões de pessoas. No que se refere à participação no mercado brasileiro, a CPFL detém 20% da comercialização de energia, 13,3% da distribuição e 2% da geração.

VENCEDORES DE 2008 - Veja quais foram os destaques do Cidadão RAC-CPFL do ano passado

#### PREMIADOS

##### SORRI CAMPINAS

A organização não governamental busca a inclusão profissional de pessoas com necessidades especiais por meio de cursos de informática, atendimento ao cliente, teleatendimento, artesanato, tapeçaria e arte em madeira.

##### NÚCLEO VINDE A MIM

Para manter os jovens longe da violência, das drogas e da exploração infantil, a entidade oferece atividades voltadas para a educação e o lazer. O projeto envolve 180 jovens do Jardim Boa Esperança, em Hortolândia.

##### ASSOCIAÇÃO CULTURAL EDUCACIONAL SOCIAL E ASSISTENCIAL (ACESA)

Com atividades variadas, principalmente a equoterapia, a Acesa desenvolve um trabalho com portadores de necessidades especiais em Valinhos, atendendo cerca de 50 pacientes com uma equipe multidisciplinar.

##### MORADA AMOR E LUZ

A casa de apoio ampara mulheres com HIV/Aids em situação de exclusão social, proporcionando alimentação e acompanhamento a consultas médicas. Ao todo, a entidade oferece 20 vagas a soropositivas.

##### MENÇÃO HONROSA

##### GRUPO MENINOS SAPATEADORES DE CAMPINAS

O grupo de dançarinos carentes é um exemplo de superação pela arte, abrindo oportunidades até no Exterior. Os ensaios ocorrem na Associação Beneficente Campineira, que oferece atividades complementares à escola e alimentação.

##### GRUPO VIRTUDE

Duas vezes por mês, voluntários distribuem alimentos e roupas para pessoas que vivem nas ruas de Campinas. O movimento agrega cerca de 40 voluntários circulando pela cidade e outros 50 envolvidos na arrecadação e no preparo.

## **Rede Energia prepara captação de R\$ 370 milhões em debêntures (CanalEnergia) 03/11/09**

Empresa emitirá 370 mil títulos com valor unitário de R\$ 1 mil. Recursos serão usados para quitar notas promissoras e reforçar caixa

Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Rede Energia publicou nesta terça-feira, 3 de novembro, prospecto preliminar da quarta oferta de debêntures simples, em série única. A empresa pretende emitir 370 mil títulos, com valor unitário de R\$ 1 mil, totalizando R\$ 370 milhões. A operação é coordenada pelo Banco do Nordeste do Brasil. As debêntures terão validade de cinco anos a contar da data de emissão. Os recursos serão utilizados na quitação das notas promissórias da segunda emissão e para reforçar o capital de giro da empresa. A operação depende ainda de aprovação da Comissão de Valores Mobiliários.

## **Exclusivo: Nivalde de Castro, do Gesel-UFRJ: Parcela A seria debatida na Justiça em 2007 (CanalEnergia) 03/11/09**

Visão na época era de que regra de cálculo estava diretamente ligada a contratos de concessão das distribuidoras, segundo especialista, que nega ter recebido convite para diretoria da Aneel  
Exclusivo, Artigos e Entrevistas

A questão tarifária decorrente da metodologia de cálculo da Parcela A é um exemplo de necessidade de aprimoramento do processo de regulação do setor elétrico, na avaliação do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O debate, iniciado a partir de cálculo do Tribunal de Contas da União, de que o erro na metodologia de obtenção de valores da Conta de Compensação de Valores da Parcela A implicaria num custo adicional da ordem de R\$ 1 bilhão por ano é algo impossível de ser feito apenas no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica e do Ministério de Minas e Energia, na avaliação do coordenador geral do Gesel-UFRJ, Nivalde de Castro, "dado que o erro do contrato foi feito pelo próprio governo, em 2002".

Para ele, o ponto hoje reflete uma falta de ação da Aneel em 2007, quando o problema foi detectado. Ele comenta que naquela ocasião havia risco de o debate ocorrer na Justiça por conta das distribuidoras, diante do entendimento de que a regra que estabelecia o cálculo da Parcela A estava intrinsecamente ligado ao contrato de concessão das distribuidoras. Castro destacou ainda conclusões de estudos da instituição de duas questões pertinentes do setor elétrico.

No que se refere às concessões, o entendimento é de que não há necessidade de licitação das concessões das distribuidoras, já que o processo de revisão tarifária garante a modicidade tarifária pretendida pelo governo na condução do processo. Já no caso do leilão de eólicas, previsto para o próximo dia 14 de dezembro, a avaliação do Gesel-UFRJ é de que o resultado final deve ser muito positivo para os consumidores, diante do número elevado de investidores e pela quantidade a ser contratada - possivelmente não tão elevada devido às projeções de sobras de energia feitas pela Empresa de Pesquisa Energética e pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Em entrevista exclusiva à Agência CanalEnergia, o coordenador do Gesel-UFRJ conta que apresentará no final de novembro em Assunção, no Paraguai, um estudo sobre os riscos econômicos, em especial de perda de receita, para o Paraguai numa eventual entrada da energia de Itaipu no mercado livre e nega que tenha sido convidado para assumir uma das diretorias da Aneel, possivelmente no lugar de Joísa Campanher Dutra, cujo mandato termina em abril. "Não fui convidado", sintetiza. Confira abaixo a entrevista na íntegra.

Agência CanalEnergia - O Tratado de Itaipu terá implicações para o consumidor - ou contribuinte - brasileiro, com a elevação do valor dos direitos de cessão e com a proposta de venda da energia para o mercado livre? Que medidas o governo poderia adotar para evitar esses eventuais impactos?

Nivalde de Castro - Ainda não há uma definição sobre este tema. O Gesel-UFRJ tem tido contato com representantes do setor elétrico do Paraguai e percebemos duas posições. Uma mais política, de caráter nitidamente eleitoral, bem expressa pelo representante do governo do Paraguai na direção de Itaipu e que ficou bastante clara na exposição feita no Encontro Internacional de Energia promovido pela Fiesp no mês passado. Por esta vertente, sinceramente, não chegaremos a lugar nenhum, pois o objetivo parece ser continuar tratando a questão de Itaipu como uma plataforma para obter votos, em especial com a possível não candidatura do atual presidente Lugo, dado o seu desgaste político.

A outra vertente, mais técnica, busca mais informações para avaliar qual a melhor alternativa para trazer mais renda e benefícios para o Paraguai a partir de Itaipu. Aqui vale assinalar que a decisão de vender no mercado livre ainda não foi tomada pelo governo paraguaio, pois conforme o Gesel-UFRJ assinalou, há um risco econômico muito grande que levaria o Paraguai a perder receita. Nosso grupo enviou para o governo paraguaio um estudo sobre o assunto, publicado no CanalEnergia, e fomos convidados a apresentá-lo em Assunção no fim de novembro. Ou seja, por enquanto ainda não podemos saber qual será o impacto financeiro sobre as tarifas do mercado cativo.

Agência CanalEnergia - O Gesel-UFRJ avaliou o projeto da Empresa de Pesquisa Energética para Belo Monte? Quais são as impressões sobre este leilão?

Nivalde de Castro - Os estudos do Gesel-UFRJ sobre este assunto partem do que analisamos e aprendemos com os leilões das duas usinas do rio Madeira. Parece que a história está se repetindo e a EPE tem condições de, com base no aprendizado, conseguir resultados próximos do que foi obtido em termos de modicidade tarifária. Vale lembrar que no início dos primeiros movimentos efetivos do leilão da UHE de Santo Antonio, a tarifa proposta era de R\$ 160 por MWh! Hoje esta tentativa de aumentar o preço teto se dá na discussão do orçamento da obra, que varia de R\$ 16 bilhões a R\$ 34 bilhões!!!! Nossa avaliação indica que, com os mecanismos de ajuste que o setor elétrico detém, e com a sempre

eficiente contribuição do BNDES, será possível chegar ao preço teto justo e que irá garantir competitividade, desde que se use a experiência exitosa do rio Madeira.

Agência CanalEnergia - Recentemente, a EPE sinalizou e a Impsa projetou que o leilão de eólicas deve ficar com preço abaixo de R\$ 200 por MWh. Qual sua visão a respeito desse valor? Quais são os efeitos de um preço abaixo desse patamar no mercado?

Nivalde de Castro - Este leilão deverá ter, na avaliação do nosso grupo, um resultado muito positivo para os consumidores em termos de preço final. Isto porque há, pelo lado da oferta, uma quantidade muito grande de empreendedores, com destaque para os grupos mais sólidos e com experiência na produção de energia de fonte eólica como EDP, Iberdrola entre outros. Desta forma, a experiência do Proinfa não deverá ocorrer, quando empreendedores sem expressão e experiência ganharam os leilões, mais interessados em vender seus contratos do que construir as "torres de vento". Pelo lado da demanda de energia, possivelmente a quantidade a ser contratada não será relativamente muito grande, haja vista os estudos da EPE e do ONS que refizeram o equilíbrio entre oferta e demanda indicando sobras de carga expressivas. No entanto, o importante neste leilão é o início mais efetivo na contratação de energia eólica numa modalidade de contratação mais eficiente que são os leilões por fontes específicas e não os leilões genéricos. Este leilão irá demonstrar que o governo tem condições efetivas de quebrar a possibilidade de formação de cartel, que é o grande e explicável receio do MME e EPE para leilões por fonte.

Agência CanalEnergia - No campo da renovação de concessões, qual a avaliação do Gesel-UFRJ?

Nivalde de Castro - Em primeiro lugar, nossa avaliação é de que não haverá licitação. O governo já deve ter avaliado que licitar esta quantidade (e qualidade) de usinas, linhas de transmissão e distribuidoras seria o maior processo de privatização do mundo. Imagine a reação da bancada dos deputados federais e senadores de todos os partidos de Pernambuco, por exemplo, quando a questão da licitação das usinas de Paulo Afonso fosse para o plenário. Avaliamos que a decisão política foi tomada a favor da renovação, precisando-se definir duas questões fundamentais: jurídica e econômica. A jurídica é saber qual a forma legal correta para aplicar a decisão política da renovação. A questão econômica é qual o grau de deságio sobre os atuais valores das tarifas e RAP que serão aplicados. A determinação deste deságio é importante a fim de que as empresas não percam a capacidade de investir no setor. Vale assinalar que o governo tem em suas mãos a possibilidade de aplicar uma política única para redução dos custos da energia no Brasil. Nenhum país no mundo tem esta possibilidade hoje. É mais um fator a favor do setor elétrico brasileiro em relação ao resto do mundo.

Agência CanalEnergia - A Aneel tem o interesse em reavaliar áreas de concessão de distribuidoras durante o processo de renovação de concessões. Qual o significado disso para o mercado?

Nivalde de Castro - Os estudos realizados pelo Gesel-UFRJ concluíram que não há necessidade de licitação das concessões das distribuidoras. A metodologia da revisão tarifária periódica cumpre bem esta função, mesmo que alguns ajustes precisem ser feitos, em especial no conceito e metodologia da "empresa de referência".

Agência CanalEnergia - E como o grupo analisa a discussão da Parcela A que vem mobilizando a CPI das Tarifas de Energia?

Nivalde de Castro - O caso da não neutralidade da parcela A é também um exemplo da necessidade de aprimoramento contínuo e constante do processo de regulação do setor elétrico. O problema neste caso pode ser avaliado como uma falta de ação mais rápida em 2007 quando o problema, que existia desde 2002, foi detectado pela Aneel. Naquele momento, parece ter prevalecido uma indefinição, dado o poder de argumentação das concessionárias, indicando que o contrato que regia o cálculo da Parcela A estaria intrinsecamente ligado ao contrato de privatização. Colocado nestes termos, havia assim a ameaça das distribuidoras de levarem o caso para a Justiça, algo que a Aneel sempre tenta evitar. Agora passados dois anos e com a repercussão política e econômica que o caso tomou, certamente a Aneel terá condições de impor a efetiva neutralidade da Parcela A. A respeito da questão do ressarcimento do que efetivamente foi pago a mais, o Gesel-UFRJ considera impossível que algo seja feito no âmbito da Aneel e do MME, dado que o erro do contrato foi feito pelo próprio governo, em 2002.

Agência CanalEnergia - Por falar em Aneel, seu nome tem circulado com bastante frequência pelo mercado e na imprensa como cotado para assumir uma diretoria da Aneel, em substituição ao da diretora Joísa Campanher. O senhor foi convidado? E se foi, pretende aceitar?

Nivalde de Castro - Não fui convidado. E para não alimentar este movimento, conversamos com as principais autoridades institucionais do setor, ou seja, MME, EPE, Aneel, ONS, CCEE e BNDES afirmando que está não era, seguindo a lógica do futebol, a melhor posição para o coordenador do Gesel-UFRJ atuar. Vale assinalar que recebemos muitas manifestações de apoio, tanto dos dirigentes destas instituições, de grupos e de parlamentares do Congresso.

Avaliamos que nosso perfil e as poucas qualidades que temos indicavam que atuar como diretor da Aneel não seria o melhor e mais eficiente para o setor elétrico brasileiro. Aqui na Academia, na UFRJ, podemos contribuir naquilo que sabemos fazer: estudos isentos, com fundamentação e rigor científico, e com credibilidade. A produção de estudos, artigos e relatórios de pesquisa e a nossa participação nos principais eventos do setor, a maioria promovida pelo CanalEnergia, demonstram que é nesta posição que “jogamos bem”, contribuindo para a simetria de informação e conhecimento do e para o setor elétrico. Avaliamos que para a diretoria da Aneel o melhor nesta nova fase que a agência ingressa com um novo corpo de técnicos jovens e com excelente formação acadêmica, deveria ser uma pessoa do seu próprio corpo técnico, com a experiência e conhecimento do setor, das normas e da própria agência.

Agência CanalEnergia - Nesta sua decisão não teria pesado as críticas de que seu nome é muito próximo e afinado politicamente com o atual diretor geral, Nelson Hubner?

Nivalde de Castro - Da nossa parte, está questão não pesou na nossa decisão. Isto porque o nosso relacionamento com Hubner é acadêmico, como o é com o dr. [Márcio] Zimmermann, Altino [Ventura Filho, secretário de planejamento do MME], [Maurício] Tolmasquim, [José Carlos] Miranda, Amílcar Guerreiro, Hermes Chipp, [Antonio Carlos Fraga] Machado e [Nelson] Siffert, além de várias associações. Nosso grupo tem um respeito e admiração pelo trabalho sério, dedicado e competente que estas autoridades fazem pelo setor, sabendo reconhecer os acertos e identificando possíveis falhas, pois a complexidade do nosso setor é muito grande e sujeita a desajustes e eventuais erros. Como gostamos de assinalar, o Gesel-UFRJ não faz política, faz estudos e foi com base neste expertise que decidimos continuar “jogando” na posição de estudioso e pesquisador do setor elétrico.

## **Tractebel ON encerra em alta de 3,11% (CanalEnergia) 03/11/09**

Coelce PNA fecha com baixa de 1,94%. IEE chega aos 22.214 pontos em alta de 0,57%  
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Tractebel ON encerrou em alta de 3,11% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta terça-feira, 3 de novembro. Outras ações apresentaram resultado positivo, como a MPX Energia ON (2,06%). A Coelce PNA fechou com baixa de 1,94%, seguida pela Celesc PNB (-1,52%). O IEE chegou aos 22.214 pontos com alta de 0,57%. O Ibovespa também fechou em alta, com 1,78%, aos 62.643 pontos.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 1,67%  
AES Tietê PN: 0,91%  
Celesc PNB: -1,52%  
Cemig PN: -0,04%  
Cesp PNB: 1,99%  
Coelce PNA: -1,94%  
Copel PNB: -0,16%  
CPFL Energia ON: 0,66%  
Eletrobrás PNB: -0,89%  
Energias do Brasil ON: -0,56%  
Equatorial ON: 1,18%  
Light ON: 0,94%  
MPX Energia ON: 2,06%  
Tractebel ON: 3,11%  
Terna Participações UNT: 0,27%  
Transmissão Paulista PN: 1,15%

## **Cemig GT realiza leilão de venda de energia convencional e incentivada (CanalEnergia) 03/11/09**

Serão disponibilizados no certame três produtos com entrega no submercado Submercado Sudeste/Centro-Oeste  
Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A Cemig GT realizará na próxima sexta-feira, 6 de novembro, leilão de venda de energia convencional e incentivada. Serão disponibilizados no certame três produtos com entrega no submercado Submercado Sudeste/Centro-Oeste.

No primeiro deles, a Cemig disponibiliza um volume de 37.150 MWh de energia convencional distribuídos entre as cargas leve (13.800 MWh), média (19.450 MWh) e pesada (3.900 MWh). O período de fornecimento é de 1º a 31 de outubro de 2009. O produto 2 comercializará até 3,445 MW médios com prazo de entrega de 1º a 31 de outubro deste ano. A companhia comercializará ainda 1,40 MW médio através do produto 3, cujo período de fornecimento é de 1º de outubro a 31 de dezembro deste ano.

O envio do termo de adesão poderá ser feito até às 12 horas do próximo dia 5 de novembro para o fax (31) 3506-4660. As propostas deverão ser encaminhadas até às 11 horas do próximo dia 6 de novembro e o resultado será divulgado neste mesmo dia até às 17 horas. Clique aqui para ver o edital.

## **Cenários macroeconômicos e impactos sobre o setor são tema de seminário no RJ (CanalEnergia) 03/11/09**

Evento é realizado pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro e será realizado no próximo dia 5 deste mês  
Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro realizará no próximo dia 5 de novembro o seminário Cenários Macroeconômicos e seus impactos sobre o Setor Elétrico Brasileiro. O evento tem como objetivos analisar as últimas projeções da economia mundial e brasileira para um horizonte de dez anos realizadas pelo Grupo de Conjuntura do Instituto de Economia da UFRJ; e examinar, a partir deste novo cenário macroeconômico, possíveis impactos sobre a dinâmica do setor elétrico em termos de demanda e de oferta a ser realizada pelo Gesel-UFRJ. O seminário acontece no Rio de Janeiro, das 9:30 horas às 15:00 horas.

### Serviço

Evento: Seminário Cenários Macroeconômicos e seus impactos sobre o Setor Elétrico Brasileiro  
Data: 5 de novembro  
Local: Rio de Janeiro  
Inscrições: (21) 3873-5249  
E-mail: gesel@nuca.ie.ufrj.br  
Site: www.nuca.ie.ufrj.br

## **CPFL Brasil realiza leilão de compra e venda de energia (CanalEnergia) 03/11/09**

Certame terá quatro produtos, com lote padrão de 1 MW médio. Centros de gravidade estão no Sudeste, Sul, Nordeste e Sul  
Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A CPFL Brasil realiza na próxima quinta-feira, 5 de novembro, leilão de compra e venda de energia. Ao todo, serão licitados quatro produtos, com lote padrão de 1 MW médio e modulação flat. Os centros de gravidade estão nos submercados Sudeste, Sul, Nordeste e Norte, respectivamente, com entregas em outubro deste ano. O resultado do certame será conhecido no mesmo dia de sua realização.

De acordo com o edital, o preço resultado corresponderá ao valor ofertado pelo agente comprador/vendedor para a correspondente operação de compra ou de venda fechada, conforme as características de cada produto. A quantidade mínima de lotes é de 0,1 lote - válido para os agentes compradores/vendedores credenciados com limite operacional diferente de zero. Já a quantidade máxima de lotes será até o limite operacional por agente comprador/vendedor credenciado, definido pela CPFL Brasil.

Os interessados podem obter mais esclarecimentos por escrito, até as 12:00 horas da data de realização do leilão, pelo e-mail mesabrazil@cpfl.com.br, ou por meio dos telefones: (19) 3795-3900 ou 3795-3901.

## **Cemig conclui aquisição da Terna Participações (CanalEnergia) 03/11/09**

Taesa, sociedade formada com o FIP Coliseu, pagou mais de R\$ 2,1 bilhões pelo controle da transmissora  
Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Cemig anunciou nesta terça-feira, 3 de novembro, a conclusão da aquisição do controle acionário da Terna Participações. A Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica (Taesa) - sociedade formada por Cemig GT e o Fundo de Investimentos em Participação Coliseu - recebeu da Terna SpA 173.527.113 ações ordinárias representando aproximadamente 85,26% do capital votante e cerca de 65,85% do capital social da Terna.

O preço total da operação ficou em R\$ 2.178.379.099,24, correspondendo a R\$ 37,14 por Unit, formada por uma ação ON e dois papéis preferenciais, e R\$ 12,38 por cada ação ON ou PN. Agora, a Taesa, em data a ser anunciada, realizará uma oferta pública de aquisição das ações em circulação da Terna, voltada aos acionistas minoritários, com as mesmas condições do negócio com os italianos da Terna.

Na Taesa, a Cemig GT detém 49% de participação e o FIP Coliseu 51%. Na semana passada, a Cemig havia anunciado o encerramento da distribuição de 270 notas promissórias, com valor unitário de R\$ 10 milhões. A captação totalizou R\$ 2,7 bilhões e também era voltada para a aquisição da Terna.

## **Tucuruí opera com 28,16% da capacidade armazenada (CanalEnergia) 03/11/09**

Armazenamento do Norte atinge 47,3% do volume, segundo dados do ONS  
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A hidrelétrica de Tucuruí opera com 28,16% da capacidade armazenada, segundo dados do boletim do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes à última segunda-feira, 2 de novembro. Os reservatórios do Norte atingem 47,3% do volume e registram alta de 0,1%. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Nordeste - Os reservatórios registram 63,4% do volume, com alta de 0,1%. O índice está 42,5% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 60,14% da capacidade.

Submercado Norte - O nível dos reservatórios chega a 47,3% do volume acumulado, registrando alta de 0,1%. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 28,16% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 69,2% do volume, mantendo-se estáveis. O índice está 43,5% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Itumbiara e Capivara operam com 62,90% e 96,91%, respectivamente.

Submercado Sul - Os reservatórios registram 95,6% do volume acumulado, mantendo-se estáveis. O índice está 81,3% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Campos Novos trabalha com 69,20% da capacidade de armazenamento.

## **GE fabricará turbinas eólicas no Brasil em 2010 (CanalEnergia) 03/11/09**

Unidade de Campinas produzirá aerogeradores de 1,5 MW. Companhia investiu mais de R\$ 145 milhões no segmento no Brasil  
Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A GE vai fabricar turbinas eólicas no Brasil a partir de 2010. Os equipamentos serão montados na unidade de Campinas (SP), que produzirá aerogeradores de 1,5 MW. De acordo com o CEO da GE Energy Infrastructure, John Krenicki, o Brasil possui potencial para ser exportador desta tecnologia para a América Latina.

A companhia informou que investiu mais de R\$ 145 milhões em treinamento, capacitação de engenheiros, postos de testes e desenvolvimento de novas pás eólicas nos seus parceiros fornecedores de equipamentos e componentes no Brasil. Atualmente, o principal fornecedor de pás eólicas da GE no Brasil é a Tecsis, que forneceu mais de R\$ 3 bilhões em pás eólicas. A fábrica da Tecsis, localizada em Sorocaba (SP), tem cerca de cinco mil funcionários, sendo três mil exclusivamente para a produção de equipamentos destinados à GE.

"A companhia continuará investindo para a transferência da tecnologia de fabricação de aerogeradores para o Brasil, o que dará suporte à diversificação da matriz energética brasileira e ao leilão de energia eólica, que será realizado no mês de dezembro", afirmou Rafael Santana, Presidente e CEO da GE Energy para a América Latina.

## **Aneel aprova regularização de cooperativa para explorar instalações de energia (CanalEnergia) 03/11/09**

Enquadramento é etapa final do processo de regularização, iniciado pela agência em março de 2000  
Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou a regularização da Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Palmital (Cerpal) para explorar as instalações de energia destinadas ao uso privativo de seus associados. O enquadramento é a etapa final do processo de regularização, que foi iniciado pela Aneel em março de 2000. A Cerpal está localizada no interior de São Paulo, na área de concessão das distribuidoras Companhia Paulista de Força e Luz e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema. A área atendida pela cooperativa abrange os municípios de Ibirarema, Palmital, Platina, Ribeirão do Sul e nos municípios de Cândido Mota, Echaporã, Salto Grande e Campos Novos Paulista.

## **Justiça Federal mantém licenciamento de instalações nucleares com CNEN (CanalEnergia) 03/11/09**

Juízo extinguiu ação do MPF sem analisar o mérito da questão por inadequação do foro escolhido  
Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Comissão Nacional de Energia Nuclear poderá continuar a realização do processo de licenciamento de instalações nucleares. A Justiça Federal de Angra dos Reis (RJ) acolheu a tese da Procuradoria Federal e extinguiu ação civil pública na qual o Ministério Público Federal pedia a suspensão do processo até que o governo federal providencie a cisão da CNEN para que as funções fiscalizatórias ficassem a cargo de instituição distinta daquela que funcionaria fomentando e desenvolvendo atividades nucleares e radioativas.

O MPF sustentou que a concentração dessas duas competências em uma única instituição violaria a Convenção Internacional de Segurança Nuclear e a Constituição Federal, por afronta aos princípios da moralidade e da eficiência. A CNEN alegou que o foro adequado para discutir a constitucionalidade de uma matéria é o Supremo Tribunal Federal. A defesa da comissão afirmou ainda que não há violação da convenção internacional com a acumulação de funções, pois não atua na geração de energia elétrica.

O Juízo da 1ª Vara Federal de Angra dos Reis extinguiu o processo, sem julgamento do mérito, por entender que a ação se dirigia genericamente contra a legislação federal que define as competências da autarquia e que a via processual eleita pelo MPF não é adequada para a ação. O MPF pode recorrer ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

## **AES Eletropaulo PNB registra alta de 2,57% (CanalEnergia) 03/11/09**

Cesp PNB registra queda de 1,89%. IEE alcança os 22.051 pontos, com baixa de 0,17%  
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A AES Eletropaulo PNB opera em alta de 2,57% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta terça-feira, 3 de novembro. O setor elétrico registra outros resultados positivos com a Tractebel ON (1,67%) acompanhada pela AES Tietê PN (0,80%). A Cesp PNB registra queda de 1,89%, acompanhada pela Copel PNB (-1,79%) e pela Eletrobrás PNB (-1,68%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 22.051 pontos, com baixa de 0,17% assim como o Ibovespa, que chegou aos 60.937 pontos com baixa de 0,99%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 2,57%  
AES Tietê PN: 0,80%  
Celesc PNB: -1,57%  
Cemig PN: 0,21%  
Cesp PNB: -1,89%  
Coelce PNA: 0,40%  
Copel PNB: -1,79%  
CPFL Energia ON: 0,03%  
Eletrobrás PNB: -1,68%  
Energias do Brasil ON: -0,35%  
Equatorial ON: 0,29%  
Light ON: -1,34%

MPX Energia ON: 0,16%  
Tractebel ON: 1,67%  
Terna Part UNT: 0,54%  
Transmissão Paulista PN: 0,24%

## **Eletrobrás aprova capitalização de R\$ 11,770 bilhões para subsidiárias (CanalEnergia) 03/11/09**

Valores envolvem saldo devedor de financiamentos e adiantamentos para futuros aumentos de capital. Controladas terão metas de desempenho  
Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

O conselho de administração da Eletrobrás aprovou a capitalização das subsidiárias, no âmbito do plano de transformação do Sistema Eletrobrás. A operação envolve valores de R\$ 11,770 bilhões entre reestruturação de dívidas das empresas com a holding e dos saldos dos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC). Da dívida das empresas serão capitalizados R\$ 8,825 bilhões, sendo R\$ 6,605 bilhões das geradoras e transmissoras e R\$ 2,220 bilhões das distribuidoras.

A Eletronorte terá capitalizados R\$ 3,762 bilhões de dívidas; a Chesf, R\$ 2,804 bilhões; e a CGTEE, R\$ 38,849 milhões. Entre as distribuidoras, a Amazonas Energia terá uma capitalização de R\$ 1,331 bilhão. Em relação aos saldos dos AFAC, as distribuidoras receberão R\$ 2,286 bilhões, sendo R\$ 720 milhões para a Ceron, R\$ 588 milhões para a Amazonas e R\$ 575 milhões para a Cepisa. No caso das geradoras e transmissoras serão R\$ 658,194 milhões, sendo R\$ 332,643 milhões para a Eletrosul, R\$ 294,396 milhões para Chesf e R\$ 31,154 milhões para Furnas.

Como contrapartida a Eletrobrás vai requisitar das empresas uma mudança significativa na governança corporativa. As subsidiárias terão que repassar 100% do lucro líquido, após a dedução dos prejuízos acumulados, desconto do imposto de renda e a constituição da reserva legal do lucro. Com isso, a remuneração anual do acionista corresponderá a 100% do lucro líquido ajustado.

As empresas terão que apresentar antecipadamente o planejamento de investimento para o ano fiscal seguinte. As empresas que concordarem com as condições da holding terão que assinar Contrato de Metas de Desempenho Empresarial. Segundo a Eletrobrás, através do contrato, as controladas terão que se comprometer a dar cumprimento às orientações estratégicas para o ano seguinte, a fim de atender metas e resultados que serão estabelecidos pela companhia.

Além dos valores citados, Eletronorte, Eletrosul e Furnas terão outros montantes de dívida parcelados em até 240 meses, com remuneração de 6% ao ano e taxa de administração de 1% ao ano. A Eletronorte terá parcelado R\$ 1,632 bilhão; a Eletrosul, R\$ 466,455 milhões; e Furnas, R\$ 612,307 milhões. A operação depende ainda de parecer favorável pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), da Agência Nacional de Energia Elétrica e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

## **Senado terá audiência pública sobre distorção em tarifas de energia (CanalEnergia) 03/11/09**

Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprova requerimento para debater possível erro de cálculo em contas de luz  
Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

Mais uma comissão no Congresso Nacional pretende debater a distorção da metodologia da Parcela A, que teria resultado em cobrança adicional de consumidores de energia do país. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para realização de audiência pública sobre possível erro de cálculo nos reajustes das tarifas de energia.

Além da CAE no Senado, a CPI das Tarifas de Energia Elétrica e a Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados estão analisando o tema. Numa delas, a realizada pela CPI na semana passada Cemig e Neoenergia chegaram a sinalizar que revisarão reajustes tarifários. Já a Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara fará na próxima quarta-feira, 4 de novembro, audiência conjunta com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Foram convidados para o debate o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson Hubner, e o ex-diretor geral, Jerson Kelman; o diretor geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Hermes Chipp, o presidente do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar, e o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, Luiz Carlos Guimarães, entre outros.

Na avaliação da Ativa Corretora, a questão é negativa a todas as distribuidoras, em especial para aquelas que atuam em áreas de concessão em regiões de consumo "pouco maduros". Levantamento do Tribunal de Contas da União indica que o valor cobrado totaliza cerca de R\$ 1 bilhão por ano, desde 2002.

Com informações das Agências Senado e Câmara

Nota da Redação: Notícia alterada às 13:27 horas, para inclusão de novas informações sobre audiência pública

## **Funai aprova implantação de Belo Monte (CanalEnergia) 03/11/09**

Órgão federal estabelece condicionantes após análise de estudo ambiental da hidrelétrica  
Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A Fundação Nacional do Índio enviou ofício ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em que aprova a implementação da hidrelétrica Belo Monte (PA, 11.233 MW), observado o atendimento a condicionantes ligadas a envio de informações complementares. A aprovação, pela Funai, se deu após análise dos estudos de impacto ambiental.

As condicionantes incluem a apresentação de estudos e informações complementares sobre quatro itens: como bacia do rio Bacajá, dos índios citadinos, da indústria madeireira na região e sobre a vazão reduzida. A Funai pede ainda que se informe "as medidas do Poder Público para serem implementadas em diferentes etapas" e que se liste "os programas e ações de responsabilidade do empreendedor".

## **Cemig estima desembolsar R\$ 100 milhões por participações em subsidiárias da TBE (CanalEnergia) 03/11/09**

Valor final só será apurado após exercício do direito de preferência pelos demais sócios nas SPEs  
Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Cemig deve desembolsar algo em torno de R\$ 100 milhões pelas participações da MDU nas sociedades de propósito específico de transmissão ENTE, ERTE e ECTE - controladas pela TBE - Transmissoras Brasileiras de Energia. Ao responder a um questionamento, a empresa afirmou que o montante tem como base de preços o dia 30 de setembro. No entanto, segundo a empresa, o valor final só será apurado após a data de fechamento, quando for finalizada a etapa do exercício do direito de preferência pelos demais sócios nas SPEs.

A aquisição foi anunciada na semana passada e ainda depende de aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e por demais organismos de financiamento.

## **UTE Pecém I recebe US\$ 260 milhões de financiamento do BID (CanalEnergia) 03/11/09**

Recursos foram repassados em duas tranches: uma direta de US\$ 117 milhões e outra indireta de US\$ 143 milhões  
Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

O Banco Interamericano de Desenvolvimento liberou a primeira parcela do financiamento da térmica a carvão Pecém I (CE-720 MW) no valor de US\$ 260 milhões. Os recursos foram repassados em duas tranches: uma direta de US\$ 117 milhões e outra indireta de US\$ 143 milhões. O empreendimento é uma parceira da MPX Energia e da EDP Brasil. Os próximos repasses do valor total de US\$ 327 milhões serão feitos na mesma quantia dos desembolsos dos investidores, de acordo com a MPX.

O empréstimo do BID tem um total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. Segundo a MPX, o montante já liberado equivale ao investimento dos empreendedores já realizado mais 75% do desembolso previsto para os próximos seis meses. A usina já recebeu outros R\$ 700 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, do total de R\$ 1,4 bilhão aprovado para financiamento.

A perspectiva é que a usina entre em operação antes do prazo de início da entrega da energia ao mercado cativo em janeiro de 2012. A térmica já comercializou 615 MW médios em leilão, garantindo uma receita fixa anual de R\$ 473,6 milhões. O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal.

A MPX salientou que a geração de energia será feita com tecnologia limpa de queima do carvão. A usina contará ainda com um plano de redução de emissões, além de destinar uma "parcela significativa" do investimento de Pesquisa e Desenvolvimento para o desenvolvimento de tecnologias de sequestro de carbono.

## **Gilberto Hollauer é nomeado diretor do Departamento de Planejamento Energético do MME (CanalEnergia) 03/11/09**

Casa Civil nomeou temporariamente Ticiano Freitas de Sousa para assessoria especial no ministério Da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

A ministra chefe interina da Casa Civil, Erenice Guerra, nomeou Gilberto Hollauer para o cargo de diretor do Departamento de Planejamento Energético da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, ficando exonerado do cargo de coordenador-geral de Economia da Energia, que ocupa atualmente. A ministra interina também nomeou Ticiano Freitas de Sousa, em caráter temporário, no cargo de assessor especial no MME. As nomeações constam nos despachos 525 e 526 do Diário Oficial da União da última sexta-feira, 30 de outubro.

## **Cooperativas têm índices de reajuste tarifário anual aprovados (CanalEnergia) 03/11/09**

Aneel estabelece novas tarifas para Cerim, Cetril e Cermc que passam a vigorar a partir desta sexta, 30 de outubro Da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou o reajuste tarifário anual de três permissionárias de distribuição de energia que atendem o interior de São Paulo. As novas tarifas da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Itu-Mairinque (Cerim), da Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região (Cetril) e da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Mogi das Cruzes (Cermc) passaram a vigorar desde a última sexta-feira, 30 de outubro.

O efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de 5,83% para a Cerim, de 2,76% para a Cetril e de -3,26% para a Cermc. As três empresas tornaram-se permissionárias após passarem por processo de regularização das cooperativas de eletrificação rural conduzido pela agência. As distribuidoras assinaram seu contrato de permissão em junho do ano passado, conforme aditivo contratual, e a primeira revisão tarifária está prevista para o dia 30 de outubro de 2012.

## **Maracaná Energética recebe autorização para produção independente (CanalEnergia) 03/11/09**

Empresa vai implantar e explorar PCH, de 10,5 MW, que está localizada no município de Nova Marilândia, em Mato Grosso Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou a Maracaná Energética a se tornar produtora independente de energia. A empresa vai implantar e explorar a pequena central hidrelétrica Maracaná. Localizada no município de Nova Marilândia, em Mato Grosso, a usina tem 10,5 MW de capacidade. O empreendimento terá redução de 50% nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição que incidirá na produção e no consumo da energia comercializada.

**SINDICAL**

## **Atraso de pagamento provoca greve na Arlen, em Diadema (SP) (CUT Nacional)** **04/11/09**

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Os trabalhadores na Arlen, fábrica de auto-falantes em Diadema, estão em greve desde a última sexta-feira (30) por causa do atraso do salário de outubro. Eles protestam também contra a falta de pagamento das verbas rescisórias de 25 companheiros demitidos há dois meses.

Segundo Claudionor Vieira do Nascimento, diretor do Sindicato, depois do pessoal ter cruzado os braços, na sexta-feira, a empresa pagou parte do vale de outubro tentando desmobilizar a greve.

"Ainda assim, eles decidiram se manter parados, especialmente em apoio aos que foram demitidos", disse.

Na manhã desta quarta-feira (4) tem nova assembleia e a tendência é da greve continuar se a grana não cair na conta.

## **Audiência na Câmara discute demissões no Santander (CUT Nacional)** **04/11/09**

Escrito por Sindicato dos Bancários de São Paulo

São Paulo - As comissões de Legislação Participativa e de Trabalho, de Administração e Serviço Público realizam audiência pública nesta quinta-feira (5), às 9h, para discutir as demissões no Banco Santander e denúncias contra a instituição. Em janeiro, cinco meses após o início da fusão de operações com o Banco Real, o Santander anunciou 400 demissões.

A reunião atende requerimento feito, em junho, pela deputada federal e ex-senadora Emilia Fernandes (PT-RS), após ter recebido uma carta dos bancários denunciando as dispensas. Dentre os convidados para a audiência está o presidente do Santander Brasil, Fábio Barbosa.

Beto Almeida

Escrito por Beto Almeida

04/11/2009

A agenda da comunicação sai da penumbra

Neste artigo onde aborda o significado da I Conferência Nacional de Comunicação, o jornalista Beto Almeida, membro do Conselho Diretivo da Telesur e presidente da TV Cidade Livre de Brasília, destaca como a sua convocação coloca o tema na agenda política do estado e da sociedade, abrindo espaço para que possamos saldar a gigantesca dívida informativo-cultural que se avolumou contra o nosso povo. O texto foi publicado originalmente na Hora do Povo.

A agenda da comunicação sai da penumbra

BETO ALMEIDA

"Há coisas que o mercado não tem interesse em fazer"

(Presidente Lula)

O tema sempre foi tabu. Tema proibido. Temos uma fileira de vítimas da ditadura midiática - intelectuais, pensadores, sindicalistas, jornalistas e artistas - por terem defendido que o progresso tecnológico comunicacional deve ser tratado como patrimônio da humanidade e servir como fator de elevação da civilização, embelezamento das relações humanas, da própria vida.

Agora no Brasil, a convocação da I Conferência Nacional de Comunicação coloca o tema na agenda política do estado e da sociedade. Permite que conheçamos a gigantesca dívida informativo-cultural que se avolumou contra o nosso povo. Um verdadeiro entulho. E novas informações vão surgindo, desmontando mitos, iluminando áreas de sombras, revelando que algo se move aqui e em boa parte da América Latina.

ARGENTINA MOSTRA UM CAMINHO

Ventos democráticos sopram da Argentina com sua nova lei de comunicação, quebrando o monopólio do Grupo Clarin, fortalecendo os veículos estatais e abrindo 33 por cento da comunicação para a sociedade, até para a CGT e as Universidades Públicas. Telesur, como tv da integração latino-americana e dos povos do sul, vai se consolidando, ampliando seu alcance para a África. Surge uma cadeia de rádios indígenas na Bolívia e também um jornal público, o “Câmbio”, que em 6 meses de vida já tem circulação igual ao maior jornal da burguesia racista boliviana, com décadas de existência. Na Venezuela, a Revolução Bolivariana quebra o tabu que considerava o tema comunicação intocável e faz a Constituição valer mais que os privilégios dos magnatas midiáticos: quando uma concessão de rádio e tv termina, termina mesmo, ela não tem porque ser renovada automaticamente como se fosse privilégio vitalício das oligarquias. O Equador caminha para fortalecer o seu jornal público, “El Telégrafo”, e também promove uma reorganização democrática no sistema de concessões de tv e rádio, ampliando, consolidando e qualificando a comunicação pública.

A diferença do Brasil é que em todos estes países os governos populares possuem maioria parlamentar. Além disso, em países como a Argentina a TV já nasceu pública, tendo recebido forte impulso durante o governo de Perón, período em que tv, rádio e até mesmo jornais como o La Nación, grande jornal da oligarquia, foram estatizados. No Brasil a TV já nasce nas mãos de gente como Assis Chateaubriand, seguindo o padrão comercial vulgar norte-americano, chantageando e ameaçando presidentes como Vargas e JK, impedindo que os dois levassem adiante o projeto de criação de uma TV Nacional, só recentemente recuperado pelo presidente Lula. A Argentina chegou a ter políticas públicas culturais e educacionais muito expandidas pelo peronismo, de tal sorte que eliminou o analfabetismo e conquistou padrões de leitura, artísticos, culturais, científicos e educacionais elevadíssimos para um País da América Latina.

#### VARGAS, UMA EXPERIÊNCIA GOLPEADA

Vargas seguia nesta linha. A Rádio Nacional foi a mais importante experiência comunicacional no sentido da brasilidade, da nacionalidade e de valores populares. Criou uma paixão radiofônica brasileiríssima, que não tem porque não ser recuperada. Também na Era Vargas foram criados a Rádio Mauá - a emissora do trabalhador -, o Instituto Nacional de Música, dirigido por Villa-Lobos, o Instituto Nacional de Cinema Educativo, conduzido por Roquette Pinto, o Instituto Nacional do Livro, por empenho de Carlos Drummond de Andrade, e também o Instituto Nacional do Teatro. Vargas já havia despertado para a importância da televisão quando uma conspiração internacional, de matriz norte-americana, petroleira, e com o apoio de uma conspiração nativo-oligárquica-televisiva, o levou ao suicídio. Com ele, para o túmulo, também foi o sonho de uma tv pública... JK tentou ressuscitá-lo, foi pressionado, chantageado, forçado a abandoná-lo.

Talvez não seja muito justa a simples condenação a Lula porque não teria, segundo alguns comunicadores, a mesma decisão e coragem dos presidentes da Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela em matéria de comunicação. O peso do capitalismo aqui é infinitamente maior, mais desenvolvido, o que constitui-se numa dificuldade adicional, mais complexa, juntamente com a inexperiência de uma comunicação pública como a vivida pelo povo argentino no passado. E, sobretudo, por não ter maioria parlamentar, além de contar com significativas contradições na sua base aliada, composta também por empresários da radiodifusão. Lula não pode ignorar o resultado das urnas de 2006...

#### RELAÇÕES DE FORÇAS LÁ E CÁ

Na Argentina há a retomada de uma experiência histórica bem sucedida, mas de modo gradual, nada súbito. Não se trata de uma virada de mesa ou de um ajuste de contas, muito menos um juízo final contra a oligarquia midiática, mas um retorno ao curso de um projeto nacional soberano dos argentinos também na área informativo-cultural. Mesmo com Chávez, nota-se uma gradual aplicação da Constituição, não uma eliminação da comunicação privada, mas uma atitude governamental legítima para que a lei seja cumprida por todos, demolindo o sistema de seqüestro midiático-empresarial que os radiodifusores de lá impunham sobre o povo venezuelano. Mas isto ainda está em curso, é ainda uma batalha, a grande audiência ainda está com a tv e a rádio privadas, muito embora a queda vertiginosa das vendas dos jornais conservadores seja emblemática. Quando Chávez foi eleito, em 1988, o jornal “El Nacional” vendia 400 mil exemplares. Hoje, rasteja-se em apenas 40 mil exemplares, portanto, número proporcionalmente inverso ao seu ódio editorial diante da popularidade do chavismo.

Não tendo a mesma maioria parlamentar folgada, Lula convoca a Conferência de Comunicação. Sua tática é evidente: libertar a agenda aprisionada pela mídia e envolver a sociedade neste debate. Claro que há dúvidas se a capacidade de mobilização de todos os movimentos pela democratização da comunicação, até hoje precária e rarefeita, tornar-se-á de fato robusta e amplificada rapidamente. O que torna ainda mais surpreendente e incompreensível a posição retoricamente radical de alguns destes movimentos desconsiderando esta relação de forças, o peso político e de poder da oligarquia da mídia no Brasil, a ausência de uma maioria parlamentar, traçando uma tática irreal, baseada no impressionismo da auto-suficiência de suas próprias forças. Este cálculo leva a que não considerem o governo como o aliado fundamental neste campo de forças populares, que deve incluir, obrigatoriamente, o governo Lula, movimento sindical, movimento social, partidos políticos e até mesmo segmentos do empresariado ameaçados pela esmagadora

intervenção estrangeira no setor audiovisual, e com riscos de ampliação se aprovado o PL-29, aliás, apoiado por alguns integrantes do movimento de democratização da comunicação. Democratização para quem?

## FOLHA VERSUS DATA-FOLHA

A presença e o discurso de Lula contra o monopólio da mídia na inauguração de novas instalações da Record devem ser considerados como destravamento e visibilidade desta agenda da comunicação, antes tabu. Também é significativa a pesquisa feita pelo Data-Folha, apontando que já 10 por cento dos entrevistados assistem a jovem TV Brasil e que 80 por cento destes gostam do que assistem. Como também é significativo o fato de que a Folha - jornal que pediu o fechamento da TV Brasil - não tenha publicado a notícia com o resultado da pesquisa. Ou seja, a Folha sonega informação do Data-Folha.

Também é expressiva a veiculação de matéria de 13 minutos pela TV Record revelando não apenas a queda da venda de jornais no Brasil, incluindo a Folha de São Paulo, mas também como este periódico apoiou a ditadura militar (até então desconhecido do grande público) e como ainda não deu explicações sobre a publicação de documentos adulterados da Ministra Dilma Rousseff. Já sabemos: na Venezuela o jornal "El Nacional" perdeu 90 por cento de seus leitores. Na Bolívia, o jornal "Cambio", favorável às transformações conduzidas por Evo, já vende tanto quanto o maior jornal da oposição racista e conservadora. Como será o curso no Brasil da perda de credibilidade e de leitores dos jornais?

## POPULARIZAR A LEITURA DE JORNAIS

Esta vertiginosa queda na vendagem de jornais - lembremo-nos de que eles informam a "tiragem", mas não a "voltagem" - amplamente divulgada pela Record vem acompanhada do crescimento da internet como fonte de informação. Com o plano do governo de democratizar o acesso à banda larga, sobretudo por meio de uma empresa estatal que se encarregue desta tarefa republicana, poderemos nos defrontar a curto prazo com uma situação inusitada: uma tecnologia do século 16, a imprensa de Guttemberg, ainda hoje com números indigentes de circulação no Brasil e em linha declinante, poderá sofrer a concorrência de tecnologia de última geração para o acesso amplo à informação.

Se vier de fato a ocorrer como se anuncia, terá sido o resultado da visão retrógrada da oligarquia midiática brasileira que foi sempre incapaz de expandir a popularização da leitura de jornais e revistas, revelando seu próprio medo de ter que confrontar um povo informado e letrado, com mais habilidades para o exercício da cidadania e para fazer suas legítimas exigências históricas. Que avancemos em duas linhas, expandindo o acesso à banda larga pública, mas também a leitura de jornal, que é ainda uma dívida informativo-cultural a ser paga.

O que não se entende é porque foram desprezadas ou não consideradas tantas propostas e experiências que tentaram ao longo de décadas - a começar por Monteiro Lobato que queria fazer da imprensa uma alavanca para a alfabetização plena e foi rejeitado - popularizar a leitura de jornais, mesmo com a enorme taxa de ociosidade de 50 por cento da indústria gráfica brasileira. Como disse Lula recentemente, "há coisas que o mercado não sabe fazer ou não tem interesse". E se o mercado não é capaz de popularizar a leitura de jornal e revista, e se temos metade das gráficas paradas todo o tempo, e se temos um povo proibido praticamente de ler e se as tiragens estão caindo, e se os jornais estão fechando, se temos jornalistas diplomados para o desemprego crônico, por que será que sindicatos, jornalistas, professores, não assumem a defesa, perante a Confecom, de um Programa Público de Popularização da Leitura de Jornal e Revista? Programa que se basearia no apoio público ao florescimento de jornais e revistas, fazendo as gráficas funcionarem, publicando em grandes quantidades para distribuição gratuita ao grande público sempre proibido de ler? A proposta consta das Teses da Associação Brasileira de Canais Comunitários - ABCCOM - à Confecom.

## COISAS QUE O MERCADO NÃO TEM INTERESSE

Temos nesta área uma Grande Depressão, como ocorreu nos EUA com a crise de 29. E lá, o estado organizou programas públicos de difusão cultural, inclusive de leitura, ocupando os criadores, os escritores, os jornalistas, os artistas, fazendo com que a informação, a arte e a cultura chegassem - pela primeira vez - aos bairros pobres e negros de Nova Iorque. Como disse Lula, há coisas que o mercado não tem interesse em fazer. No Brasil, na área da leitura, sempre estivemos numa eterna grande depressão...

Certamente a Confecom não será o ajuste final de contas, não será o "tudo ou nada". Mas será o palco para a organização de propostas e das forças que façam avançar as várias formas de comunicação pública, estatal, comunitária, universitária. Sobretudo aquelas que envolvem uma aliança entre movimentos sindical e social, partidos políticos, segmentos empresariais não-oligopolistas e o governo Lula, encorajando-o a ir mais adiante em medidas que estão ao seu alcance já, formatando um campo popular com força suficiente para dar sustentação à expansão, consolidação e qualificação da comunicação não seqüestrada pela ditadura do mercado cartelizado. É uma das

maneiras de pavimentar as condições para termos forças suficientes para uma mudança de fôlego argentino à médio prazo.

## **Combate a práticas antissindicais (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por Isaías Dalle

CUT, centrais e MST entregam à OIT denúncia contra o interdito proibitório, perseguição de dirigentes e intervenções do Ministério Público

A CUT, a Força, a CGTB, a UGT, a Nova Central, a CTB e o MST protocolaram na OIT (Organização Internacional do Trabalho), hoje, dia 3, em Genebra, uma denúncia contra três práticas antissindicais correntes no Brasil: o uso do interdito proibitório para inviabilizar greves e mobilizações; perseguição e assassinato de dirigentes sindicais; o fato de o Ministério Público do Trabalho, na correta tentativa de coibir cobranças de taxas abusivas, tratar como iguais entidades diferentes e, por isso, estar penalizando também sindicatos sérios, de luta e com ampla base de representação.

Artur Henrique, presidente nacional da CUT, representou a Central na audiência com o diretor-geral da OIT, Juan Somavia. A audiência foi marcada a pedido das centrais. "Para a CUT, um dos pontos fundamentais dessa denúncia é o interdito proibitório", explica Artur. "A liberdade sindical e de organização está sendo ameaçada e inviabilizada por um mecanismo que nada tem a ver com as relações trabalhistas", critica.

O interdito proibitório é um instrumento da Justiça Cível, que trata do direito e de proteção à propriedade privada. Através dele, os empresários e os banqueiros têm obtido liminares que proíbem os sindicatos e seus associados de permanecerem próximos a agências e todo o tipo de edifício de empresas em geral, e também de realizarem passeatas em determinadas avenidas ou rodovias. O descumprimento da distância mínima determinada pelas liminares acarreta multas de milhares de reais - R\$ de 30 mil a R\$ 500 mil, segundo casos recentes enfrentados por entidades cutistas.

Para obterem as liminares, as assessorias jurídicas dos patrões alegam que as greves e mobilizações implicam riscos de invasão, destruição e de que os trabalhadores "vão tomar posse das propriedades", conforme trecho de uma das liminares recentes. "Como um sindicato de bancários, por exemplo, vai dialogar com os trabalhadores e a população em geral durante uma greve, se é proibido de ficar a menos de 500 metros de uma agência, por exemplo?", indaga o presidente da CUT.

### **Perseguição e assassinato**

Artur também destaca a denúncia da perseguição e de assassinatos de dirigentes sindicais do campo e da cidade como ponto central na peça protocolada hoje na OIT. "Só de casos identificados e que chegaram a nosso conhecimento, há 12 assassinatos de dirigentes sindicais que, desde 2005, estão sem solução e quaisquer punições de acusados. Hoje, segundo a Comissão Pastoral da Terra, há 161 militantes ameaçados de morte só no Pará", explica.

A terceira denúncia contida no documento de 88 páginas entregue hoje a Juan Samovia diz respeito ao fato de o Ministério Público do Trabalho não estar conseguindo, segundo Artur, "separar o joio do trigo" ao punir entidades que cobram taxas assistenciais e contribuições dos trabalhadores.

### **Joio e trigo**

"A CUT é e sempre será contra entidades que não têm representação, não fazem luta nem organizam campanhas salariais, mas que ficam cobrando taxas dos trabalhadores. Então, o Ministério Público tem razão ao suspender essas cobranças, e a CUT apóia. O problema é que o Ministério está fazendo isso de uma forma linear e generalizada, e está prejudicando entidades sérias que, depois de realizarem campanhas salariais bem sucedidas, conseguem aprovar em assembléias soberanas o desconto de taxas relativas ao custeio das campanhas", diferencia Artur Henrique.

Por isso, segundo o presidente da CUT, é cada vez mais importante a aprovação do projeto que acaba com o imposto sindical e que cria a taxa negocial, que será aprovada em assembléia e que na prática vai contemplar entidades sindicais combativas.

## **Meio-ambiente (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por Luiz Carvalho com colaboração de Vânia Viana

CUT apresenta em Barcelona proposta das Centrais para o clima

A CUT apresentou nessa segunda-feira (2), em Barcelona, o documento unificado ( Clique aqui 165.00 Kb) construído pelas centrais sindicais sobre a questão climática. Em entrevista coletiva na Espanha, a Secretária do Meio Ambiente da CUT, Carmen Foro, falou sobre a proposta durante a rodada de negociações que começou no dia 2 de novembro e prossegue até o dia 6. O evento antecede a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, marcada para os dias 07 a 18 de dezembro, em Copenhague, Dinamarca.

"Vamos pressionar o governo brasileiro para que tome uma atitude audaciosa na defesa do meio-ambiente", afirmou Carmen.

Nesta terça (3), às 16h (horário de Brasília), na Universidade de Barcelona, a dirigente participa de um debate que tratará do compromisso da classe trabalhadora no combate às mudanças climáticas.

Cerca de 4 mil participantes representando 180 países estão no evento que busca definir as regras de um novo acordo sobre o clima, já que o Protocolo de Quioto tem prazo até 2012.

Fundo internacional de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas

Em reunião nesse sábado (31), em Barcelona, os ministros do meio ambiente de 24 países selaram um acordo para a criação de um fundo internacional de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas. Os países desenvolvidos irão financiar aqueles em desenvolvimento, nas ações para amenizar o aquecimento global, por meio do investimento em ações de combate às alterações do clima em seus países.

O fundo foi aprovado pela Câmara e segue para o Senado Federal.

Compromisso Nacional para o clima

O Brasil terá um papel estratégico de liderança nas negociações. Nesta terça, o presidente Lula se reúne com os ministros para discutir a proposta do Ministério do Meio Ambiente que defende a meta de reduzir em 40% a emissão de gases de efeito estufa até 2020.

Para atingir esse objetivo, o País teria de diminuir em 80% a taxa de desmatamento da Amazônia para o mesmo período, além de queda do desflorestamento nos biomas caatinga e cerrado, gerenciamento de lixo, eficiência energética e investimentos em energias renováveis.

Esse conjunto de propostas leva o Brasil a uma posição de enfrentamento e poder de negociação junto aos países desenvolvidos que não tiveram ainda definidas suas metas colocando o Brasil em uma posição de protagonismo nas negociações.

## **Todos a Brasília pela redução da jornada sem diminuição de salários (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por Roni Anderson Barbosa presidente da CUT Paraná

No final de 2004, as centrais sindicais brasileiras organizaram uma grande mobilização pela recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo. Tratava-se da 1ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora, que reuniu milhares de pessoas em Brasília com o objetivo de fortalecer, junto ao Poder Executivo e Legislativo, a importância social e econômica da proposta de valorização do mínimo. O resultado foi que, em maio de 2005, o salário foi corrigido de R\$ 260,00 para R\$ 300,00.

A experiência foi positiva e as centrais passaram a organizar a Marcha anualmente. As consequências das mobilizações continuaram frutíferas para a classe trabalhadora. Em abril de 2006, o salário mínimo foi elevado para R\$ 350,00; em abril de 2007, foi corrigido para R\$ 380,00. Também como resultado dessas negociações, foi acordado em 2007 uma política permanente de valorização do salário mínimo, até 2023. Essa política tem como critérios o repasse da inflação do período entre as suas correções, o aumento real pela variação do Produto Interno Bruto (PIB), além da antecipação da data base de sua correção - a cada ano - até ser fixada em janeiro, o que acontecerá em 2010. Essa política assegurou em 2008 um piso de R\$ 415,00 e de R\$ 465,00 em 2009.

De acordo com o Dieese, os sucessivos reajustes do salário mínimo durante o governo Lula geraram ganho real acumulado de 37,02%, resultante de uma variação nominal de 107,49%, contra inflação de 51,43% [INPC]. A luta agora, no que tange a questão do salário mínimo, é pela aprovação de uma lei que garanta essa política de valorização,

independente dos próximos governos, pois o mecanismo que aplicou esse aumento gradual do mínimo se deu através de Medida Provisória [421/97].

Entretanto, a Marcha Nacional se tornou a maior mobilização do movimento sindical e ganhou novas proporções. O salário mínimo ainda continua na pauta, mas, neste ano, a luta prioritária é pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem diminuição de salários, e o aumento do adicional da hora extra de 50% para 75% do valor da hora trabalhada, conforme a Proposta de Emenda à Constituição 231/95, de autoria do então deputado, hoje senador, Inácio Arruda [PCdoB/CE].

O relator da matéria, deputado federal Vicente Paulo da Silva [PT/SP], o Vicentinho, deu parecer favorável à PEC e agora só falta a votação no Congresso Nacional. Porém, os parlamentares ligados ao empresariado estão articulados e querem derrubar a PEC. Não é novidade alguma, pois, desde o século XVIII, quando as jornadas eram de 16 horas diárias, toda vez que os trabalhadores lutaram pela redução da carga horária trabalhada, os patrões argumentaram que as empresas não resistiriam. Eles não levam em consideração o desenvolvimento tecnológico e a qualificação dos trabalhadores, fatores que possibilitaram um aumento excepcional da produtividade. Todavia, esses ganhos de produtividade foram apropriados quase exclusivamente pelas empresas. Essa riqueza não distribuída poderia ter sido compartilhada através da redução de preços e impostos, da melhoria dos salários e das condições de trabalho, em especial a redução da jornada.

Logo, o desafio presente, que unifica todo o movimento sindical nacional, é o de transferir parcelas dos ganhos obtidos pelo setor produtivo aos trabalhadores a partir da redução da jornada. Além disso, essa medida, ainda de acordo com o Dieese, tem o potencial de gerar 2,2 milhões de novos empregos. O impacto sobre o custo total na produção industrial seria de apenas 1.99%.

A Marcha de 2009 ainda vai mais além e traz as reivindicações Jornada Mundial pelo Trabalho Decente na pauta. Ela resgata o princípio fundamental da Organização Internacional do Trabalho (OIT): o trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido por homens e mulheres em condições de igualdade, liberdade, segurança, sem quaisquer formas de discriminação e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho.

A Jornada tem importantes pontos para uma ampla reforma no mundo do trabalho. As convenções 151 e 158 da OIT estão em destaque. A 151 trata da negociação coletiva no serviço público. Os servidores são trabalhadores e devem ter assegurado o direito de negociar suas reivindicações periodicamente. Já a 158 proíbe as demissões imotivadas e põe um fim à alta rotatividade da mão de obra no Brasil. Muitas empresas utilizam as demissões como mecanismo estratégico para reduzir direitos e salários. As estatísticas apontam que em 2007 foram gerados 14,7 milhões de empregos formais com carteira assinada, enquanto pouco mais de 13 milhões foram demitidos, deixando um saldo de admitidos positivo de 1,6 milhão.

Também fazem parte da Jornada a expropriação de terras onde houver flagrante de trabalho escravo, destinando essas áreas à reforma agrária [PEC 438/2001]; a atualização dos índices de produtividade da terra; a regulamentação da terceirização e combate à precarização do trabalho através do Projeto de Lei 1621/07, construído em parceria entre a CUT e o deputado Vicentinho; e por último, mas não menos importante, a defesa do pré-sal, com a utilização do petróleo para garantir o desenvolvimento, a soberania nacional e a distribuição de renda, através de uma Petrobrás 100% pública e estatal.

Dessa forma, é evidente que a 6ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora traz reivindicações consistentes que visam a melhoria de vida de toda sociedade. A CUT pretende levar 40 mil trabalhadores a Brasília, inclusive você leitor, para que todos juntos possamos lutar por um país melhor para todos.

## **Uma CPI contra a Reforma Agrária e os interesses do Brasil! (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por João Antonio Felício, Secretário de Relações Internacionais da CUT

Por que mais uma CPI para investigar um movimento social que tem contribuído enormemente com o país ao apontar os problemas que a concentração de terras gera? Ainda mais frente a uma realidade onde segundo a FAO um bilhão de pessoas passam fome no mundo e muitas outras procuram por um trabalho decente?

Certamente esta CPI orquestrada pela bancada ruralista e pelos setores de direita do Congresso Nacional tem como objetivo principal impedir que sejam atualizados os índices de produtividade agrícola em vigor, que atualmente levam em conta dados do censo agropecuário de 1975. Muitas coisas mudaram no meio rural nos últimos 34 anos, não havia

sementes geneticamente modificadas, máquinas agrícolas com comandos eletrônicos e muito menos ferramentas como o GPS e previsão do tempo precisa como temos hoje.

Há 30 anos o setor agrícola tomava conhecimento dos pesticidas, venenos e outras tecnologias desenvolvidas por companhias multinacionais para fins militares que, com o pós-guerra, encontravam como destino o uso na agricultura.

Esperamos o dia em que aconteça uma CPI para investigar o financiamento do agronegócio, os prejuízos ambientais e sociais gerados por este modelo concentrador de terras e monoculturas utilizado pelas elites agrárias de nosso Brasil.

É estarrecedor que uma empresa privada, com o único objetivo de obter lucro, produza laranjas em uma área pública, reclamada pela justiça e pelo INCRA. Estamos falando de 10 mil hectares de terras públicas e 15 mil hectares de terras improdutivas, no interior do Estado de São Paulo, e que se destinadas à reforma agrária estariam gerando alimento, trabalho e vida.

As imagens que a grande mídia divulgou à exaustão foram colhidas momentos após a saída do MST da área, portanto não existe a certeza de se trata realmente de uma ação de integrantes do movimento ou um "factóide midiático", questão que necessita de uma apuração mais detalhada antes da execução pública de alguns integrantes do movimento.

Por estas razões, manifestamos nosso total apoio e solidariedade ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O MST é um movimento reconhecido internacionalmente e que muito tem contribuído com o desenvolvimento do Brasil e muito ainda vai contribuir para o desmoronamento das estruturas agrárias da época de um país colonial e subserviente aos interesses externos.

Caminhamos juntos para a construção de um novo Brasil, soberano, com democracia, justiça, trabalho, igualdade e pão!

## **ABC (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por Sindicato dos Químicos de ABC

Trabalhadores da Silvatrim, em São Bernardo do Campo, decretam greve por aumento da PLR

Em assembléia realizada na manhã desta terça-feira, 3 de novembro, os trabalhadores da empresa Plásticos Silvatrim do Brasil, localizada em São Bernardo do Campo, decidiram iniciar uma greve por tempo indeterminado como forma de pressionar a empresa a melhorar sua proposta em resposta às reivindicações apresentadas, em especial ao aumento da PLR (Participação nos Lucros e Resultados).

Os trabalhadores da produção paralisaram às 6h da manhã, os trabalhadores administrativos às 7h, e os do turno das 14h também aderiram ao movimento. Ao todo são cerca de 90 trabalhadores. A greve foi reafirmada em nova assembléia, realizada às 15h, quando todos recusaram a proposta de abono de R\$ 100,00 e a antecipação do pagamento da PLR da Convenção Coletiva de Trabalho.

"Todo ano é a mesma coisa, Já faz quase dez anos que a empresa paga a PLR da Convenção Coletiva e promete negociar uma PLR diferenciada no ano seguinte. Aí chega a campanha salarial, ela repete a choradeira e fala que não pode pagar PLR diferenciada. Os trabalhadores não agüentam mais essa situação", comenta o diretor do Sindicato dos Químicos do ABC, Antonio Odésio.

Este ano, a pauta específica dos trabalhadores da Silvatrim foi protocolada na empresa no início de outubro. Os pontos reivindicados: 10% de reajuste; Redução da Jornada para 40 horas (hoje é de 44h/semanais) e PLR diferenciada. Foram realizadas três rodadas de negociação, sem nenhum avanço, o que motivou a decretação da greve na manhã desta terça-feira.

"Diante da paralisação total dos trabalhadores, a empresa nos procurou e ofereceu um abono de R\$ 100,00 em dezembro e pagamento da PLR básica em quatro parcelas, antecipando os pagamentos em relação às datas previstas na Convenção Coletiva. Também não se propôs a conceder um centavo a mais de reajuste do que o firmado na Convenção. O que também foi recusado pelos trabalhadores na assembléia da tarde. A greve continua", conta Odésio.

No momento do fechamento desta matéria (19h), a direção da empresa está reunida para estudar uma nova contraproposta. Os trabalhadores dos diferentes turnos e do setor administrativo voltam a se reunir em assembléia nesta quarta-feira - 04 de novembro - às 8h para avaliar uma eventual contraproposta e decidir pela continuidade ou não do movimento.

## **Por uma CPI do latifúndio midiático (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por Rosane Bertotti, secretária Nacional de Comunicação e membro da Comissão Organizadora da Confecom

Em seu "O Livro dos Abraços", Eduardo Galeano nos conta de uma tribo indígena que decepava a cabeça de seus adversários e as deixava minguar até caber na palma da mão. Para impedir qualquer surpresa desagradável, ainda costuravam sua boca.

Guardadas as proporções de sentido, é exatamente esta a direção do empenho dos barões da mídia quando inundam a programação das "suas" emissoras de rádio e televisão com desinformação e alienação. Entre outros lixos tóxicos, despejam cotidianamente em milhões de lares doses de apatia e criminalização dos movimentos sociais, a quem tentam macular com os antivaleiros do oportunismo, da covardia e da violência. Com a surrada fórmula da repetição, já que instrumentalizam os meios de comunicação para contaminar e degradar o ambiente das relações pessoais, buscam apequenar cérebros, silenciar falas, deturpar conceitos...

Felizmente, há lições que ficaram, aprendidas pelos anos de engano e manipulação, de edição de debates televisivos, de programas editorializados que interpretavam a realidade ao bel prazer do anunciante. Bem menos dócil e muito menos conformada, a população vem fazendo a sua própria leitura, ampliando a independência, cortando os fios que a buscavam conduzir mais para ser menos.

Compreendendo a comunicação social como direito humano, e comprometida com a sua democratização, a CUT propôs, com o respaldo das demais centrais sindicais, um projeto que dá vida à determinação constitucional do direito de antena, garantindo a abertura de um espaço que é público - mas erroneamente aproveitado de forma privada - a estas entidades. Uma vez aprovado o projeto, encaminhado pelo deputado Vicentinho, teremos o espaço sindical gratuito no rádio e na televisão, nos mesmos moldes do horário eleitoral, conforme a representatividade de cada central.

Assim que manifestamos a decisão, a reação fez-se ouvir por editoriais e matérias consagradas a denunciar o desplante da "República Sindical", havendo filas de colunistas, prenhes de mentiras e calúnias, repetindo o jargão de seus patrões.

O que está por trás da CPI do MST senão a produção de desmemória coletiva? Ou a repetição de uma tomada aérea de pés de laranja arrancados é mais notícia do que a invasão de terras públicas pela Cutrale? E o que dizer dos milhões de litros de pesticidas lançados sobre o campo pelo agronegócio, concentrador de renda, que polui, desemprega e mata? Por que a campanha pela redução da jornada para 40 horas semanais não aparece no noticiário, nem os milhares de mutilados e lesionados pela intensidade do ritmo de trabalho, pela precarização? Por que não há reportagens sobre os que enriqueceram com as privatizações/desnacionalizações durante o desgoverno FHC? Por que a cratera do metrô, que matou em São Paulo, não ganha destaque, assim como os pedágios mais caros do Brasil, que ficam no mesmo Estado, e os piores salários de policiais e professores? Para que serve a propaganda da Sabesp no Nordeste? Afinal, quantas vezes você leu, viu ou ouviu que o relatório da Polícia Federal sustenta que "uma das atividades em que atua a organização criminosa, liderada por Daniel Dantas, é na compra e venda de fazendas, gado e outros negócios agropecuários"? Por que os que se dizem defensores da liberdade de imprensa e do debate se retiraram da Conferência Nacional de Comunicação e não querem debater a comunicação como política pública com participação social?

Será por que é necessária uma CPI do latifúndio midiático?

## **Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por William Pedreira com Diap

Diretor executivo da CUT Antonio Lisboa, é eleito vice-presidente da entidade

Fundado no dia 19 de dezembro de 1983, o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) é um instrumento dos trabalhadores que atua junto aos Poderes da República no sentido da institucionalização, da transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais da classe trabalhadora. É constituído por cerca de mil entidades sindicais de trabalhadores congregando Centrais, Confederações, Sindicatos e Associações distribuídas em todos os Estados e no Distrito Federal.

Na última sexta-feira (3), representantes da entidade estiveram reunidos em Brasília para deliberar algumas mudanças no conselho da entidade. O diretor executivo da CUT Antonio Lisboa, foi eleito um dos vice-presidentes da entidade. O representante cutista exaltou a decisão e afirmou que lutará para que o movimento sindical utilize as ferramentas do Diap de forma efetiva. "O Departamento Intersindical é uma instituição muito importante dentro do Congresso Nacional e que dispõe de uma assessoria que é desconhecida pelo movimento sindical. Uma das minhas ações será informar à base sindical sobre a institucionalização do Diap". Ficou decidido também que o secretário de Organização da CUT Jacy Afonso, ocupará o cargo de suplente da Tesouraria.

Pré-sal

Na próxima semana, mais precisamente no dia 10 de novembro, está programado para ir ao Plenário, o projeto do pré-sal. Para Lisboa, "a questão do pré-sal deve ser tratada com grande cuidado, já que a sua resolução influenciará toda a sociedade." Ele avalia que a classe trabalhadora deverá permanecer mobilizada e atenta quanto as outras questões. "As pautas da 6ª Marcha da Classe Trabalhadora como a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas, ratificação das convenções 151 e 158, valorização do salário mínimo, entre outras reivindicações continuarão sendo prioritárias e os trabalhadores deverão continuar pressionando os parlamentares a aprovarem estes projetos."

## **Taubaté (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região

Câmara vota moção de apoio à Redução da Jornada de Trabalho

A Câmara Municipal de Taubaté votará em sua próxima sessão ordinária na quarta-feira, dia 4, uma Moção de Apoio à aprovação no Congresso Nacional da PEC 231/95 que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário.

O pedido de apoio aos vereadores de Taubaté para a aprovação da PEC 231/95 foi entregue pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região (CUT), Isaac do Carmo, ao presidente da Câmara Municipal, vereador Carlos Peixoto na segunda-feira, dia 26.

No mês de junho, a PEC 231/95 já foi aprovada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados que avaliou a matéria e deve ir para votação no plenário no mês de Novembro.

A CUT e as centrais sindicais estão empenhadas na aprovação deste projeto, pois desde a promulgação da Constituição de 1988 não ocorre uma redução significativa da jornada de trabalho no Brasil.

No dia 7 de outubro, a CUT e as centrais sindicais estiveram no Congresso Nacional e visitaram os gabinetes de todos os deputados federais explicando a importância deste projeto para a geração de emprego e renda no Brasil.

Segundo estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos) a proposta de redução da jornada de trabalho das atuais 44 para 40 horas semanais, sem redução dos salários, tem potencial de gerar, no limite, mais de 2,5 milhões de novos empregos, reduzindo assim o número de desempregados.

A economia brasileira apresenta condições favoráveis para a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, e para a limitação da hora extra, em virtude dos expressivos ganhos de produtividade, da reduzida participação dos salários no total do custo da produção e do baixo custo dos salários quando comparado a outros países.

"Temos a certeza que a redução da jornada de trabalho sem redução de salários também será de extrema importância para a geração de empregos e renda para a cidade de Taubaté e para a região do Vale do Paraíba" afirmou o presidente Isaac.

A redução da jornada de trabalho será a principal bandeira de luta da 6ª Marcha da Classe Trabalhadora que acontecerá em Brasília no dia 11 de novembro. A Marcha é organizada pela CUT em conjunto com as principais centrais sindicais brasileiras, e deverá reunir cerca de 50 mil trabalhadores na Capital Federal.

## **6º Congresso do Sindimetal-ES (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por Sindimetal-ES

Metalúrgicos discutem problemas e apontam caminhos para que o Sindicato enfrente os desafios para os próximos quatro anos

"Não existe o maior desafio. O Sindimetal-ES terá que ser capaz de garantir direitos sociais e trabalhistas e avançar na luta pelo emprego, salários e melhores condições de trabalho, com igualdade para homens e mulheres". Essa é a direção, segundo o presidente do Sindimetal-ES Roberto Pereira de Souza, apontada pelo 6º Congresso dos Metalúrgicos do ES. O Congresso aconteceu no Hotel Praia Sol, em Nova Almeida/Serra, entre os dias 23 e 25 de outubro.

Durante os três dias de trabalho, os delegados puderam ouvir através de palestras os temas "As Questões de Gênero no Movimento Sindical", com a assessora da Prefeitura de São Bernardo do Campo, Valéria Cristina Ortega; "A Juventude no Mercado de Trabalho", com a secretária de Políticas Sociais da CNM/CUT, Michele Ida Ciciliato; e "A Saúde dos Trabalhadores, o Meio Ambiente e o Local de Trabalho", feita pelo coordenador da Comissão Nacional do Benzeno - Bancada dos Trabalhadores, Itamar Sanches.

Além disso, o caderno de textos, elaborado pela comissão organizadora do Congresso, forneceu elementos para ampliar as discussões sobre os problemas da categoria.

### **Grupos de Trabalho**

Mas foi nos grupos de trabalho que o plano de lutas foi elaborado. Entre as metas estabelecidas e os desafios a serem enfrentados, destacamos na área de gênero: lutar por creches e equiparação salarial entre homens e mulheres; criar condições para aumentar a participação e garantir a representação das mulheres nas bases do Sindimetal.

Para a saúde - Realizar seminários e implementar políticas de apoio à saúde e meio ambiente, em todo o Estado; aumentar o número de dirigentes na área da saúde; cobrar a fiscalização dos órgãos públicos nos ambientes de trabalho, elaborar impressos para conscientizar os trabalhadores e a comunidade; garantir que as conquistas acordadas sejam cumpridas, como por exemplo o desjejum nas empresas.

Para a juventude e o trabalho - Criação e consolidação da Federação dos Metalúrgicos RJ/ES; indicar à CUT e aos sindicatos de professores propostas de ações para que o debate sobre sindicalismo seja feito nas escolas; processo de capacitação para preparar novos cipeiros; incluir nas pautas de reivindicação o subsídio de 50% para qualificação profissional por parte da empresa e adequação da jornada de trabalho ao horário de estudo; equalizar as diferenças sociais e de benefícios nas empresas das quais o Sindimetal é representante.

## **Metalúrgicos (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por FEM-CUT

Nova rodada de negociação entre FEM-CUT e G10 (setores de lâmpadas, estamperia, entre outros) acontece nesta quinta (5)

Em rodada de negociação com a FEM-CUT, realizada na tarde da última sexta-feira (30), a bancada patronal do Grupo 10 (que reúne os sindicatos patronais dos setores de lâmpadas, material bélico, estamperia, equipamentos odontológicos entre outros) disse que renovará as cláusulas sociais pré-existentes (em vigor) na Convenção Coletiva de Trabalho. Com relação às melhorias nas cláusulas sociais e a inclusão de novos direitos reivindicados pela Federação, a bancada sinalizou que avançará em alguns e que formalizará uma proposta na próxima rodada, agendada para o dia 5 de novembro.

O G10 também que se posicionará sobre a mudança da data-base da categoria, que hoje é 1º de novembro, para 1º de setembro, e a inclusão na CCT da cláusula que garante estabilidade no emprego até a aposentadoria para o trabalhador portador de doença profissional - esta importante conquista já está assegurada nas demais bancadas patronais e só no G10 esta cláusula tem sido debatida judicialmente. A proposta de reajuste econômico também será apresentada nesta data.

O presidente da FEM-CUT, Valmir Marques (Biro Biro), espera que na próxima rodada a bancada patronal avance na linha de concluir as negociações da Campanha Salarial.

#### Base

A Federação representa cerca de 15 mil metalúrgicos nos setores do G10 em todo o Estado e a data-base é 1º de novembro - último setor em Campanha Salarial na base da FEM neste ano.

#### Agenda

Negociação FEM-CUT e G10

Data: 5 de novembro (quinta-feira)

Horário: 15h

Local: Av. Paulista, 1313 - Fiesp

## **Elisângela é reeleita na Fetraf/CUT (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por Escrito por Fernanda Silva, de Luziânia -GO

Congresso dos Trabalhadores da Agricultura Familiar elege nova direção

Em composição de chapa única, os 800 delegados e delegadas do II Congresso da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf-CUT) aprovaram, por unanimidade, a nova diretoria da Federação, empossada às 13 horas de sexta-feira (30).

Em discurso emocionado, Elisângela Araújo reeleita coordenadora Geral da Fetraf-CUT, agradeceu a todos os delegados (as), a coordenação do II Congresso e aos funcionários da entidade pelo apoio, parceria e comprometimento.

"Agradeço também à Federação da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (FAF/CUT-SP) por colocar a sua estrutura à disposição e todos os companheiros e companheiras que não me deixaram desanimar em nenhum instante. Como vocês sabem não é fácil ser dirigente, mãe e mulher numa sociedade ainda machista, mas tenho muita garra e juntos vamos construir o verdadeiro modelo de desenvolvimento sustentável e solidário com inclusão social que este país precisa e que nós merecemos", desabafou.

A aprovação unânime da chapa denota que a Fetraf-CUT, presente em 20 estados do país, agrega valores e competências que buscam a consolidação da agricultura familiar em todo território nacional.

"Nosso objetivo enquanto organização consiste em avançar na conquista de políticas que melhorem a vida de todos os agricultores familiares. Da maneira que a Fetraf-CUT avança seremos, com certeza, a maior entidade representativa da categoria no país", declarou Marcos Rochinski, o novo coordenador Geral da Fetraf.

Em depoimento sobre o II Congresso, Marco Antonio Augusto Pimentel, eleito secretário de Finanças da Fetraf, avalia que a entidade já mostrou sua capacidade de organização principalmente por lidar com a diversidade regional.

"Construímos um projeto coletivamente levando em conta as particularidades de cada região numa perspectiva que seja direcionado para o todo. Um novo projeto de desenvolvimento da sociedade".

Veja a composição da nova Coordenação da Fetraf-CUT

Coordenação Executiva

Coordenação Geral: Elisângela Araújo (BA)

Secretário Geral: Marcos Rochinski (PR)

Secretaria de Finanças: Marco Antonio Augusto Pimentel (SP)

Secretaria de Reforma Agrária: Lázaro Bento (GO)

Secretaria de Mulheres: Viviane Pereira (PA)

Secretaria Políticas Sociais: Antonio Chaves (PI)

Secretaria Juventude: Eliane Oliveira (BA)

Secretaria Política Agrícola: Alexandre Bergamim (SC)

Secretaria Formação e Organização Sindical: Josana de Lima (RN)

Secretaria de Habitação: Celso Ludwig (RS)

Secretaria do Meio Ambiente: Graça Amorim (MA)

## **Mais uma entidade cutista (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por João Caetano - CNQ/CUT

Vidreiros e vidraceiros de Minas Gerais falam sobre desafios do novo Sindicato

O Sindicato dos Vidreiros e Vidraceiros do Estado de Minas Gerais é a mais nova entidade do ramo químico a filiar-se à CUT e à CNQ. Em visita à cidade de São Paulo, dois dirigentes do Sindicato explicaram quais são hoje os principais desafios que enfrentam os planos de luta para o futuro.

José Avimar, mais conhecido pelos companheiros e companheiras como Zezinho, preside o Sindicato, cuja base é composta por cerca de 200 mil trabalhadores e trabalhadoras.

"Nosso Sindicato, diz Zezinho, foi fundado em assembléia realizada no dia 29 de agosto último na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem. Antes, fizemos outra assembléia no dia 16 de maio deste ano para criarmos o Sindicato, mas ela foi impugnada pela Federação dos Comerciantes do Estado de Minas Gerais, sob a alegação de que a categoria já era representada por um Sindicato filiado à Federação;"

Os companheiros, com o apoio da CUT e de militantes do PT, entraram com um recurso na Justiça e em 18 de agosto tiveram uma audiência no Tribunal Regional do Trabalho de Contagem, quando foi anulada a impugnação e dado um prazo para que eles realizassem a assembléia de constituição do Sindicato.

O Sindicato conta com 12 membros na direção. Eles agora aguardam a concessão da carta sindical que deverá segundo José Avimar, sair em breve.

Problemas da categoria

Rafael da Silva Farias, que é também diretor do Sindicato, ressalta que pela falta de representação efetiva, a categoria tem uma série de problemas acumulados. "Há também uma grande desconfiança dos trabalhadores, pois o Sindicato é encarado como uma entidade que nada faz, essa idéia é estimulada pelos patrões", denuncia Rafael.

Avimar destaca os principais problemas da categoria. "Por não ter um Sindicato específico para representar nossa categoria, a gente não tem um piso salarial, as condições de trabalho são precárias, com os trabalhadores expostos a riscos constantes de acidentes e poucos têm carteira assinada."

O sindicalista Rafael acrescenta que "as empresas contratam o funcionário por um período de experiência de três ou quatro meses, com a promessa de passado esse período de efetivá-los, mas quando acaba o tempo de experiência, o trabalhador é dispensado e outros são postos no lugar, também em período de experiência".

O resultado disso é uma grande rotatividade da mão-de-obra e a maioria trabalhando sem registro.

O Sindicato está intensificando as visitas às bases, conversando com os trabalhadores e tentando mostrar que o Sindicato pode ser diferente, comprometido e de luta.

Vencer os desafios

Avimar, com 23 anos de categoria, sabe que é difícil mudar essa visão de uma hora para outra, mas eles estão dispostos a enfrentar o desafio.

"Eu comecei a trabalhar no setor com nove anos de idade, no bairro Nacional, em Contagem. Por volta de 16 anos, isso em 1992, fui para a Divinal Distribuidora de Vidros, onde fiquei até os 23 anos, quando mudei para São Paulo, onde trabalhei na antiga empresa de vidros São José (atual Cyberglass), na região da Mooca. Depois fui para a Divinal de São Paulo, trabalhando como terceirizado. Conheci a experiência do Sindicato, vi sua atuação e me aproximei da CUT, quando percebi que as coisas poderiam ser diferentes", relembra Avimar.

Em 2003, ele volta para Minas, com a idéia de criar um Sindicato da categoria vidreira. Entrou em contato inicialmente com um conhecido do PT que o levou até a CUT. Avimar arregimentou companheiros, entre os quais, Rafael que trabalhava junto com ele.

O Sindicato é uma realidade. Desafios não faltam, mas eles estão dispostos a enfrentar esses desafios e criar um grande e importante Sindicato em Minas Gerais.

## **O MST e as laranjas podres da Cutrale (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por Brasil de Fato

Novo "Eldorado" foi prometido para trabalhadores sem-terra, mas é invadido ilegalmente pelo agronegócio. Quando as 250 famílias, entre acampados e assentados, ocuparam, em 28 de setembro, a fazenda Capim pela quinta vez, não imaginavam que a ação repercutiria em nível nacional e colocaria novamente às claras a questão do conflito pela terra e a morosidade da reforma agrária no campo brasileiro. A fazenda está instalada em 10 mil hectares de terras públicas, na mesma região em que famílias de sem-terra estão acampadas há pelo menos dois anos. A área é utilizada ilegalmente para o plantio de laranjas pela empresa Sucrocítrico Cutrale e pertence a uma extensão ainda maior de terras da União, chamada de Núcleo Monções. O Núcleo compreende cerca de 30 mil hectares de terras localizadas entre os municípios de Iaras, Lençóis Paulista e Borebi, no centro-oeste do estado de São Paulo. A maior parte dessas terras é ocupada ilegalmente por empresas ligadas à pecuária extensiva e ao agronegócio de madeira, cana-de-açúcar e laranja. O mesmo local, entretanto, foi prometido pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) aos sem-terras, que se deslocaram pela mesma motivação: a abundância de terras públicas. Em 8 de agosto de 2007, 78 famílias migraram para a regional de Iaras, acompanhadas posteriormente por outras 66 famílias. A maioria era oriunda da região do Pontal de Paranapanema, localizada a mais 320 km dali, próxima às divisas dos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, no extremo oeste paulista. Pressionar o governo. Numa dessas levadas, veio o dirigente regional da Frente de Massas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Léguas (que teve o sobrenome omitido como forma de resguardar sua identidade). Ele explica que a área é ocupada pelos sem-terra desde 1995. A tática é pressionar o governo ao explicitar a contradição existente no fato de áreas públicas serem ocupadas por empresas privadas e acelerar, assim, a reforma agrária na região. Além de denunciar a grilagem das terras, os sem-terras têm expectativa de viver delas um dia. No entanto, passados quase 15 anos, a maior parte dos hectares continua sob domínio de empresas privadas, a exemplo dos 1,5 mil ocupados por madeireiras. A terra – já desgastada e poluída pelos resíduos da monocultura de pinhos – será destinada às famílias apenas em 2012, quando serão cortados os pés da cultura. Onze áreas na região também estão em processo lento de desapropriação. Já a Sucrocítrico Cutrale instalou-se em terras públicas há pouco mais de quatro anos. O próprio órgão do governo reconhece a ilegalidade. De acordo com o nota divulgada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Justiça Federal deu a posse do imóvel ao Incra, em 2007. De fato, apenas 30% da área foi desapropriada. No local, existe o assentamento Zumbi dos Palmares, que abriga 18 famílias desde outubro de 2008. O restante delas estão acampadas em um antigo horto florestal da União, enquanto aguardam a desocupação das terras públicas pela Cutrale. A saída da empresa significaria o assentamento de mais 400 famílias. Motivadas por essa expectativa, assentados e acampados partiram para a quinta ocupação da fazenda Capim no dia 28 de setembro e por lá ficaram dez dias. A derrubada das laranjas. Nesse mesmo dia, a Polícia Militar gravou as imagens de sem-terras manejando tratores que derrubaram sete mil de pés de laranja, de acordo com as estatísticas da própria corporação. Em protesto, os trabalhadores rurais plantariam feijão no lugar de parte da monocultura. A quantidade derrubada corresponde a de 0,7% do 1 milhão dos pés de laranja na fazenda. Com a ocupação, os sem-terras tentavam garantir uma reunião com o superintendente do Incra para tratar da situação jurídica

da fazenda. No entanto, uma decisão da Justiça de Lençóis Paulista determinou que os sem-terra deixassem à área, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 500 por pessoa. No dia 7 de outubro de 2009, as famílias voltaram de caminhão aos acampamentos e assentamentos, após ameaças de prisão e uso da força de 200 policiais. Dois dias antes, a Rede Globo resolveu mostrar as imagens filmadas pela PM e as repetiu, constantemente, em seus jornais. O fato reacendeu o debate no Congresso para a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), formada por deputados e senadores com o objetivo de questionar se recursos públicos são supostamente utilizados de forma ilegal pelo MST. A primeira tentativa de instalação da CPMI havia sido barrada quando 44 deputados retiraram suas assinaturas do requerimento de instalação da Comissão. Lideranças políticas de nível nacional se manifestaram contra o ato dos acampados, caracterizando a ação como vandalismo. Esse foi o posicionamento de autoridades como o governador de São Paulo e futuro possível candidato do PSDB à presidência, José Serra, e do próprio presidente Lula. Toda a grande imprensa se posicionou contrária ao MST. O deputado federal Ronaldo Caiado (DEM/GO) chegou a declarar que o movimento seria "terrorista". "Sem vandalismo" Foi sem surpresa que Léguas recebeu o teor das declarações. "A própria Justiça age de má-fé com os movimentos sociais, principalmente o MST. Eles são governo e devem defender o patrimônio do governo. Nós defendemos nossas terras, que estão nas mãos dessas empresas", sentenciou. "Não estamos aqui para fazer vandalismo, como dizem. A Cutrale acha que tem mais direito sobre essas terras do que todos que estão aqui, mas nós não achamos isso. Da minha parte, eu volto lá e ocupo novamente. Não me intimida o que eles falam na imprensa", afirmou a acampada Cristina, que participou ativamente da ocupação. Pouco tempo depois da divulgação das imagens, os ocupantes passaram a ser acusados de destruir maquinários e outros bens da Cutrale, roubar 15 mil litros de combustíveis e furtar pertences das famílias que trabalham para a empresa. Os sem-terra negam a depredação. "Isso foi invenção da cabeça deles. Por que não nos revistaram? O que nós faríamos com combustível aqui?" indaga Cristina. "Quando nós chegamos ao local, parte dos tratores já estava em manutenção. Tinha vários desmontados e esses nós não utilizamos. Utilizamos apenas alguns para preparar o solo para a produção", conta Léguas. Os sem-terra não imaginaram que poderia haver manipulação dos fatos e forjamento de provas, explica Cristina. "Não imaginamos que a polícia pudesse forjar a destruição". Apesar da acusação, a Polícia Militar não tem nenhuma imagem da depredação. A desocupação pacífica foi filmada pela imprensa. O MST, que organiza as famílias, anunciou que seria favorável à criação de uma comissão independente para as investigações.

## **Inscrições para a Conferência de Comunicação do Paraná vão até dia 4 (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por CUT-PR

Estão abertas as inscrições para a I Conferência Estadual de Comunicação do Paraná, que será realizada nos dias 06, 07 e 08 de novembro no Canal da Música em Curitiba. Para participar, é preciso se inscrever no site

<http://www.confecomparana.pr.gov.br/>

Confira a programação da Confecom-PR

**6 DE NOVEMBRO - SEXTA-FEIRA**

14h - 20h: credenciamento (sujeito à definição do Regimento Interno)

19h - Mesa de abertura (Autoridades e representantes da COE)

20h - Aprovação do Regimento Interno

**7 DE NOVEMBRO - SÁBADO**

8 horas - Café

8h30 - Painel: A comunicação que temos e a comunicação que queremos

Referência: Eixo 3 - Cidadania: Direitos e Deveres

Convidados:

Dep. Luiza Erundina

Prof. Venício Lima (UNB)

10h15 - Intervalo

10h30 - Painel: Democracia e diversidade: a produção de conteúdo midiático

Referência: Eixo 1 - Produção de conteúdo

Convidados:

Edgard Rebouças (UFES)

Fernando Paulino (UNB)

12h30 - Almoço

14h - Painel: Meios para a construção de direitos: a função social da mídia

Referência: Eixo 2 - Meios de Distribuição

Convidados:

Jonas Valente (Intervozes)

Marcos Dantas (PUC - RJ)

16h às 19 h- Grupos de Trabalho

20h - Jantar

8 DE NOVEMBRO - DOMINGO

8h - Café

8h30 - Início da plenária final

12h30 - Almoço

14h - Continuação da plenária

18h - Encerramento

## **RS: Trabalhadores na Saúde debatem questões da população negra (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por Rosa Maria Pitsch

A Federação dos Empregados em Serviços de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul realiza de terça a quinta-feira (3 a 5 de novembro) o Seminário Semana da Consciência Negra. O evento discute a Saúde da População Negra e o Racismo Institucionalizado; a Abolição da Escravatura na América e no Brasil: Aspectos Culturais. O terceiro tema será a Escravidão na História e a Composição da População Afrodescendente no Brasil.

O encontro, que inicia às 14h do dia 03, terça-feira, faz parte de uma série de debates que a FEESSERS vem proporcionando à categoria para o questionamento da inclusão social das minorias. O Seminário, que tem o apoio da ANPHU-RS - Associação Nacional de História - Seção Regional do Rio Grande do Sul, por meio do GT Negros: história, cultura e sociedade, se realiza no turno da tarde no auditório da entidade que fica na Rua Santo Antônio, 635, Bairro Bom Fim, Porto Alegre. Inscrições pelo site <http://www.feessers.org.br/>

Entre os palestrantes estão Lúcia Regina Brito Pereira, integrante do Grupo de Pesquisa Africanidades, Ideologia e Cotidiano do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/PUCRS) e coordenadora técnica de Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras, Secretária do GT Negros: História, Cultura e Sociedade - ANPUH-RS; Arilson dos Santos Gomes, coordenador do GT Negros: história, cultura e sociedade da ANPUH-RS, tem experiência na área de

história afro-brasileira e afro-gaúcha, atuando em congressos e organizações do movimento negro brasileiro; Jorge Euzébio Assumpção, professor do Curso de Especialização em História Africana e Afro-Brasileira da Faculdade Porto Alegrense - FAPA; Miriam Cristiane Alves, coordenadora do Grupo de Trabalho - EGBÉ, Territórios Negros e Saúde, vinculado ao Grupo de Pesquisa Processos e Organização dos Pequenos Grupos, coordenadora de ensino e pesquisa da ONG Africanamente; Elenir Gularte Marques, que tem especialização em História do Mundo Afro-Asiático e ainda Virginia Rolla Donoso, economista que trabalha na PED/RMPA - Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre.

## **Emir Sader: Mensagens para FHC (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por Carta Maior

FHC está carente. Já no segundo turno das eleições presidenciais de 2006, para tentar, desesperadamente, não perder, Alckmin tinha renegado as privatizações e outras proezas do governo FHC. Agora Roberto Freire quer passar a idéia de que a política econômica de Serra não seria a mesma de FHC. Na mesma linha, sabendo que a inevitável comparação entre os oito anos do governo de FHC com os oito anos do governo Lula, será devastadora para o bloco tucano-demo, Aécio diz que não será anti-Lula, mas pós-Lula.

Toda essa tentativa de fazer como se o governo FHC não tivesse existido ou que não tivesse nada a ver com os mesmos partidos opositores de hoje, deixa FHC carente.

Mandem uma mensagem para FHC.

A minha é: prepare o balanço do seu governo, para confrontá-lo com o do governo Lula e deixe o povo decidir que futuro quer para o Brasil.

Mandem vocês as mensagens, aqui todo muito diz o que quer. Mandem, ele merece.

Emir Sader: Mensagens para FHC

FHC está carente. Já no segundo turno das eleições presidenciais de 2006, para tentar, desesperadamente, não perder, Alckmin tinha renegado as privatizações e outras proezas do governo FHC. Agora Roberto Freire quer passar a idéia de que a política econômica de Serra não seria a mesma de FHC. Na mesma linha, sabendo que a inevitável comparação entre os oito anos do governo de FHC com os oito anos do governo Lula, será devastadora para o bloco tucano-demo, Aécio diz que não será anti-Lula, mas pós-Lula.

Toda essa tentativa de fazer como se o governo FHC não tivesse existido ou que não tivesse nada a ver com os mesmos partidos opositores de hoje, deixa FHC carente.

Mandem uma mensagem para FHC.

A minha é: prepare o balanço do seu governo, para confrontá-lo com o do governo Lula e deixe o povo decidir que futuro quer para o Brasil.

Mandem vocês as mensagens, aqui todo muito diz o que quer. Mandem, ele merece.

## **Pesquisa do IBGE revela que produção industrial brasileira voltou a crescer em setembro (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por Agência Brasil

Rio de Janeiro - A produção industrial brasileira cresceu 0,8% em setembro na comparação com agosto, mantendo uma sequência de nove meses de alta. No ano, o setor acumula ganho de 14,6%, conforme os resultados da Pesquisa Industrial Mensal divulgados nesta terça-feira (3) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O avanço na produção de agosto para setembro foi registrado em 12 dos 27 itens pesquisados. As maiores altas foram observadas na indústria de máquinas e equipamentos (5,8%) e veículos automotores (3,5%).

As principais pressões negativas foram observadas na indústria de refino de petróleo e produção de álcool (-4,7%), alimentos (-1,0%) e máquinas para escritório e equipamentos de informática (5,3%).

A pesquisa mostra, porém, que em relação ao ano passado, a indústria ainda não se recuperou. Na comparação com setembro de 2008 o setor apresentou queda de 7,8% e de janeiro a setembro de 11,6%.

Na mesma comparação, a produção industrial recuou em 21 dos 27 itens pesquisados. O maior impacto negativo foi registrado na indústria de veículos automotores (-16,6%), seguido por máquinas e equipamentos (-20,0%) e metalúrgica básica (-13,1%).

Segundo o IBGE, no terceiro trimestre de 2009 o resultado da produção da indústria nacional foi negativo frente a igual período do ano anterior. A queda foi de 8,3%. Houve alta, porém, de 4,1%, em relação ao segundo trimestre de 2009.

## **Marcha Fúnebre no ABC marca protesto contra as manobras do HSBC (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por Sindicato dos Bancários do ABC

Uma marcha fúnebre bem diferente e animada marcou o protesto dos funcionários do HSBC que realizaram, nas principais ruas do Centro de Santo André, no dia 30 de outubro, o funeral simbólico do presidente do banco no Brasil, Conrado Engel.

Com artistas da Arca (Associação Ribeirãopirense dos Cidadãos Artistas) e com a Banda do Peru, o ato que teve início na rua Senador Flaquer e se encerrou em frente a agência do HSBC, na rua Xavier de Toledo, recebeu o apoio e manifestação da população e dos usuários do banco.

A categoria protesta contra as manobras contábeis do banco inglês, que tenta minimizar o pagamento da PLR (Participação dos Lucros e Resultados), repassando aos funcionários um redutor de 26,22% em sua primeira parcela. Foram realizadas manifestações semelhantes em todo o país.

"Os bancários exigem que o HSBC pague a PLR baseada no lucro de R\$2,1 bilhões e não em cima de um balanço que o banco subtrai 90% dos ganhos", afirma o secretário de finanças do Sindicato e funcionário do banco HSBC, Belmiro Moreira.

"Essa manobra é vergonhosa, pois o banco considera todo o volume do dinheiro emprestado como 'crédito duvidoso'. O luto significa a indignação de toda a categoria frente a esta desvalorização do trabalhador brasileiro", considera Belmiro.

Para o diretor do Sindicato e funcionário do HSBC, Renato Foresto o descaso do banco se estende também aos usuários da instituição. "Ao provisionar a maior parte de seu lucro, o banco está sub-jugando que os brasileiros não vão honrar com seus compromissos em dia", explica Renato. "Se o presidente do banco afirmou, em festa no Caribe, que este ano ele só tem a comemorar, então porque não comemorar junto com os seus funcionários pagando uma PLR justa? Porque a entidade tenta se justificar dizendo que vai pagar a diferença somente em fevereiro de 2010? Se o ano foi tão bom assim, é fruto dos esforços dos bancários do HSBC e eles merecem ser reconhecidos", conclui.

Paralisação - Em todo o território nacional foi decretado, no dia 28 de outubro, estado de luto. Os trabalhadores do HSBC cruzaram os braços em protesto e indignação com a postura da instituição. Na região do ABC a mobilização foi maciça, com 100% das agências fechadas, totalizando a adesão de 95% dos funcionários.

"Os bancários do HSBC merecem parabéns pelo sucesso da mobilização em toda a região. A mobilização continua, pois para atingirmos o objetivo, os trabalhadores devem fortalecer o espírito de união e luta", enfatiza Belmiro.

Festa no Caribe - O desrespeito do banco para com os seus funcionários causa indignação aos bancários do HSBC. As críticas seguem ainda mais constantes uma vez que se tornou público o fato de o presidente do HSBC, Conrado Engel, ser um dos anfitriões de um jantar num resort de luxo na República Dominicana para personalidades do meio artístico e político. Segundo a revista Caras de outubro, Conrado afirmou em seu discurso que "se o cenário era de crise, há um ano, hoje só há motivos para comemorar".

## **Fórum Social Mundial fará balanço da última década (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por Carta Maior

A capital gaúcha e sete cidades da Região Metropolitana receberão, entre 25 e 29 de janeiro de 2010, o Fórum Social 10 Anos Grande Porto Alegre. Além de celebrar os 10 anos de atividades do FSM, o encontro fará um balanço deste período de lutas em defesa de um modelo de globalização alternativo ao construído nas últimas décadas.

O Fórum Grande Porto Alegre será o primeiro de vários eventos programados em diversos países ao longo de 2010, quando o FSM terá, mais uma vez um formato descentralizado. Entre as atividades já definidas para o encontro no Rio Grande do Sul, está o Seminário FSM 10 Anos, promovido pelo Grupo de Apoio ao Fórum Social Mundial. A idéia é debater não só a experiência passada do Fórum, mas principalmente seu futuro.

O evento está sendo organizado por entidades gaúchas com o apoio dos governos dos sete municípios onde ocorrerão as atividades (Porto Alegre, Canoas, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Campo Bom e Sapiranga).

Além do seminário de avaliação do FSM, que ocorrerá em Porto Alegre, também estão confirmados o Acampamento Intercontinental da Juventude, entre 18 e 28 de janeiro, em Novo Hamburgo, o I Fórum Mundial de Economia Solidária e a I Feira Mundial de Economia Solidária, de 22 a 24 de janeiro, em Santa Maria. Ainda em Porto Alegre, de 25 a 29 de janeiro de 2010, será realizada uma grande oficina sobre o mundo do trabalho. Esse encontro debaterá o impacto da crise econômica internacional sobre o trabalho e a qualidade dos empregos e dos ambientes de trabalho hoje em dia.

Da Bahia a Dakar

Logo após o encontro no RS, ocorrerá em Salvador, entre 29 e 31 de janeiro, o Fórum Social da Bahia. O tema central do evento, construído em conjunto com o FSM 10 Anos, será "Da Bahia a Dakar: enfrentar a crise com integração, desenvolvimento e soberania". "Esta passagem do FSM por Salvador será uma contribuição muito preciosa para o Fórum de Dakar, no Senegal, em 2011, pois esta foi a principal porta de entrada de africanos, vítimas da escravidão. A idéia é estabelecer um diálogo entre cidades com culturas semelhantes", explica José Luiz Del Roio, representante do Fórum Mundial de Alternativas à Crise.

Representantes de governos e movimentos sociais da América Latina e da África participarão, em Salvador, do Fórum de Diálogos e Controvérsias, que discutirá novas políticas econômicas, sociais e ambientais.

## **Servidores da Cosanpa protestam contra a privatização do sistema de saneamento (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por Diário do Pará

Pelo menos nesta terça-feira (3), cerca de 300 servidores da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) estarão de braços cruzados e prometem fazer muito barulho nas galerias da Câmara Municipal de Belém (CMB). A movimentação espera impedir qualquer articulação dos vereadores governistas em torno da privatização do sistema de saneamento e abastecimento de água de Belém, que deve entrar em discussão naquele plenário, em atendimento ao prefeito Duciomar Costa.

O presidente do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará, Ronaldo Romeiro, afirmou que a paralisação não irá prejudicar o fornecimento de água na capital e da área metropolitana. "Participam do ato somente servidores das áreas administrativa, financeira e de leitura de medidores de energia. Os funcionários da área operacional que não tiverem sido escalados para o trabalho hoje também estarão na paralisação", garantiu Romeiro.

Para o presidente do sindicato, o processo de privatização no país não traz benefícios para a população. "A gente quer fazer pressão junto aos vereadores. Convidamos as centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares. Se o projeto entrar em pauta, queremos acompanhar. Iremos pressionar para não se consumir".

## **Em assembleias, eletricitários reprovam proposta da Cemig (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por Sindieletro-MG

O Sindieletro-MG iniciou na última sexta (30), o segundo dia da série de assembleias para avaliar e deliberar sobre a proposta da Cemig para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2010. Os eletricitários rejeitaram a proposta e votaram pelo estado de greve. A palavra de ordem é o retorno imediato à mesa de negociação.

Na assembleia da Cemig na Itambé, realizada a partir das 7 horas, a categoria demonstrou muita indignação. A coordenadora de Teleatendimento, Marcélia Pincer, considerou a proposta "uma falta de respeito com o trabalhador e uma hipocrisia". Ela disse que o discurso da empresa para o mercado é de que tem dinheiro em caixa para investir em novas aquisições, mas para os eletricitários só existe prejuízo financeiro da Cemig Distribuidora. "Com isso, a empresa demonstra desrespeito com o trabalhador, mas chegou a hora da reação e ela começa com a consciência de que é a categoria que vai mudar essa situação e garantir um bom acordo coletivo", afirmou.

Para o agente de processo comercial, Antônio Carlos Lacerda, "a proposta não é plausível e os eletricitários já estão dando a resposta merecida com maior participação nas assembleias e disposição para muita luta".

O coordenador geral do Sindieletro, Wilian Vagner Moreira, avaliou a importância do momento da Campanha Salarial. "Desde que entregamos a pauta de reivindicações tentamos diálogo com a Cemig, mas ao invés de negociar, ela enrolou. E ainda veio com Informador Gerencial divulgando dados incorretos. Por que não vem para nossas reuniões e assembleias para conversar com os trabalhadores, falar desses dados?", questionou. Nos últimos anos os trabalhadores da Eletrobrás, que inclui Furnas, vem recebendo, em média, 2% de aumento real.

## **Sindsep-PE realiza posse dos seus representantes sindicais para os próximos dois anos (CUT Nacional) 03/11/09**

Escrito por Sindsep-PE

A direção do Sindsep-PE empossou na última sexta-feira, dia 30 de outubro, os 73 representantes sindicais de base, eleitos pela categoria. Os RBSs possuem mandato de dois anos e são um elo da base com a direção do sindicato. Eles compõem também o Conselho Deliberativo da entidade.

Quadro de Representantes Sindicais eleitos para o biênio 2009/2011

SRTE

Mizael Alves Silva

José de Arimatéia Silva Santos

FUNAI

Maria das Graças Alves Gomes

João Manoel de Oliveira

FUNDAJ

Edna Correia de Oliveira

Edelson Ramos de Andrade

Jamesson Tavares da Silva  
Wilmar Francisco da Silva

MPOG/GRA/Sudene/Ministério da Integração Nacional  
Edson Ovídio Veloso  
Paulo Fernandes Barreto  
Laerson Severino Anselmo  
Elba Rejane Pereira Clementino

MINISTÉRIO DA DEFESA  
Maria de Lourdes da Silva  
Silvana Mayre Duarte Costa  
Reginaldo Dantas Melo  
Solange Maria da S. G. Cavalcante  
Tania Maria B. de Farias  
Severino Pereira Ramos  
Ana Maria Carneiro Leão  
Everaldo Domingos dos Santos  
José Miguel Germano Filho  
José Ricardo Mendes

CONAB  
Robson de Souza Junior  
Sérgio Gonçalves Viana  
Antonio Vanderley de Mendonça

INCRA  
Antonio Irano Filgueira Grangeiro  
Enato de Faria Maciel  
José Horácio de Siqueira Passos  
José Pereira de Lima

FUNASA  
José Celestino Cruz  
Gelson Malaquias dos Santos  
Erinaldo dos Santos  
Claudival Ramalho de Souza  
Iranley Ulisses Cavalcante  
José Lavor de Santana  
José Paulo Miranda de Souza  
Edmilson Luiz Guedes  
Eliel Luiz Maria  
Everaldo Alves Brito  
Maria Beliza da Silva  
João Carlos Afonso Ferreira  
Fátima Cabral  
Dennis Francisco Barbosa Oliveira  
Daniel Amorim da Costa

IFPE  
Idelvar Idelfonso da Costa  
Austrino Germano Bezerra Filho  
Enilson Flávio Bezerra dos Santos

DNOCS  
Maria Goreti de Arruda Ferraz  
Pedro Pereira da Silva

IBAMA  
Cícero Benício de Oliveira Filho

SFA  
Geraldo Ferraz  
José Ferreira de Lima Filho  
Paulo Roberto Pereira da Silva

AGU  
Marcos Antonio dos Santos  
Rogério Gustavo Alves Meira Menezes

MPOG  
Maria das Graças Gominho  
Adalberto José da Silva

UFRPE  
Manoel Nunes da Costa  
Valter José da Silva

UFPE  
José Laércio de Santana  
Jairo Honório de Souza  
Davi José Vicente  
André Luiz Ribeiro da Silva

IFPE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO  
Severino Vicente de Lima

IFPE PETROLINA  
Wilson Nunes da Silva

IFPE BELO JARDIM  
José Soares de Araujo

IFPE BARREIROS  
Aroldo José Acioly

INSTITUTO CHICO MENDES  
Ademilde Maria Lopes

IPHAN  
Armando Tenório Cavalcante

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Lindalva Francelina da Silva  
Anaximenes Isaque M. de Souza  
Wilton Prazeres Camara  
Walfrido Alves Júnior

## **CESP: dissídio segue para julgamento (CUTSP) 03/11/09**

Cecília Gomes e Débora Piloni - Sinergia

O Sinergia CUT participou nesta quinta-feira (29), no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em São Paulo (TRT), da segunda reunião para tentativa de negociação com a CESP. Tentativa frustrada, que terminou sem acordo porque a empresa não apresentou nenhuma proposta, recusando-se a encontrar uma redação alternativa que atendessem à

reivindicação dos trabalhadores, para garantir, inclusive, emprego em caso de transferência do controle acionário da empresa.

O Sindicato fez esta proposta na primeira audiência, também sob mediação da assessoria do Tribunal e que ocorreu na segunda-feira passada (26). Mas como a CESP se recusou a solucionar o impasse criado por ela e pelo governo estadual, a segunda audiência encerrou as tentativas de conciliação.

Agora o relator nomeado durante a audiência de greve, realizada na quarta-feira da semana passada (21), desembargador Marcelo Freire Gonçalves, irá marcar a data do julgamento de dissídio coletivo.

Diante dos desdobramentos da negociação no TRT e conforme deliberado pelos trabalhadores nas assembleias do último dia 21, está mantido o estado de greve até o julgamento do mérito.

#### Primeira audiência

Na primeira audiência de conciliação, o Sindicato esclareceu ao assessor do TRT sobre o impasse criado pela empresa com relação às reivindicações dos trabalhadores explicando, principalmente, a questão da vigência por três anos para a cláusula de gerenciamento de pessoal em caso de alteração do controle acionário.

A CESP, por sua vez, informou que não vê sentido na permanência dessa cláusula no ACT, já que, segundo afirmou ao TRT, o governo não venderá a estatal. E foi exatamente com esse argumento que o assessor do Tribunal disse estar convencido da legitimidade da reivindicação do Sindicato, afirmando que, sem a possibilidade da venda da empresa, não consegue entender a insistência da CESP em alterar a redação da cláusula.

Empresa parafuso: apertou, espanou!

Como fez em negociações passadas, quando se viu na obrigação de tomar decisão coerente, a CESP “espanou”. Mais uma vez, os representantes da estatal informaram que não têm autonomia para aceitar ou rejeitar qualquer proposta apresentada na reunião. Afirmaram novamente que o ACT já foi assinado com outras duas entidades sindicais, que representam 50% da base.

#### Estado de greve continua

Os trabalhadores da CESP mantêm o estado de greve até julgamento do mérito porque os direitos e conquistas históricos dos trabalhadores estão ameaçados. Tudo isso porque, mais uma vez, outras entidades sindicais decidiram assinar um ACT alterado pela CESP depois da aprovação dos trabalhadores. Com essa atitude, os sindicatos que assinaram o ACT da CESP dividiram e fragilizaram a categoria.

Vale lembrar que a negociação da Campanha Salarial 2009 foi conduzida ao Tribunal pela direção da CESP e pelo governo do estado de São Paulo de maneira arbitrária e autoritária. A proposta de conciliação apresentada pelo desembargador, além de suspender a greve, determinava a abertura de um canal de negociação com a participação da assessoria econômica do Tribunal para que as partes buscassem uma solução negociada do conflito. Essa proposta foi aprovada pelos trabalhadores em assembleias.

## **HSBC: bancários em dia de luto (CUTSP) 03/11/09**

Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

Os bancários do HSBC mostraram indignação com a PLR reduzida pela direção do banco em protestos simultâneos realizados na sexta-feira 30 no Casp, Tower e CAM. A instituição, que divulgou lucro semestral de R\$ 249,7 milhões, provisionou inexplicáveis R\$ 1,9 bilhão no período. A exclusão deste valor do balanço significou redução de 26,22% na primeira parcela da PLR dos bancários.

Os trabalhadores vestiram roupas pretas, em luto diante da postura do banco e fizeram um enterro simbólico da PLR, com a presença de um padre e caixão. Lord Exploration, um dos personagens da Campanha Nacional deste ano, também participou da atividade. Na quarta-feira 28 os bancários já haviam paralisado por duas horas cerca de 16 agências na região da Grande São Paulo.

O funcionário do HSBC e diretor do Sindicato Valdir Fernandes, o Tafarel, lembra que a revolta tem outras razões. “Além dessa demonstração de desrespeito pelos bancários com a PLR, na primeira quinzena de outubro o HSBC bancou para

colunáveis um evento milionário num resort de luxo na República Dominicana. O questionamento é: para bancar festinhas de luxo no Caribe tem dinheiro, mas para pagar PLR justa não tem?” No evento, que teve cobertura de revistas de fofoca como a Caras, o presidente do banco, Conrado Engel, declarou que o momento, após a turbulência internacional, é “para se comemorar”.

Números – No primeiro semestre desse ano o volume de dinheiro emprestado pelo HSBC subiu de R\$ 38,3 bilhões para R\$ 40 bilhões, crescimento de 4,59% em relação ao mesmo período do ano passado. Por outro lado, o provisionamento para perdas subiu 87,85%, de R\$ 866,7 milhões para R\$ 1,9 bilhão, algo questionado por todos os trabalhadores.

13ª Cesta – O RH do banco informou, no final da tarde dessa sexta 30 que depositaria no mesmo dia o valor da 13ª cesta-alimentação, conquista garantida na Campanha Nacional de 2008. Normalmente o banco faz o depósito na data-limite, 30 de novembro.

“Indignado” - Após diversas mensagens postadas no blog do presidente da instituição, Conrado Engel, por funcionários revoltados com a redução da PLR o superintendente executivo Alcides Ferreira escreveu mensagem no canal dizendo-se “indignado com todos aqueles que de alguma forma colocaram em dúvida a integridade, lisura e ética” da direção do banco, o que pode “difamar” a imagem do HSBC.

“É um discurso vazio, cheio de palavras fortes, mas sem explicar as razões do provisionamento de R\$ 1,9 bilhão, que é o grande culpado pelo lucro baixo”, afirma a diretora do Sindicato Liliane Fiúza. “No final da mensagem, Ferreira escreve que ‘o lucro pequeno não é bom para ninguém’, mas não é bem assim. Afinal de contas, os dividendos para acionistas e executivos são pagos sobre o lucro total, de R\$ 2,1 bi, enquanto a PLR é calculada sobre os R\$ 250 milhões. Então o lucro rebaixado está sendo muito mais prejudicial para os bancários”, explica.

## **Ministério Público quer fim de contrato do governo com OSS (CUTSP) 03/11/09**

Sindsaúde

O Ministério Público de São Paulo apresentou à Justiça ação contra um contrato assinado pelo governo estadual com a SPDM para administrar o CEAC na zona leste. Na ação, o Ministério acusa a SPDM de quarterizar os serviços laboratoriais. Também pede a condenação por improbidade administrativa do secretário da saúde, Luiz Roberto Barradas, e do ex-presidente da SPDM, Ulysses Fagundes Neto (veja reportagem abaixo).

O esquema foi denunciado em novembro de 2007 pelo SindSaúde-SP no Dossiê dos Laboratórios (veja o documento abaixo). No documento, o Sindicato expôs o processo de terceirização com a criação de novas unidades administrativas, denominadas Centros Estaduais de Análises Clínicas (CEAC), responsáveis pelos serviços laboratoriais de hospitais e unidades de uma região definida pelo governo. A gestão dessas unidades foi transferida para uma Organização Social de Saúde que, por sua vez, terceirizou os serviços para uma empresa privada.

No Dossiê, o SindSaúde-SP detalhou o processo de terceirização do CEAC Zona Norte, administrado pela Sociedade Assistencial Bandeirantes (SAB) que quarterizou os serviços para a empresa privada CientíficaLab, do grupo Diagnósticos da América (DASA), dono também do Laboratório Delboni e Lavoisier.

## **Câmara vota moção de apoio à Redução da Jornada de Trabalho (CUTSP) 03/11/09**

Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região

A Câmara Municipal de Taubaté votará em sua próxima sessão ordinária na quarta-feira, dia 4, uma Moção de Apoio à aprovação no Congresso Nacional da PEC 231/95 que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário.

O pedido de apoio aos vereadores de Taubaté para a aprovação da PEC 231/95 foi entregue pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região (CUT), Isaac do Carmo, ao presidente da Câmara Municipal, vereador Carlos Peixoto na segunda-feira, dia 26.

No mês de junho, a PEC 231/95 já foi aprovada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados que avaliou a matéria e deve ir para votação no plenário no mês de Novembro.

A CUT e as centrais sindicais estão empenhadas na aprovação deste projeto, pois desde a promulgação da Constituição de 1988 não ocorre uma redução significativa da jornada de trabalho no Brasil.

No dia 7 de outubro, a CUT e as centrais sindicais estiveram no Congresso Nacional e visitaram os gabinetes de todos os deputados federais explicando a importância deste projeto para a geração de emprego e renda no Brasil.

Segundo estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos) a proposta de redução da jornada de trabalho das atuais 44 para 40 horas semanais, sem redução dos salários, tem potencial de gerar, no limite, mais de 2,5 milhões de novos empregos, reduzindo assim o número de desempregados.

A economia brasileira apresenta condições favoráveis para a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, e para a limitação da hora extra, em virtude dos expressivos ganhos de produtividade, da reduzida participação dos salários no total do custo da produção e do baixo custo dos salários quando comparado a outros países.

"Temos a certeza que a redução da jornada de trabalho sem redução de salários também será de extrema importância para a geração de empregos e renda para a cidade de Taubaté e para a região do Vale do Paraíba" afirmou o presidente Isaac.

A redução da jornada de trabalho será a principal bandeira de luta da 6ª Marcha da Classe Trabalhadora que acontecerá em Brasília no dia 11 de novembro. A Marcha é organizada pela CUT em conjunto com as principais centrais sindicais brasileiras, e deverá reunir cerca de 50 mil trabalhadores na Capital Federal.

<b>SITES PESQUISADOS</b>	
 <small>www.folha.com.br</small>	
	
	
	
	
	
	

O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

**Informações e Sugestões:**  
[imprensa@sinergiaspcut.org.br](mailto:imprensa@sinergiaspcut.org.br)

**Área de Comunicação SINERGIA CUT**  
 Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise  
[www.sinergiaspcut.org.br](http://www.sinergiaspcut.org.br)  
 Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

**SINERGIA SINERGIA SINERGIA SINERGIA**

Sindicato dos Trabalhadores Empregados do Estado de São Paulo      Sindicato dos Contábeis de São Paulo      Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo      Sindicato dos Trabalhadores Empregados do Estado de São Paulo